

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ANA CECÍLIA DA SILVA

**OS FILHOS DA VILA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE  
GENTRIFICAÇÃO NA VILA DOS PESCADORES DE JARAGUÁ, MACEIÓ,  
ALAGOAS**

Maceió

2019

**ANA CECÍLIA DA SILVA**

**OS FILHOS DA VILA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE  
GENTRIFICAÇÃO NA VILA DOS PESCADORES DE JARAGUÁ, MACEIÓ,  
ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

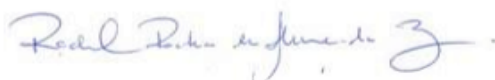
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rachel Rocha de Almeida Barros.

**Maceió  
2019**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### OS FILHOS DA VILA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NA VILA DOS PESCADORES DE JARAGUÁ, MACEIÓ, ALAGOAS

Dissertação submetida ao corpo docente do  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social da Universidade Federal de Alagoas e  
aprovada no dia 22 de janeiro de 2020.



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Rocha de Almeida Barros (PPGAS/UFAL) (Orientadora)

#### Banca examinadora



---

Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues (PPGAS/UFAL) - (Examinador Interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tainá Silva Melo (IFAL) - (Examinadora Externa à Instituição)

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586f

Silva, Ana Cecília da.

Os filhos da vila : um estudo etnográfico sobre o processo de gentrificação na Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió, Alagoas / Ana Cecília da Silva. - 2020.  
152 f. : il. color.

Orientadora: Rachel Rocha de Oliveira Barros.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 130-132.

Apêndice: f. 133.

Anexos: f. 134-152.

1. Vila dos Pescadores de Jaraguá (Maceió, AL). 2. Gentrificação. 3. Remoção (Habitação). 4. Renovação urbana. 5. Reciclagem urbana. I. Título.

CDU: 39:911.375(813.5)

## **DEDICATÓRIA**

Aos pescadores e marisqueiras de Jaraguá que dividiram comigo um pouco de sua luta, dando exemplo de resistência e coragem.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria primeiramente de agradecer à Enaura Alves e Francineide Oliveira, duas mulheres fortes, pelo compartilhamento de sua luta junto à comunidade.

Agradeço à minha mãe pelo amor e incentivo diários e também a meu noivo pelo apoio em todos os momentos dessa jornada, principalmente nos de incertezas e dúvidas.

À professora Marluce Cavalcante que me apresentou à comunidade e é exemplo de luta e dedicação à causa dos pescadores de Jaraguá.

À minha orientadora Rachel Rocha pela paciência, dedicação e por ter me proporcionado importantes reflexões. Assim como gostaria de agradecer ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGAS/UFAL) e aos colegas de turma, por termos compartilhado momentos tão ricos em termos intelectuais e de afeto.

Agradeço a todos os moradores da comunidade pelos momentos de vivência e por terem me aberto as portas e o coração, me permitindo construir esta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre os impactos do início do processo de gentrificação entre os moradores da antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá, um dos complexos habitacionais mais antigos da capital e que em 2015, após décadas de embate com a Prefeitura de Maceió, foi removido de seu local de origem para dar lugar à construção de um Centro Pesqueiro. Especificamente, o estudo buscou investigar o modo como os atores sociais, principalmente os antigos moradores da Vila, resignificaram sua realidade diante de um dos maiores e mais longos movimentos de resistência urbana de Maceió. Assim, a partir de conceitos como reurbanização, usos e contra-usos do espaço público, cidade-mercadoria e cidade empresa, lugar antropológico e não-lugar buscou-se compreender o fenômeno da gentrificação, uma área é desocupada e passa por um processo de valorização, recebendo infraestrutura e tornando-se um espaço de consumo privilegiado para outros segmentos populacionais. Para atingir os objetivos da pesquisa utilizei como metodologia a observação participante, que me permitiu vivenciar mais de perto o cotidiano da comunidade, conhecendo, sobretudo, como elas se relacionam com um novo universo de símbolos. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com gravação por áudio e vídeo, registro fotográfico dos espaços de Jaraguá e do Sobral e aplicação de um Censo Demográfico e Social que buscou investigar as atuais condições de vida daquela comunidade após quatro anos de remoção, principalmente no que diz respeito à sua renda, escolaridade, ocupação laboral, entre outros aspectos. Ao longo do estudo, foi possível constatar mudanças em suas atividades laborais, assim como na transmissão de saberes entre as gerações, o aparecimento de doenças e o aumento do tráfico de drogas como efeitos centrais da gentrificação na comunidade. Porém, diante de um processo que tinha se tornado inevitável, a pesquisa também constatou que apesar da remoção e da imposição estatal, pescadores e marisqueiras encontraram formas de resistir, por meio da educação, da arte e da cultura, rompendo com as fronteiras que o conflito lhes tinha imposto.

Palavras-chave: Gentrificação; Remoção Forçada; Reurbanização; Vila dos Pescadores de Jaraguá; Revitalização Urbana, Maceió-AL.

## ABSTRACT

The main objective of this research is to reflect on the impacts of the gentrification process between the residents of “Vila dos Pescadores de Jaraguá”, one of the oldest housing complexes of the capital and that in 2015, after decades of conflict with the Maceió City Hall, was removed from its place of origin to make way for the construction of a fishing center. Specifically, the study sought to investigate the way social actors, especially the old residents of the village, resignified their reality in the face of one of the largest and longest urban resistance movements in Maceió. Thus, we sought to understand the phenomenon of gentrification, where an unoccupied area goes through a process of valorization, receiving infrastructure and becoming a privileged consumption space for other population segments, based on concepts such as reurbanization, uses and counter-uses, public space, commodity city and enterprise city, anthropological place and non-place. To achieve the objectives of the research I used participant observation as a methodology, which allowed me to experience more closely the daily life of the community, knowing above all how they relate to a new universe of symbols. Besides, open interviews were conducted with audio and video recording, photographic record of the spaces of Jaraguá and Sobral and the application of a Demographic and Social Census that sought to investigate the current living conditions of that community after four years of removal, mainly regarding its concerns about income, education, occupation, among other aspects. Throughout the study, it was possible to observe changes in their work activities, as well as in the transmission of knowledge between generations, the emergence of diseases and the increase of drug traffic as central effects of gentrification in the community. However, in the face of a process that had become inevitable, the survey also found that, despite state removal and enforcement, fishermen found ways to resist oppressive situations through education, art and culture, breaking limits the conflict had imposed on them.

**Keywords:** Gentrification; Reurbanization; Forced Removal; Jaraguá Fishermen's Village; Urban Revitalization, Maceió-AL.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Print da reportagem do Portal Gazeta Web -----	29
FIGURA 2 – Planta do Projeto Pascual -----	37
FIGURA 3 – Planta do Centro Pesqueiro de Jaraguá -----	39
FIGURA 4 – Maquete do Centro Pesqueiro de Jaraguá -----	39
FIGURA 5 – Estrutura geral do Centro Pesqueira -----	40
FIGURA 6 – Depósitos destinados à guarda de material dos pescadores -----	40
FIGURA 7 – Área externa do mercado de peixe -----	41
FIGURA 8 – O que falta da construção – Pavimentação das ruas do entorno -----	41
FIGURA 9 – Os estaleiros -----	42
FIGURA 10 – Área externa aos depósitos de peixe em Jaraguá -----	47
FIGURA 11 – Área interna aos depósitos de peixe em Jaraguá -----	48
FIGURA 12 – Distribuição do pescado: Rota Jaraguá – Trapiche – Mercado – Jacintinho --	54
FIGURA 13 – Distribuição do pescado: Rota Jaraguá – Pajuçara – Ponta Verde -----	55
FIGURA 14 – Distribuição do pescado: Rota Jaraguá – Pontal – Massagueira – Francês –	55
FIGURA 15 – Gráfico sobre ocupação principal dos moradores, Censo 2018 -----	56
FIGURA 16 – Gráfico sobre os principais problemas na residência, Censo 2018 -----	57
FIGURA 17 – Interior de um apartamento no Residencial do Sobral -----	58
FIGURA 18 - Gráfico dos índices de escolaridade da população em 2018 -----	59
FIGURA 19 - Trajeto a pé do Residencial até a Escola Antídio Vieira -----	61
FIGURA 20 – Trajeto, em carro lotação, do Residencial até a Escola Zaneli Caldas -----	62
FIGURA 21 – Desenho do escudo do Estrelão Futebol Clube nos muros do Residencial ---	69
FIGURA 22 – Desenho “O melhor condomínio a beira mar”, na entrada do Residencial ---	69
FIGURA 23 – Pinturas coloridas nas fachadas dos apartamentos -----	74
FIGURA 24 – Francineide tratado o pescado em seu depósito -----	80
FIGURA 25 – Área externa onde Josivan guarda seus materiais de trabalho -----	84
FIGURA 26 – Os muros da entrada do Residencial -----	87
FIGURA 27 – Mapas das distâncias – Sobral – Jaraguá – Mercado – Jacintinho -----	91
FIGURA 28 – Interior do mercado de peixe -----	99
FIGURA 29 – Balcões do mercado de peixe onde os pescados devem ser tratados -----	99
FIGURA 30 – Reunião de mulheres da Vila sobre projetos de geração de renda -----	113
FIGURA 31 – Quadros expostos no MUPPA -----	115

FIGURA 32 – Público na abertura da exposição do MUPPA -----	116
FIGURA 33 – Oficinas de pintura ocorridas no Cenarte -----	117
FIGURA 34 – Oficina de fabricação de tambores e de percussão no Sobral -----	118
FIGURA 35 – Oficina de fabricação de tambores para percussão -----	118

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Personagens escolhidos para representar os ‘tipos ideais’ da comunidade --- 67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CIDADE PARA CONSUMO: AS CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO DE PODER</b>	
2.1)	GENTRIFICAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS COMO UM PROCESSO SOCIAL E ECONÔMICO	26
2.2)	AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES NO BAIRRO DE JARAGUÁ	
2.2.1)	O Projeto de Revitalização de Jaraguá	30
2.2.2)	O Projeto Pascual	35
2.2.3)	O Centro Pesqueiro	38
2.3)	CIDADE-MERCADORIA E CIDADE-EMPRESA: CIDADE COMO UM OBJETO DE CONSUMO E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE EXCLUSÃO SOCIAL	44
<b>3</b>	<b>OS FILHOS DA VILA: POLÍTICAS DE GENTRIFICAÇÃO E MUDANÇAS NO COTIDIANO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL</b>	<b>50</b>
3.1)	CENSO DEMOGRÁFICO E SOCIAL: UM RETRATO DA VILA DOS PESCADORES NO SOBRAL	51
3.2)	ENGENHO DE AÇÚCAR OU COMUNIDADE PESQUEIRA? OS DOIS MITOS DE ORIGEM DA CIDADE	63
3.3)	OS FILHOS DA VILA: A VISÃO DOS MORADORES SOBRE AS POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO	66
3.3.1)	Enaura e a atuação política	67
3.3.2)	O discurso empoderado de Maria Lúcia	73
3.3.3)	Marina sempre volta para o mar	77
3.3.4)	Francineide: Resistência e luta pela profissão de marisqueira	80
3.3.5)	Sônia, a mãe de Léo	82
3.3.6)	Josivan, o construtor naval	84
3.4)	VIOLÊNCIA E SAÚDE: QUESTÕES SENSÍVEIS À COMUNIDADE	86
3.5)	AS NOVAS FORMAS DE PERCEPÇÃO DO TRABALHO E A MERITOCRACIA	90

<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA URBANA ENTRE OS MORADORES DA VILA DOS PESCADORES DE JARAGUÁ: ENGAJAMENTO POLÍTICO E PROTAGONISMO</b>	96
4.1)	INAUGURAÇÃO DO CENTRO PESQUEIRO: A SOLENIDADE ONDE PREFEITURA E PESCADORES NÃO SE ENCONTRAM	98
4.2)	ARTICULAÇÃO POLÍTICA COMO FORMA DE RESISTIR	103
4.3)	ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO: A RELAÇÃO DA VILA DOS PESCADORES COM A UNIVERSIDADE E ENTIDADES	109
4.4)	OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS ELITIZADOS	114
4.5)	AINDA É POSSÍVEL RESISTIR?	119
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	122
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	129
	<b>APÊNDICE</b>	132
	<b>ANEXOS</b>	133

## 1 INTRODUÇÃO

Era quarta-feira, 17 de junho de 2015, quando Maceió assistiu as dolorosas cenas da retirada dos moradores da Vila dos Pescadores de Jaraguá, comunidade pesqueira tradicional situada na orla de Maceió.

Após uma disputa que se arrastava desde a década de 1990, e tendo passado por diversas gestões municipais, a “Vila”, como era conhecida pelos próprios pescadores, foi destruída por tratores e retroescavadeiras que passavam por cima dos barracos de madeiras e dos sonhos daqueles que tinham eleito aquele lugar para viver.

Naquela manhã de junho, havia muito barulho e confusão no local. Os tratores demoliam as casas da Vila logo após a saída dos moradores para que eles não tivessem chance de voltar. As crianças choravam assustadas e os pescadores se viam indignados e impotentes diante de toda a situação. Enquanto isso, representantes da Prefeitura e dos batalhões de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar, guarnição da Guarda Municipal, Radiopatrulha, Cavalaria ocupavam a calçada no Museu da Imagem e do Som (Misa), espaço em frente à Vila, e garantiam que a ordem judicial fosse cumprida.

Em defesa dos moradores, diversos movimentos culturais e sociais de Maceió, jornalistas, representantes do Ministério Público, Procuradoria, além de estudantes e professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tentavam “abraçar a Vila” e todos os que nela fizeram sua história de vida e de luta.

Em meio à tensão e à tristeza, os moradores retirados do local eram direcionados pelos profissionais da Prefeitura para o estacionamento de Jaraguá, onde era realizada uma triagem com o objetivo de verificar a situação cadastral de cada família. As que tinham direito ao apartamento eram encaminhadas para o residencial na praia do Sobral, já as que não tinham eram levadas para uma creche pública no bairro do Bom Parto, onde seria decidido seu destino: casa de parentes ou recebimento de aluguel social no valor de R\$ 250.

Durante a triagem, o critério utilizado pela Prefeitura para fazer essa distinção se mostrou impreciso, já que era baseado em dados colhidos ainda em 2007 junto à comunidade, não contemplando, portanto, as diversas mudanças de configuração naquela localidade ao longo dos anos, inclusive populacionalmente. Dentre as principais mudanças estão: a degradação do espaço de uso comum das moradias da Vila, o aumento do tráfico de drogas, aumento da produção de lixo, dentre outros.

Por exemplo, pessoas cadastradas em 2007, mas que não mais residiam em Jaraguá há um bom tempo foram contempladas com apartamentos. O contrário também é verdadeiro,

pois pessoas que residiam no local desde criança e que moravam com os pais, mas que nesse período pós 2007 constituíram família e, portanto, saíram da casa dos pais, não foram contempladas com novas unidades habitacionais.

Desse modo, toda a operação, desde a forma truculenta como foi realizada essa retirada até o encaminhando dessas famílias para suas novas moradias, que naquele momento, ocorreu sem clareza nem diálogo com os moradores, que não sabiam ao certo o que o futuro lhes reservava a partir dali.

Ao longo dos anos e durante todas as gestões municipais, o discurso que justificava a retirada dos moradores daquela localidade era o mesmo: “Reavivar o turismo no bairro de Jaraguá” e com a permanência da Vila dos Pescadores, ou da “favela de Jaraguá”, como a Prefeitura costumava se referir, isso não seria possível.

As tentativas de intervenção naquele local passaram por três principais projetos que são a revitalização de Jaraguá, o que terminou por reduzir a área ocupada pelos pescadores aos arredores da Vila; a tentativa de desenvolver o Projeto Pascual, que beneficiava os moradores com a construção de suas moradias ao lado do local de trabalho e que terminou não se concretizando, e o último grande projeto que foi executado e inaugurado em maio de 2019, o Centro Pesqueiro, mesmo sem ter suas obras completamente concluídas.

A construção do Centro Pesqueiro, segundo a gestão municipal, tinha o objetivo de atrair a atividade turística e dar melhores condições de trabalho aos pescadores, embora local de trabalho e moradia não ocupassem mais o mesmo espaço, sendo essa a grande queixa dos pescadores contrários à remoção.

Esse protesto era justificado pela existência, naquele lugar, de práticas diárias, de um saber-fazer que passava entre as gerações, tais como o modo de engendrar redes, o trabalho das marisqueiras, dos pescadores, dos construtores de barcos, em uma verdadeira cadeia produtiva da pesca que dependia de maneira quase simbiótica das marés e do modo como aquela comunidade organizava suas rotinas. Porém, é preciso notar que esses modos de vida tão particulares, com o tempo, passam a conviver com outros fatores negativos como o tráfico de drogas, o acúmulo de lixo e a ausência de infraestrutura.

Com a entrega do novo empreendimento, o município buscava atrair para o local um público mais “seleto”, onde as classes mais altas poderiam consumir o lazer naquele bairro, mesmo que isso significasse retirar dali uma população que ocupava aquele espaço há mais de 60 anos, segundo datam os próprios moradores, por meio de depoimentos obtidos em entrevistas abertas e do próprio Censo Demográfico e Social realizado em 2018.

Essa ação de reurbanizar uma localidade para que as classes mais abastadas possam habitá-la, ou no caso de Jaraguá, consumi-la, tendo como consequência a impossibilidade de permanência dos moradores em uma área são traços marcantes de um processo de gentrificação (SMITH, 2007), conceito que será o norte desse estudo. É preciso ressaltar, porém, que o que ocorre naquele local é uma gentrificação ainda em curso, não se tratando, portanto, de um processo finalizado.

Meu primeiro contato com os pescadores de Jaraguá se deu ainda em 2015, na iminência da remoção. Assim como a várias pessoas e entidades de Maceió, me preocupava o destino daquelas pessoas após a demolição daquele espaço, por isso, junto a outros três colegas jornalistas fiz um trabalho de documentação da memória daquela comunidade. O instrumento que tínhamos para isso era o *blog* Vidas Anônimas, mantido por nós e destinado a contar histórias sobre personagens anônimos da cidade. Esse momento era a oportunidade de mostrar para o resto da sociedade quem eram aquelas pessoas, suas histórias de vida e pelo que elas lutavam.

O trabalho desenvolvido contemplava a produção de sete perfis sobre figuras representativas da Vila dos Pescadores, além de fotos e vídeos sobre a percepção que aqueles moradores tinham sobre a remoção. O material publicado no *blog* Vidas Anônimas, que ainda está no ar [e que pode ser acessado por meio do endereço: [www.vidasanonimas.tnh1.com.br](http://www.vidasanonimas.tnh1.com.br)], tinha como principal objetivo dar voz àquela comunidade que tinha seus sonhos demolidos. Além disso, essa produção também buscava desmistificar a visão que grande parte da população tinha da “favela de Jaraguá”, como um local perigoso, discurso reforçado a todo instante pela gestão municipal e que desqualificava aquele espaço e as pessoas que nele viviam.

É importante perceber que o processo de favelização do local se deveu, sobretudo, ao descaso do poder público, que por não prestar assistência adequada às necessidades da comunidade acabou segregando-a do resto da cidade, em um movimento comum dentro dos processos de gentrificação, que deve ocorrer no local a médio e longo prazo.

Meu contato com a comunidade em 2015 foi intenso, cheio de trocas e aprendizados e por isso, em 2018, tive o desejo de continuar esse estudo, focando em suas atuais condições de vida. Após quatro anos de remoção e com a iminência da inauguração das obras do Centro Pesqueiro, complexo de comercialização de pescados que foi construído no lugar das antigas casas, senti a necessidade de retomar essa pesquisa, não mais trabalhando os dados de forma jornalística, mas tratando a questão num viés antropológico e focando, sobretudo, nos efeitos



da intervenção após esse período na maneira de viver e de se perceber daquela comunidade transplantada.

Como estarão hoje os residentes do Sobral? Será que eles ainda sentem os efeitos dessa intervenção em seu cotidiano? Como estarão suas atividades laborais, suas redes de sociabilidade ou o desenvolvimento de suas práticas tradicionais após esses quatro anos? Foram questões que me motivaram a dar início a essa nova jornada.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo central refletir sobre os impactos positivos e negativos dessa remoção forçada com vistas em uma gentrificação da Vila dos Pescadores de Jaraguá, partindo de questões tais como: por quais mudanças a comunidade passou? Todos conseguiram se adaptar ao novo cotidiano? Será que a intervenção também não trouxe aspectos positivos para aquela população?

Além disso, o estudo busca refletir sobre os aspectos políticos e jurídicos envolvidos nesse processo, dando destaque ao papel que os atores sociais, principalmente os antigos moradores da Vila de Pescadores, desempenham e o modo como significam a nova realidade. Durante a pesquisa também foi ouvida a Prefeitura de Maceió, de forma a garantir um panorama da questão sob vários aspectos, dando voz a todas as partes envolvidas.

Nesse percurso, algumas questões foram levadas em consideração, como, por exemplo, como processos de remoção e de reassentamento dessa população por parte do Estado ocorrem por meio de uma atuação não dialogada do poder público. Nesse contexto, é possível verificar, durante a coleta dos relatos no trabalho de campo, que houve um diálogo do poder público com os moradores afetados diretamente pela intervenção urbanística, porém as soluções apresentadas não contemplavam as necessidades dos pescadores, não havendo, assim, um consenso entre as partes. A vontade da Prefeitura acabou prevalecendo.

Assim, a pesquisa adquire importância ao refletir sobre um dos maiores e mais longos movimentos de resistência urbana<sup>1</sup> que já ocorreu em Maceió e que envolveu direta e indiretamente diversos segmentos sociais na luta pela manutenção da tradicionalidade e do território daqueles pescadores.

Embora o local da antiga Vila de Pescadores não contasse com infraestrutura adequada para os moradores, fato que decorria muito mais do descaso e da negligência do próprio poder público para com o lugar, o início de todo o processo e todas as tentativas de remoção daquela

---

<sup>1</sup> Ao lado da Vila dos Pescadores, podemos citar o exemplo de outros dois grandes movimentos, que são as famílias da Vila Emater (antigo lixão), que há 13 anos esperam a construção de um conjunto habitacional e a Comunidade Sururu de Capote, na Orla Lagunar de Maceió, que deve ser reurbanizada para a implantação de um complexo turístico, aos moldes do que aconteceu na Vila dos Pescadores.

população não levaram em consideração o vínculo daquelas pessoas com o lugar, tratando a localidade como apenas mais um espaço que deveria ser urbanizado em nome do progresso.

Para alcançar os objetivos propostos nessa dissertação, algumas escolhas teóricas foram fundamentais para nortear tanto o processo de escrita quanto a pesquisa de forma geral, dando sustentação às questões que busquei levantar ao longo do estudo.

A primeira delas foram os trabalhos de Rogério Proença Leite (2002) concentrados nos estudos urbanos com foco nos novos usos do espaço público a partir de revitalizações urbanas. Para o autor, essas reformas representam uma operação política, onde as intervenções propostas carregam consigo um aspecto higienizador que acaba por esvaziar determinado espaço urbano de seu sentido público e onde determinada área considerada um patrimônio público pode se tornar um segmento de mercado.

É possível repensar a construção desses lugares no contexto urbano contemporâneo a partir de usos e contra-usos que se faz dos espaços enobrecidos. Nas áreas que passam por processos de gentrificação, esses usos podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos às relocalizações da tradição e aos lugares nos espaços da cidade. (LEITE, 2002, p.121).

Vainer (2013) é um outro autor que também traz importantes conceitos-chaves para orientar a pesquisa, que são o de “Cidade-mercadoria” e o de “Cidade-Empresa”, onde a cidade-mercadoria tem como principal característica o seu potencial de venda e atração de consumidores seletos. Já a cidade vista como empresa traz a ideia de competitividade para a atração de novos investimentos, pautando-se, assim, em uma lógica de mercado e buscando atender a interesses privados que, no caso da Vila dos Pescadores, eram os turísticos e imobiliários.

Certeau (2012) também traz importantes contribuições para a análise do caráter simbólico dos espaços públicos e para a construção de memórias sobre determinado lugar. Para o autor, ocorre uma “puritanização” do espaço público. O reforço desta ideia encontra no segmento turístico uma via de estabelecimento dos ideais criados, onde os processos de restauração deveriam se chamar de processos de “sedimentação” da memória, onde os espaços soterrados dão lugar a novas narrativas que não são contadas por aqueles que tradicionalmente habitavam o lugar.

Augé (2005) também contribui para esse estudo com a discussão sobre “lugares antropológicos” e não-lugares”. Para o autor, se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como

relacional, nem como histórico, definirá um ‘não lugar’. O não-lugar é também um local de passagem, de fluxo, desenraizado e desprovido das marcas identitárias que provocam o reconhecimento, a identificação. O autor estabelece em seu texto um contraste entre as interações que se praticam nos “não lugares”, denominados relações de “solidão”, e as que se praticam nos “lugares antropológicos”, denominados relações de sociabilidade.

Trazendo esses conceitos para o objeto do estudo, podemos observar que a antiga Vila dos Pescadores em Jaraguá representava esse “lugar antropológico” para os moradores, um espaço de representação e sentido com o qual eles estabeleciam relações e desenvolviam suas práticas sociais. Com a construção do Centro Pesqueiro no local, a relação daquelas pessoas com aquele espaço mudou, um local que eles ocupam, trabalham, mas onde não são estabelecidos vínculos profundos e tampouco representa um lugar de memória.

Pereira (2018), pesquisador e professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), esteve ao lado dos pescadores desde o início de sua luta pela permanência em seu território. Portanto, é um referencial teórico importante, pois além de fornecer dados, visões e histórico de todo o processo de remoção, acompanhou de perto o movimento de resistência e o despertar da consciência política da comunidade.

Outro referencial importante para a pesquisa foi Barros (2009), também pesquisadora e professora da UFAL, que além de participar das mobilizações e ações de resistência junto à comunidade, também realizou junto a outros pesquisadores e estudantes, o primeiro *Censo Demográfico e Social da Vila dos Pescadores de Jaraguá*, em 2006, e que foi importante para esta pesquisa, pois me permitiu ter uma referência sobre as condições de vida da comunidade naquele ano.

Nesse ponto, é necessário falar mais detalhadamente sobre a metodologia utilizada para atingir os objetivos dessa pesquisa.

Para o início do trabalho etnográfico, em 2018, foi essencial ter essa relação prévia estabelecida, ainda em 2015, com a comunidade, pois dessa forma pude ir a campo mais familiarizada com aquele universo e com as questões essenciais que permeavam a vida em comunidade. Agora morando em um residencial na praia do Sobral, distante 3,5 km de Jaraguá, os antigos moradores da Vila me acolheram semanalmente entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019 para a realização do trabalho de campo, com algumas visitas esporádicas nos meses seguintes.

Meu primeiro contato com o residencial do Sobral se deu através de um Projeto de Extensão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que contemplava os cursos de Psicologia e de Serviço Social. O projeto já mantinha atividades periódicas com os moradores

da antiga Vila e tinha a proposta de realizar intervenções sociais e culturais junto aos pescadores, como por exemplo, exibição de filmes e documentários relacionados à luta dos pescadores e exposição de materiais produzidos por eles, como quadros, fotografias e artesanato.

Esse também foi o meu primeiro contato com Enaura Alves do Nascimento, uma das líderes comunitárias da Vila e minha principal interlocutora no campo para a realização desse estudo.

Como recurso metodológico para a obtenção de dados utilizei a observação participante, e ao longo de quatro meses pude tanto acompanhar lideranças comunitárias em momentos fundamentais de sua ação política, quanto participar mais ativamente do cotidiano da comunidade de forma geral. Além disso, lancei mão de entrevistas abertas, não estruturadas, nas quais busquei captar os sentidos que os moradores atribuíam àquela realidade. Também utilizei pesquisa documental, realizada em documentos oficiais, artigos, processos judiciais e material veiculado na imprensa local sobre o percurso da remoção e o grupo estudado. Alguns desses documentos estarão em anexo ao final desta pesquisa.

Nesse contexto é importante destacar que no campo a observação participante aplicada como método não se dá no sentido de estabelecer uma “autoridade” interpretativa, mas de participar ativamente dos processos subjetivos do grupo, de seus interesses e práticas. Desse modo, a pesquisa realizada na Vila dos Pescadores busca colocar os interlocutores como construtores ativos da realidade, intérpretes de sua própria existência.

Além disso, foram também realizadas entrevistas em áudio e vídeo com aqueles moradores que autorizaram os registros. Para aqueles que não quiseram publicizar sua identidade foi garantido o anonimato. Também foram feitos registros fotográficos dos espaços internos e externos do residencial do Sobral, da Balança de Jaraguá, das obras e da inauguração do Centro Pesqueiro, e de reuniões e eventos que participei junto à comunidade.

Um ponto importante no trabalho de campo e que só foi realizado posteriormente, em maio de 2019, foi eu ter participado da inauguração das obras do Centro Pesqueiro, em Jaraguá. A solenidade, que contou com a presença de diversas autoridades locais, embora com quase nenhum pescador, funcionou como um termômetro de como aquela intervenção estava sendo recebida pelos pescadores. Os poucos que ainda apareceram no evento preferiram permanecer mais afastados das comemorações.

Neste dia, além das conversas informais e áudios que gravei com alguns dos já citados poucos moradores presentes na inauguração e com autoridades que estavam concedendo entrevistas, também realizei fotos das instalações físicas do Centro Pesqueiro e da solenidade

oficial, bem como gravei alguns vídeos com pescadores, buscando mostrar um pouco do outro lado daquele dia que, na concepção da Prefeitura, era para ser de festa.

Para conhecer a problemática sob todos os seus ângulos, a Prefeitura de Maceió, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet), também foi entrevistada sobre as intervenções propostas para o bairro de Jaraguá, sobre a remoção dos moradores de seu local de origem e sobre as obras de construção do Centro Pesqueiro.

O Censo realizado por mim em 2018 buscou investigar aspectos variados, tais como, por exemplo, renda familiar mensal, ocupação principal do entrevistado, recebimento de auxílios governamentais, nível de escolaridade, dentre outros. Com base nesses dados, também busquei refletir sobre como o perfil dessa população mudou ao longo dos anos, mesmo em se tratando de uma mesma comunidade.

Para se identificar prováveis mudanças no perfil da comunidade, tomei por base os dados do já citado Censo Demográfico e Social realizado em 2006 por pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O documento elaborado pela UFAL e entregue ao Ministério Público Federal teve o objetivo de mapear a comunidade pesqueira e atender à necessidade de se obter dados iniciais sobre aquela população, inclusive para subsidiar ações que, à época, se apresentavam como possibilidades reais, a exemplo da construção de uma escola, com recursos mobilizados por clientes do Banco do Brasil, além de refletir sobre a legitimidade das ações propostas pela Prefeitura de Maceió.

No Censo que realizei em 2018 foram aplicados 102 questionários, o que corresponde a 25% do total de 405 apartamentos em funcionamento dentre as 450 unidades existentes no residencial do Sobral. Essa pesquisa foi feita por amostragem por questões logísticas e contempla apenas os moradores do residencial do Sobral.

O instrumento do Censo também foi importante para uma aproximação com a comunidade e para a minha aceitação em campo, como pesquisadora, que embora não tenha sido problemática, nem na entrada, nem na minha permanência ali, ainda rendia olhares de desconfiança por parte de alguns moradores. O temor se dava pela possibilidade de eu ser alguém da Prefeitura que quisesse investigar algum aspecto de suas vidas.

Embora o Censo se apresente como uma metodologia quantitativa, também trouxe aspectos qualitativos ao estudo, pois além de me fornecer dados e números, também me ajudou a entender como os atores sociais significaram a remoção e o início do processo de gentrificação dentro do novo universo simbólico presente naquela comunidade. A ferramenta

também possibilitou a identificação de uma série de perfis distintos entre os moradores e seus mais variados estilos de vida.

Assim, pude refletir mais profundamente sobre aspectos subjetivos do processo de remoção, como a trajetória percorrida pela comunidade, suas mudanças e, principalmente, o que motivou cada uma delas a alterar seu estilo de vida.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, de acordo com Flick, von Kardorff e Steinke (2000), conforme citado por Gunther (2006), existem quatro bases teóricas. A primeira delas é que a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados. A segunda é a ênfase no caráter processual e na reflexão. A terceira trata de condições objetivas de vida que se tornam relevantes por meio de significados subjetivos. A última aborda o caráter comunicativo da realidade social que permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Assim, a preocupação da pesquisa qualitativa seria retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total. Isto é, valer-se de casos individuais para explicar um fenômeno geral. Para isso, o pesquisador deve usar uma variedade de fontes para a coleta de dados, que devem ser coletados em vários momentos da pesquisa e em situações diversas, com diferentes tipos de sujeito, como se buscou fazer ao aplicar os questionários e realizar as entrevistas abertas junto aos moradores.

Acerca da aplicação dos questionários do Censo é preciso refletir sobre um ponto importante. Inicialmente, os entrevistados seriam escolhidos de forma aleatória dentro da comunidade para que eu pudesse ter uma amostra bastante heterogênea. Consegui essas amostras aleatórias nas primeiras aplicações, nas quais eu abordava os moradores sozinha.

Porém, nas aplicações seguintes, minha interlocutora principal, Enaura Alves, me acompanhou e me conduziu a algumas pessoas que, de acordo com o julgamento dela, deveriam ser entrevistadas, seja pela relação de proximidade e amizade seja por algum ponto específico de sua trajetória de vida que deveria ser evidenciado durante as entrevistas. Desse modo, parte de minhas “escolhas” foi também influenciada pelas escolhas de Enaura.

Como poderemos constatar ao longo da dissertação, o processo de remoção traz uma série de interpretações díspares por parte dos moradores, sendo ainda uma realidade problemática onde não há um ponto pacífico entre os atores envolvidos. Nem entre poder público e pescadores, nem entre os próprios pescadores, que acabaram se dividindo politicamente dentro da comunidade.

Desse modo, é fundamental que o pesquisador não se torne apenas um observador passivo realizando suas interpretações sem envolvimento com o cotidiano da comunidade,

mas que seja alguém buscando sempre escutar as várias vozes e estando atento às contradições de todo o processo, que ficarão evidenciadas ao longo dos capítulos.

Após essa breve apresentação sobre o contexto encontrado no início da pesquisa, sendo fundamental conhecê-lo para nortear a construção dessa dissertação, passo agora para descrever a ordem e a divisão do trabalho etnográfico desta dissertação.

O capítulo, intitulado “Cidade para consumo: contradições de um discurso de poder” traz discussões teóricas sobre gentrificação, ocupação de espaços urbanos, a cidade vista como mercadoria e o direito jurídico à permanência em territórios tradicionais. Essas questões foram abordadas tomando por base os discursos da Prefeitura de Maceió, da Procuradoria Federal e da própria Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (AMAJAR) sobre o desenrolar de todo o processo de remoção.

Ainda nesse capítulo apresento os três projetos de intervenção para o bairro de Jaraguá, sendo eles: a Revitalização de Jaraguá, o Projeto Pascual e o Projeto do Centro Pesqueiro trazendo ao leitor dados obtidos em campo junto aos interlocutores para discutir as questões referentes aos impactos da remoção em seu cotidiano.

O terceiro capítulo, intitulado “Os Filhos da Vila: políticas de gentrificação e mudanças no cotidiano de uma comunidade tradicional”, discutirá os impactos da remoção com vistas em uma gentrificação de forma mais aprofundada a partir de relatos dos próprios moradores, buscando entender como a intervenção afetou seu cotidiano enquanto comunidade tradicional distante de seu território. A coleta desses relatos, por uma questão de logística, se concentrou no residencial do Sobral, onde há maior número de moradores da antiga Vila, não contendo, assim, relatos de pescadores que foram transferidos para o residencial Parque dos Caetés, no Benedito Bentes.

A primeira discussão do capítulo se dá em torno da origem de Maceió, que é discutida a partir de dois mitos de origem defendidos pelos historiadores: o engenho de cana-de-açúcar *versus* a comunidade pesqueira. O surgimento de Maceió a partir de um engenho foi defendido por uma corrente majoritária de historiadores alagoanos. Já outros pesquisadores acreditavam que a cidade teve sua origem a partir de um núcleo de pescadores, levando em consideração a ocupação de povos indígenas na região e a vocação portuária de Jaraguá, que junto ao Centro de Maceió, representavam os dois polos de desenvolvimento comercial da capital.

Tais evidências históricas não foram levadas em conta pela Prefeitura de Maceió para operar a remoção, de forma que a tradicionalidade pesqueira daquela comunidade, que através de décadas desenvolveu naquele território suas práticas de pesca, mariscagem, construção de

barcos, transmitindo essa herança através das gerações. É importante destacar que essa transmissão de saberes, como pode-se comprovar durante o trabalho de campo, foi prejudicada por conta do processo de remoção.

Ainda neste capítulo serão apresentados os dados do Censo Demográfico e Social que realizei em 2018 junto aos moradores do residencial no Sobral. Esse instrumento se mostrou essencial como forma de obter dados numéricos e também informações mais aprofundadas sobre as mudanças pelas quais a comunidade passou ao longo do tempo em seus hábitos, níveis de renda, ocupação, escolaridade, entre outros.

Mais à frente, ainda no terceiro capítulo, será trazida a visão dos moradores sobre a política de intervenção urbana proposta pela Prefeitura de Maceió. Para isso, as temáticas identificadas como mais sensíveis para a comunidade serão abordadas por meio de relatos; optei por fazer escolhas inspiradas nos “tipos ideais” weberiano. Esse conceito, tomado de empréstimo a Max Weber é aqui utilizado de forma mais livre, para sinalizar a escolha de moradores que representam os mais variados estilos de vida e contextos existentes dentro do residencial.

A escolha desses “tipos ideais” buscou contemplar categorias como líderes comunitários, carpinteiros navais, pescadores/marisqueiras que mesmo após a remoção e as dificuldades impostas continuam na atividade, pescadores/marisqueiras que preferiram mudar o ramo de trabalho ou mesmo aqueles que não trabalham mais, nem na pesca nem em outra ocupação, devido aos mais variados motivos.

O terceiro capítulo também dá destaque a outros três temas que foram identificados como prioritários para a comunidade durante o processo de remoção: saúde, violência e relações de trabalho. Tais temáticas também serão abordadas com base nos relatos dos próprios moradores e a partir da escolha de “tipos ideias”, como anteriormente mencionado.

Já o quarto e último capítulo deste estudo, intitulado “Estratégias de resistência urbana dos moradores da Vila dos Pescadores de Jaraguá: engajamento político e protagonismo”, tem o intuito de apresentar as estratégias de resistência adotadas pelos pescadores em seu novo local de moradia. Entendendo “resistência” como forma de se apropriar desse novo local e nele conseguir desenvolver ações que os ajudem a reafirmar sua identidade enquanto comunidade tradicional pesqueira.

A discussão tem início com a apresentação da solenidade de inauguração do Centro Pesqueiro de Jaraguá, ocorrida no dia 6 de maio de 2019, passados quatro anos do episódio da remoção. O relato desse momento é importante para deixar claro o caráter elitista a que essas intervenções se propuseram desde o início.



Esse ponto pode ser percebido no discurso oficial durante a solenidade, onde era reforçado que Jaraguá deixou de ser uma área “perigosa”, assim atribuída devido à existência da “favela”, para ser hoje um local que as pessoas podem frequentar com segurança. Tais declarações estigmatizam não só o espaço, mas também todos os que nele habitavam.

Logo em seguida, ainda no mesmo capítulo, será discutido como a Vila dos Pescadores, a partir tanto da ameaça de remoção quanto do episódio em si, passou a se articular politicamente, tornando-se mais consciente de seus direitos enquanto comunidade tradicional.

Para contextualizar o início desse despertar, será apresentado um relato breve sobre a gestão de Dona Mariluse, que era uma das marisqueiras mais antigas da Vila, que de 2001 a 2007, comandou a comunidade, e que embora tenha sido reconhecida por seus pares não era tão articulada politicamente.

Da gestão de Mariluse passamos para a gestão de Enaura Alves, uma das líderes atuais que deu um novo fôlego às demandas da Vila, trazendo informação e formação política para os pescadores, tendo como uma das características centrais de seu trabalho a busca pelo apoio de instituições da sociedade que pudessem trazer melhorias para a Vila dos Pescadores.

As melhorias trazidas para a comunidade por essa nova liderança, quando ainda ocupavam o antigo território e que perpetuou no novo local de moradia, apresentam dois pontos principais, os projetos de alfabetização de jovens e adultos, apoiados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a conquista do *Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-guá Cultural*, que se firmou como importante espaço para crianças e jovens desenvolverem habilidades artísticas como fotografia, pintura e percussão, evitando que ficassem ociosos fora do horário da escola.

Essas ações culturais e de educação tiveram como resultado a projeção da comunidade em outros espaços da sociedade que até então não pensava em ocupar, como fóruns de discussão, galerias de arte, museus e universidades.

Será discutida, ainda, a articulação que a comunidade passou a ter com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e com outras entidades civis organizadas, como o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública, por meio da realização de eventos, cursos, participação em audiências e reuniões.

As ameaças e depois a remoção, junto à projeção política que a comunidade foi adquirindo por sua luta, também levou pesquisadores para a Vila dos Pescadores que desenvolveram artigos científicos, monografias, dissertações, teses, projetos de extensão e projetos de pesquisa com ênfase no processo político que aquela comunidade estava vivendo, assim como em sua história.

Um ponto importante que também é abordado nesse último capítulo é o modo com as mulheres, após a remoção, passam a assumir um papel de destaque dentro da comunidade, sendo chefes de família, encabeçando projetos de geração de renda, dando início a novos negócios dentro do residencial, ou mesmo resistindo e lutando para continuar com suas atividades de marisqueira, mesmo em meio a tantos obstáculos impostos pelo processo de remoção forçada, já que após a remoção o número de marisqueiras ainda é superior ao número de pescadores que continuaram na atividade.

A ocupação de espaços considerados elitizados, tais como museus e galerias de arte com obras produzidas principalmente por crianças e jovens nos Pontos de Cultura da cidade de Maceió também se mostra como uma estratégia de fortalecimento da comunidade. Os moradores que já levaram seus trabalhos para o Cine Arte Pajuçara, Museu do Palácio Floriano Peixoto e Centro de Belas Artes de Alagoas (Cenarte), enxergam nesse tipo de ação o resgate de sua cidadania e autoestima, ao apresentar para a sociedade a arte que estão produzindo na comunidade, que trata, sobretudo, do seu cotidiano e das impressões e sentimentos que cada um tem do que os cerca, estando ainda muito marcados pelo episódio da remoção, que se inscreveu naquelas pessoas de forma traumática.

Assim, o último capítulo desta dissertação busca elucidar quais as lutas diárias dessas pessoas e quais suas perspectivas futuras, dando destaque à resistência e ao protagonismo como importantes no sentido de se firmarem enquanto comunidade tradicional.

Mesmo a Vila dos Pescadores não apresentando a mesma configuração de antes e não operando da mesma forma em seu cotidiano, pois ocupa agora um novo espaço e convivem com novos sujeitos, as pessoas conseguem ainda resistir por meio dessas estratégias educativas e culturais que tem levado sua luta, sua identidade para outros espaços da cidade, não deixando que ela seja esquecida.

## 2 CIDADE PARA CONSUMO: CONTRADIÇÕES DE UM DISCURSO DE PODER

### 2.1) Gentrificação: as transformações urbanas como um processo social e econômico

Esse segundo capítulo trará discussões teóricas sobre gentrificação, ocupação de espaços públicos e localidades históricas e tradicionais que passam a se tornar segmentos de mercado. O capítulo aborda, ainda, questões referentes ao direito jurídico a permanência em territórios tradicionais, temas que serão tratados com base nos três principais discursos que envolvem a problemática da Vila dos Pescadores: a Prefeitura, os moradores e o poder judiciário. Também serão apresentados os três projetos de intervenção urbana operados no local: a Revitalização de Jaraguá, Projeto Pascual e Centro Pesqueiro.

O termo “gentrificação” surgiu pela primeira vez na década de 1960, na obra da socióloga britânica Ruth Glass e se referia às mudanças ocorridas em Londres, onde observou-se, em certas áreas da cidade, uma substituição de moradores de classes sociais mais pobres por outros integrantes de classes sociais mais altas. O fenômeno observado por Glass representava dinâmicas essencialmente residenciais e correspondia a dois fatores observados em determinada localidade, o desalojamento de seus habitantes tradicionais seguido do processo de reabilitação física dessas áreas.

A ocupação dessas áreas pela nova classe média trouxe mudanças estruturais que resultou no aumento gradativo de aluguéis e na conseqüente expulsão dos trabalhadores que viviam em bairros centrais da cidade.

Ribeiro (2018) vai além e acredita que o processo de gentrificação não representa só uma reabilitação residencial, conforme a proposta de Glass; expressa, sobretudo, um processo social e econômico que ultrapassa a saída desses moradores por conta das forças do capital ou ainda da reforma dos espaços físicos da cidade. Para a autora, a reestruturação urbana produz uma cidade fragmentada, pois não ocorrem apenas mudanças físicas, mas também uma reestruturação de classes sociais.

É nesse contexto de reestruturação urbana que produz cidades altamente fragmentadas – no sentido da disjunção do tecido social – que se insere a gentrificação como processo de elitização de determinadas áreas em substituição da população tradicional por moradores com maior poder aquisitivo a partir de seu redesenvolvimento com incremento da infraestrutura e/ou requalificação urbana (RIBEIRO, 2018, p.1338).

Nesse contexto, a gentrificação se refere a um plexo de fenômenos diversos que vão desde as mudanças de frequentadores de determinada área até a remoção de moradores para

intervenções de embelezamento urbano, sem maiores adequações à realidade na qual essas intervenções impactarão. As intervenções realizadas na Vila dos Pescadores trataram-se muito mais de uma remoção forçada, não representando, portanto, um processo finalizado de gentrificação. A remoção forçada foi o primeiro passo para um processo que está em curso.

A reestruturação urbana proposta pela Prefeitura de Maceió com a retirada da população residente da Vila e a construção do Centro Pesqueiro teve por objetivo atrair para o local um público que pudesse consumir o lazer e o turismo naquele bairro.

Uma das principais motivações arguidas pelo poder municipal para realizar essa reestruturação é “trazer vida de volta ao bairro de Jaraguá”, que embora seja considerado histórico, caracteriza-se mais como um local de passagem para os bairros litorâneos da cidade e não é muito frequentado pela população de Maceió, exceto durante o dia e, ainda assim, mais pontualmente pelas pessoas que trabalham no local ou que consomem os serviços ali instalados, como uma faculdade, escritórios de advocacia, órgãos públicos e bancos.

Essas ações de requalificação de uma localidade, seja por dinâmicas residenciais ou comerciais, com a conseqüente remoção de seus antigos habitantes são os dois principais traços de um processo de gentrificação em curso.

O início da gentrificação ocorrida em Jaraguá não representou uma substituição de moradias das classes sociais mais pobres pelas classes mais altas, ocorreu na forma de uma requalificação do espaço para fins comerciais<sup>2</sup>, tornando aquele local um objeto de consumo através do turismo.

É importante destacar que nesse caso de Jaraguá, um território tradicionalmente habitado por pescadores, ao se tornar um lugar de consumo também assume um caráter segregacionista, onde o estímulo ao turismo e ao lazer no bairro histórico se torna incompatível com a permanência da comunidade, que não tem asseguradas suas garantias fundamentais como moradia digna e preservação de seu território.

Aprofundando a discussão sobre espaço como lugar de consumo e partindo da ideia de que as cidades se constituem como espaços de sociabilidade, Magnani (2002) argumenta que a gentrificação propõe uma nova dinâmica, principalmente para os centros das cidades, pois além de adequá-los como lugares de consumo inaugura uma nova modalidade, que é o consumo do lugar por outro público diferente do que originalmente o habitava. Uma vez que

---

<sup>2</sup> Na região já há o comércio de pescado na balança de Jaraguá, porém o que se pretende com a remoção é tornar o lugar mais atrativo para o turismo e introduzir outros elementos de consumo turístico como restaurantes e praças de lazer.

o lugar já vinha sendo consumido e significado pelos próprios pescadores da Vila com seu grupo social e suas práticas inscritos na paisagem da cidade.

É necessário destacar que hoje a expansão econômica não se desenvolve só através da expansão geográfica, mas principalmente através da diferenciação interna dos espaços geográficos. O Estado é mediador desse processo, sendo responsável por fornecer os meios necessários para que a gentrificação, que diferencia internamente esses espaços geográficos, se desenvolva sem necessariamente implicar em uma expansão.

Desse modo, a incorporação de uma área urbana é geralmente feita por meio de uma intervenção planejada, como foi o caso da Vila dos Pescadores, com o propósito de superar as barreiras que impeçam sua utilização lucrativa.

Porém, essas novas configurações do espaço, direcionadas a uma camada social mais elevada, significam, seja pela impossibilidade de lá permanecer por conta dos altos preços da moradia ou mesmo por uma ação direta de remoção por parte do poder público, a exclusão dos ocupantes anteriores, como ocorreu com a remoção forçada. Isto porque o desenvolvimento urbano é acompanhado de um processo de valorização do solo que busca atender às necessidades dos processos de produção e consumo existentes.

Neil Smith (2007) apresenta uma faceta interessante sobre o início dos processos de gentrificação, que é o seu aspecto midiático. Para ele, esse processo é o símbolo maior do amplo processo de renovação urbana, mas seu aspecto simbólico ultrapassa em muito sua importância real.

Para este autor, quaisquer que sejam as forças econômicas, sociais e políticas que pavimentam seu caminho, sejam elas bancos, imobiliárias, governos, empreiteiras, todos eles fazem com que a gentrificação apareça, à primeira vista, “como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e dignidade de trabalho”. (SMITH, 2007, p.18).

Nesse sentido, a fronteira urbana é antes de tudo uma fronteira econômica e simbólica, pois as transformações políticas, sociais e culturais são importantes para a experiência imediata da vida cotidiana e estão associadas ao desenvolvimento de uma fronteira econômica.

Em processos de remoção forçada visando uma gentrificação também são criadas fronteiras sociais onde se observa a falta de participação dos atores envolvidos e diretamente afetados. As decisões sobre os destinos desses moradores geralmente ficam a cargo de políticos locais, especuladores imobiliários, sendo este um cenário desprovido de ações, atividades e redes de sociabilidade.

Poderíamos dizer, assim, que a incorporação dos atores e de suas práticas permitiriam introduzir outros pontos de vista e outros usos sobre e para a cidade, além do olhar do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo desprezando, na grande maioria das vezes, o olhar dos que são diretamente afetados por essas práticas e que são deixados de lado nas decisões sobre o espaço que habitam.

No caso de Jaraguá, a exclusão dos atores sociais dessas discussões e as constantes tentativas do poder público em legitimar a intervenção como benéfica tanto para a população em geral quanto para os próprios moradores envolvidos, se mostrou através de um discurso de marginalização daquela comunidade, vista e vendida como “uma favela onde só existiam tráfico de drogas e prostituição”.

Essa narrativa era difundida nos mais diversos meios de comunicação. Um dos exemplos podemos ver nesta reportagem da jornalista Wanessa Oliveira para o portal Gazeta Web (2009), onde o ex-prefeito de Maceió, Cícero Almeida, prometia “limpar a cidade” com o objetivo de trazer “harmonia” para o local. Sendo assim, a revitalização da Vila dos Pescadores se torna um processo desejável.

**Figura 1: Print da reportagem do portal Gazeta Web, out de 2009.**

The image shows a screenshot of a news article from the Gazeta Web portal. At the top, there is a blue header with the word "MACEIO" in white. Below this, the main title of the article is "Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em 'guerra fria'", displayed in a large, bold, blue font. Underneath the title, there is a smaller line of text: "Por Gazetaweb - reportagem de Wanessa Oliveira" and a date/time stamp "04/10/2009 15h00".

The main body of the article features a large photograph of a man, identified as "Secretário Nilton", sitting at a desk. To the right of the photo is a text block starting with "As obras de construção das 450 casas no bairro do Sobral, destinadas aos pescadores – que atualmente residem no bairro de Jaraguá - começam a ser edificadas em um clima semelhante ao de uma guerra fria. Por um lado, o prefeito de Maceió, Cícero Almeida, anuncia que vai 'acionar a Polícia caso seja necessário' para remover os pescadores e colocar, no lugar, o 'projeto de seus sonhos', uma marina, para 'melhorar o visual da cidade'. Já pelo outro, trabalhadores que sobrevivem da pesca insistem que não pretendem deixar o espaço em que estão instalados há mais de 80 anos, e cuja memória se confunde com o próprio processo histórico da capital."

Below the main text, there are several smaller sections:

- A quote: "'Não queremos retirar as pessoas de suas casas, apenas melhorar o visual da cidade', diz Almeida em entrevista ao Gazetaweb".
- A list of "MATÉRIAS RELACIONADAS" (related articles) with two entries: "Almeida: 'Só queremos melhorar o visual da cidade'" and "Almeida: 'Só queremos melhorar o visual da cidade'".
- Three small thumbnail images with captions:
  - "Oito meninos já foram retirados da gruta de Tham Luang, na Tailândia"
  - "Japão: chuvas deixam quase 100 mortos e 58 desaparecidos"
  - "SISTEMA PRISIONAL Ausência de presídio para o semiaberto faz crescer violência em AL"
- A large green advertisement at the bottom right with the text "A PARTIR DE AGOSTO" and a logo for "MACEIOENSES".

Criava-se, assim, no imaginário social uma visão de que aquela intervenção em Jaraguá seria boa para todos e que os pescadores que ainda resistiam permanecendo no local estavam, na verdade, negando as benfeitorias oferecidas pela Prefeitura.

Nesse sentido, existe uma forte associação entre marginalidade e precariedade habitacional. A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples, a remoção da “favela” e a construção do Centro Pesqueiro com a mudança daquela população para outro local da cidade.

Na Vila dos Pescadores buscava-se, sobretudo, retirar a “favela”<sup>3</sup> para resolver a questão do tráfico de drogas na região, fato que, constatamos posteriormente e teremos a oportunidade de discutir, não foi resolvido. Pelo contrário, com a construção do novo residencial, no bairro do Sobral, o mercado do tráfico tomou outras proporções.

Os moradores da antiga Vila também acreditavam que ocorria um processo de favelização intencional daquela localidade, pois embora existissem projetos e propostas para melhoria da qualidade de vida daquela população, eles sempre encontravam entraves por parte do poder público para sua execução.

Sem infraestrutura seria mais fácil a remoção das pessoas em momento propício, constituindo isso, então, como uma estratégia estatal deliberada. Assim, a Prefeitura tentava convencer a população de Maceió, por meio de um discurso midiático, que aquela intervenção seria benéfica, pois removeria a “favela” e eliminaria a “criminalidade” no bairro, tornando Jaraguá um lugar seguro para que a população pudesse voltar a frequentá-lo, atraindo o turismo e movimentando a economia da capital.

## **2.2) As primeiras intervenções no bairro de Jaraguá**

### **2.2.1) O Projeto de Revitalização de Jaraguá**

A primeira versão do projeto de reurbanização de Jaraguá data da década de 1990 e foi realizado na gestão do então prefeito Ronaldo Lessa, sendo seguido pela ex-prefeita Kátia Born, que deu continuidade a ele em seus dois mandatos.

Jaraguá, um bairro tradicionalmente comercial, começou, no início da década de 1980 a ser alvo de investidas da Prefeitura, ainda na gestão do ex-prefeito Fernando Collor, que em virtude do processo de expropriação urbana que vinha ocorrendo no local, decidiu pela retirada dos moradores daquela localidade, que foram realocados na zona de expansão da cidade, que na época ficava próxima ao posto da Polícia Federal, no Tabuleiro do Martins,

---

<sup>3</sup> A denominação “favela” foi atribuída àquela localidade pelo poder público. A comunidade se ressentia com essa denominação negativa por entender que se tratava de uma tentativa de marginalizar os pescadores diante da sociedade.

aglomeração conhecida como favela do DER. É interessante notar, neste ponto, que para onde quer que essa população vá, carrega consigo o estigma da favelização.

Anos depois, outra investida, que segundo Pereira (2018) também data dos anos 1990, ficou por conta do ex-prefeito Ronaldo Lessa que retirou as famílias do local onde hoje se encontra o Memorial da República e o Estacionamento de Jaraguá. Mesmo após essas remoções forçadas, em Jaraguá, no local ainda ficaram acomodadas 700 famílias em condições subumanas, 300 delas, pelo menos, eram de pescadores.

Após todas essas tentativas de retirada das pessoas daquele local, a vida na Vila conseguiu se multiplicar à medida que as pessoas iam casando, tendo filhos, tendo netos. Pescadores de outras partes de Alagoas vinham e se instalavam no local por conta tanto dos atrativos naturais quanto de sua localização privilegiada no tecido urbano.

Outro fator que influenciou o aumento da densidade populacional na Vila foi a remoção de famílias sem-teto de outras partes da cidade. Todas essas pessoas foram realocadas na comunidade de Jaraguá pela então secretária Lucíola Toledo, durante a gestão da ex-prefeita Kátia Born (1997 a 2005)<sup>4</sup>. Eles foram amontoados no armazém da antiga Cibrazem, que ficava localizado em frente à Vila dos Pescadores (Pereira, 2018).

Por conta dessas migrações forçadas, a Vila não era mais só uma comunidade de pescadores, mas se mostrava bastante heterogênea e abrigava os mais diversos tipos populacionais. Embora toda essa movimentação estivesse ocorrendo, as questões referentes àquela localidade ainda eram desconhecidas pela maioria da população. Dessa forma, Jaraguá só entrou para os holofotes novamente quando, em 1995, foi lançado o Projeto de Revitalização dos Centros Históricos, um projeto que abrangeu diversas capitais do país e tinha como objetivo resgatar atividades locais e artísticas de diversas cidades.

Nesse sentido, a Prefeitura de Maceió se empenhou no planejamento e execução do projeto de revitalização, como tentativa de diversificar a atividade turística, através do turismo cultural centrado no lazer, entretenimento e conservação do patrimônio histórico. Esse projeto foi lançado no dia 11 de agosto de 1995 pelo então prefeito Ronaldo Lessa.

Uma das primeiras medidas do projeto foram as criações das Zonas Especiais de Preservação (ZEPs), que posteriormente se tornaram a Lei Municipal nº 4.545/96 (em anexo). Por meio deste decreto, o bairro de Jaraguá foi estabelecido como ZEP 1, tendo aquele território adquirido importância turística e ambiental.

---

<sup>4</sup> O período de 1997 a 2005 se refere ao período de gestão da ex-prefeita Kátia Born.



Segundo esse mesmo documento, no seu artigo 1 – V, a área da Vila dos Pescadores é um setor de Preservação Ambiental – SPA, a qual é (...) considerada de interesse social, por ser constituída de construções ocupadas por populações de baixa renda, cuja atividade principal é a pesca. (VASCONCELOS, 2005, p.59 apud PEREIRA, 2018, p.31).

Para que esse projeto de revitalização fosse gerenciado e executado foi criada a Unidade Executora Municipal (UEM) em 1996, que tinha o intuito de criar áreas turísticas, promovendo o incremento da atividade no município e buscando resgatar o patrimônio arquitetônico e histórico do local (PEREIRA, 2018). Para a implementação desse projeto foi liberada uma verba, à época, de R\$ 8 milhões, vinda do Governo Federal.

O projeto de revitalização foi fragmentado em nove subprojetos, que incluíam: a restauração do prédio da Associação Comercial de Maceió e do Museu da Imagem e do Som (Misa); a despoluição do Riacho Salgadinho; a reestruturação do sistema viário da área interna do bairro, como o alargamento de pontes na Avenida da Paz; drenagem e pavimentação na Avenida Cícero Toledo para evitar inundações; a construção do Centro de Convenções e do estacionamento de Jaraguá; além da promessa da construção de uma marina como forma de incentivar o esporte náutico. O último subprojeto seria a urbanização da Vila dos Pescadores. Com essas intervenções, esperava-se atrair turistas, consumidores solventes<sup>5</sup> e empresários para investir na área.

Esse projeto de revitalização de Jaraguá recebeu financiamento da Cooperação Interamericana de Investimentos (BID Invest), por meio do Banco do Nordeste. Porém, na época, o projeto não foi integralmente executado. As intervenções no bairro foram realizadas, exceto a construção das moradias para os pescadores e a despoluição do Riacho Salgadinho.

Hoje, no local onde deveria existir as moradias está sendo executado outro projeto de aprovação mais recente, que é o do Centro Pesqueiro<sup>6</sup>, empreendimento construído para ser um grande complexo de comercialização de pescado, onde os pescadores da antiga Vila devem trabalhar, mas não podem ali habitar.

Essa nova construção no local deixa claro o caráter excludente da intervenção proposta, demonstrado o esquecimento e o descaso para com a comunidade residente na Vila dos Pescadores, que viveu ao lado de toda a reurbanização sem, no entanto, fazer parte dela.

“A urbanização passou pela porta da favela, mas não entrou nela”, foi um dos relatos de Francineide de Oliveira<sup>7</sup>, marisqueira e presidente da Associação dos Moradores e Amigos do

---

<sup>5</sup> Consumidores capazes de atrair novos investimentos para uma determinada área.

<sup>6</sup> Restando apenas detalhes como calçamento das calçadas do entorno para ser entregue.

<sup>7</sup> A entrevistada autorizou, por gravação de voz, a publicação de seu nome, assim como de seus relatos e de suas fotos nesta dissertação.

Bairro de Jaraguá (AMAJAR), em uma das entrevistas sobre como o processo de remoção tinha afetado a vida da comunidade.

Ela me disse isso enquanto tirava escamas dos peixes em seu depósito na Balança de Jaraguá, em janeiro de 2019. O termo “favela, tão criticado pelos moradores da Vila em 2006, acabou sendo incorporado pelos próprios pescadores para se referir àquela localidade.

Com a construção do Centro Pesqueiro e a derrubada dos antigos barracos, Francineide se mudou, com os demais trabalhadores da pesca, para o residencial no Sobral. A mudança de local trouxe para ela muitas alterações na rotina, como o fato de ter que se deslocar diariamente até o local de trabalho, quando antes podia fazê-lo na porta de casa. “Fico aqui na balança de 7h às 19h, tratando do pescado e despachando mercadorias. É uma rotina desgastante. Só apareço em casa para dormir”, relata.

Uma das consequências desse processo de remoção forçada da comunidade e que pode ser observada em diversas conversas com moradores é a necessidade de deslocamento, o que implica os gastos com transporte, afastamento da família durante o dia e a retirada desses moradores de um local tradicional, que representava não só o lugar de trabalho, mas também de moradia e sociabilidade.

Enaura Alves, uma das principais interlocutoras na elaboração desta dissertação, avalia como negativa a intervenção proposta pelo poder público. Em uma das minhas primeiras idas a campo, em outubro de 2018, observou que:

**Enaura:** A vida se tornou mais difícil, pois as pessoas costumavam sair de suas casas de madrugada para pescar, entre 1h e 2h, mas como era perto não havia preocupação com transporte e a questão de logística. Hoje, muitos para chegarem até Jaraguá pegam uma moto táxi, o que custa R\$ 10,00 por dia ou vão a pé. Esse é um gasto que impacta diretamente as finanças dessas pessoas que já não tiram muito com a comercialização do pescado. (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018).

A questão do deslocamento desses moradores gerou muitos debates com o município. Segundo a Prefeitura<sup>8</sup>, em entrevista realizada em novembro de 2018, o pescador não precisa viver perto do mar, pois em outros pontos da cidade onde há a atividade de pesca, como Ponta Verde e Pajuçara, muitos pescadores não vivem à beira mar e, mesmo assim, trabalham. Embora tenha ocorrido o diálogo do poder público com os pescadores para operar a transferência dessas famílias, as soluções apresentadas não foram suficientes para os moradores.

---

<sup>8</sup> A entrevista com a Prefeitura de Maceió foi previamente agendada com a Assessoria de Comunicação onde foram apresentados os objetivos centrais do trabalho e o enfoque que será dado a esses dados.

**Prefeitura:** Essa alegação de ter que acordar cedo, é realmente uma rotina que eles tinham e hoje está diferente, mas se a gente olhar em outros locais em que há essa atividade, que é como ali na Pajuçara, nenhuma família que tem barco, que pesca, que trabalha com isso, eles moram à beira mar. Não precisam dormir ao lado das embarcações. Essa alegação é feita desde o projeto, alguns deles entendiam, mas outros é porque não queriam mudar a rotina. É como eu disse, qualquer projeto implantado aqui, que envolva pessoas, vai ter aquele que vai perder e o que vai ganhar. Mas tentamos fazer com que o que vai perder, perca menos. A justiça entendeu que o projeto, do jeito que está sendo feito, apesar dos problemas, na média geral, o benefício ia ser maior. (Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Não havia, por parte do poder público, a impossibilidade de compreender a comunidade e suas práticas tradicionais, porém havia outro projeto a ser desempenhado no local onde a reestruturação urbana se deu em caráter higienista e voltada para o consumo de uma elite.

Certeau (2012) observa que o espaço urbano tem seu caráter simbólico “produtificado”. A “produtificação” simbólica do lugar significa a construção de uma memória local a partir de uma referência de mercado. Nesse contexto, o espaço também é um tipo de mercadoria no sistema capitalista.

Essa restauração urbanística é uma restauração social. Ela leva a um terreno deteriorado e restaurado por burgueses e pelos liberais. A população muda. As ilhotas reabilitadas formam os guetos de pessoas abastadas e as curetagens imobiliárias se tornam assim operações segregativas. (CERTEAU, 2012, p.196).

Para o autor, ocorre uma “puritanização” do espaço público. O reforço desta ideia encontra no segmento turístico uma via de estabelecimento dos ideais criados, onde os processos de restauração deveriam se chamar de processos de “sedimentação” da memória, onde os espaços são soterrados e dão lugar a novas narrativas, contadas não por aqueles que tradicionalmente habitam ou habitavam o lugar. “As velhas pedras renovadas se tornam lugares de trânsito entre fantasmas do passado e os imperativos do presente. São passagens sobre múltiplas fronteiras que separam épocas, os grupos e as práticas” (Idem, p.194).

Nesse sentido, poderíamos falar de uma “mutilação da cidade”, outros diriam uma “plástica na cidade”, para a construção de novas narrativas sobre o espaço público, que difere da memória criada por seus tradicionais habitantes, por suas redes de sociabilidade e afeto engendradas como forma de reconhecimento e de lealdade para com o território e todos que nele habitam.

### 2.2.2) O Projeto Pascual

O projeto de revitalização da Vila dos Pescadores de Jaraguá que contemplava a melhoria das condições de vida dos moradores se chamava Projeto Pascual, em homenagem a Ovídeo Pascual, arquiteto que o elaborou. O projeto, que nunca foi executado, seria financiado com as verbas recebidas do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), vinculado ao Ministério do Turismo, no total de R\$ 8 milhões.

O Projeto Pascual também seria executado por meio de um convênio da Prefeitura com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para que fosse cedida ao município a área onde seriam realizadas as obras que contemplavam a construção de um comércio de peixes, casas, fábrica de gelo, posto policial, estacionamento, arena de eventos, escola de pesca e áreas de lazer.

Para dar início ao projeto foi preciso respaldar a viabilidade técnica de tal intervenção. Órgãos como o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), Capitania dos Portos e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) afirmavam que era possível executar as obras e que, portanto, não havia nenhuma objeção à construção das moradias naquele local.

Dentro dos laudos apresentados à época para embasar o planejamento, gostaria de destacar dois deles: o do IMA e o do IBAMA, que, à época, não se opuseram à construção no local, dando pareceres favoráveis à intervenção. “Informamos que a Capitania dos Portos e o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas nada têm a se opor com relação ao pleito...”. De acordo com Pereira (2018), a informação consta no Parecer Técnico nº 315/GEAES/SPU de 02 de junho de 2004.

Ainda segundo Pereira (2018), Rodrigo Tenório, Procurador da República que na época estava à frente do caso da remoção e se posicionava favorável aos moradores, lembrava sempre aos representantes da Prefeitura de Maceió que o convênio firmado com a União para a concessão do terreno onde seria executado o Projeto Pascual não previa a retirada dos moradores.

Uma estratégia de combate da comunidade, visando evitar sua retirada do local, era a tentativa de legalização fundiária da área. Com esse objetivo, a AMAJAR deu entrada em um requerimento endereçado à SPU. Tal requerimento foi assinado por 161 moradores e estava em consonância com a Medida Provisória nº 2.220 de 4 de setembro de 2001 (em anexo). “Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possui como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em

áreas características e finalidades urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto de posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural”.

O autor, esclarece ainda que tal pedido foi indeferido no dia 02 de março de 2010. “Informamos a Vossa Senhoria que indeferimos o pleito, considerando que a área relacionada à Vila dos Pescadores foi solicitada a esta SPU/AL, pelo município de Maceió, para fins de urbanização...” (Ofício nº 183/2010 – SPU/AL apud PEREIRA, 2018).

A referida guarda provisória já havia sido emitida em 2009 pela União. “O imóvel está sendo entregue ao município de Maceió, para guarda e vigilância, no estado em que se encontra, para poder evitar mais degradações e coibir invasões constantes na área”. (Idem, 2005).

Ao longo do processo, Pereira (2018) acredita que a União foi omissa e conivente com as intenções da Prefeitura. A atitude da SPU inviabilizou o gozo de um direito líquido e certo da comunidade em relação à posse do território, visto que, diante do conflito de interesses sobre a área, a demanda dos moradores teria prioridade sobre a demanda da prefeitura, prioridade que, a não ser levada em consideração, deu margem para a futura ação civil pública por parte da Prefeitura, solicitando a remoção dos moradores resistentes.

Também não foram encontrados dentro do Processo Administrativo documentos que comprovassem a consulta à comunidade sobre aquela construção. Todos esses fatos ocorreram sem que a Prefeitura apresentasse qualquer justificativa.

Em 2012 foram removidas as primeiras 300 famílias para o residencial do Sobral. As 150 que ainda resistiam tiveram a garantia, por parte da Prefeitura, de que poderiam permanecer no local. Porém, no período de 2012 a 2015 ocorreram tentativas, por parte da Prefeitura, de minar a resistência das pessoas que insistiam em permanecer no local. Segundo relatos dos moradores, isso era feito sob a forma de promessas ou mesmo de ameaças de que se não saíssem de lá poderiam perder de vez suas casas no novo residencial.

Assim, aos poucos, a gestão pública conseguiu fazer com que muitos pescadores mudassem de ideia e com isso convencer a justiça de que só restavam ali poucos moradores, não fazendo sentido, assim, manter no local tão poucas famílias, enquanto a grande maioria já tinha se mudado para o novo lugar de moradia.

Aliado a isso, em 2015, por meio de uma manobra jurídica que contou com a substituição do Promotor de Justiça que estava à frente do caso, Rodrigo Tenório, a Prefeitura

conseguiu a expedição da Ação Civil Pública que culminou na remoção das famílias daquele local.

Em novembro de 2018, em entrevista que fiz com a Prefeitura de Maceió indaguei sobre esses laudos a favor da implantação do Projeto Pascual e fui informada de que o IMA e o IBAMA eram contrários à construção das casas naquele local. O que é uma contradição em relação aos documentos favoráveis anteriormente citados, onde tais órgãos não se opunham.

**Pesquisadora:** Quais eram os principais problemas que vocês viram para não conseguir fazer isso? O que impediu a construção das casas naqueles locais?

**Prefeitura:** O projeto da Prefeitura foi discutido com eles para que fosse executado de modo a trazer benefícios para a comunidade. Esse é um projeto que foi pensado também pela comunidade e que envolveu outros órgãos da administração, inclusive do Estado, como o Instituto do Meio Ambiente (IMA), que relatou a impossibilidade daquelas famílias permanecerem ali para habitação. O relatório do IMA apontava para a impossibilidade de permanecer por conta da conformação da costa e de outros serviços que precisavam acontecer antes, como a limpeza do Salgadinho. Foram questões que sabíamos que precisava resolver outras, e sabíamos da dificuldade de resolver a questão do Salgadinho para construir aquelas unidades ali, por isso procuramos uma região próxima de onde eles trabalhavam, pouco mais de 3km, com acesso à ciclovia, linhas de ônibus, que permitissem que eles tivessem essa mobilidade. Apesar de um pouco distante, era o melhor local que encontramos na região. (Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

O Projeto Pascual não chegou a ser implantado, mas caso tivesse sido executado teria a seguinte configuração:

**Figura 2: Planta do Projeto Pascual**



Fonte: Cavalcante (2016)

Nesse sentido, citamos Leite (2002) que entende o início da gentrificação em áreas urbanas como investimento comumente praticados por governos, materializado em processos de higienização que desalojam ou deslocam grupos ou populações específicas. Para esse autor, a especulação imobiliária é mobilizada para dar ao poder públicos outros benefícios, normalmente com finalidade econômica focada no turismo, excluindo do seu entorno os moradores e levando-os para longe do local tradicional onde costumavam atuar.

### **2.2.3) O Centro Pesqueiro**

Com a não implantação do Projeto Pascual, o poder público começou a trabalhar a ideia da construção de um Centro Pesqueiro no local onde eram localizadas as antigas moradias dos pescadores. Esse novo empreendimento seria um local para que os pescadores pudessem trabalhar, mas onde não poderiam mais morar como ocorria antes da remoção e nem como previa o Projeto Pascual, caso tivesse sido executado.

A configuração do Centro Pesqueiro contemplava um mercado para a venda de peixe, estacionamento, bicicletário, depósitos para os pescadores guardarem seus materiais, câmara frigorífica para guardar o excedente do pescado, fábrica de gelo, restaurante onde os pescadores podem comercializar e fazer amostras do produto, uma barraca de sorvete, um espaço que deve abrigar a Associação dos Moradores, um Museu do Pescador, uma sala para filetagem de camarão com balcão em inox, uma área para a secagem do peixe, uma oficina elétrica para conserto de motores, oficinas para a fabricação de lemes e de redes e três estaleiros para a fabricação e conserto de embarcações.

Além desses equipamentos que serão utilizados pelos próprios pescadores e construtores de barcos, também foi construído um espaço onde deve ficar a administração do lugar, de responsabilidade da gestão municipal, além da presença da Guarda Municipal para controlar a ocupação do espaço público.

Com o término das obras, a área atualmente ocupada pela balança de peixe de Jaraguá, onde hoje ficam os depósitos nos quais os pescadores guardam seus materiais de pesca e onde muitas vezes passam o dia trabalhando, seja com mariscagem ou despachando mercadorias, será demolida. Em seu lugar, o projeto prevê a construção de uma praça de alimentação e de um espaço de lazer, criando um ambiente destinado ao turismo e à cultura.

Essa é a configuração do Centro Pesqueiro de Jaraguá disponibilizada pela Prefeitura de Maceió. Ao todo, a obra foi estimada em R\$ 9 milhões. Os recursos para o seu financiamento,

segundo as informações da Prefeitura, são oriundos do Ministério das Cidades com financiamento da Caixa Econômica Federal.

**Figura 3: Planta do Centro Pesqueiro de Jaraguá**



Fonte: Divulgação/Prefeitura de Maceió

Em material também divulgado pela Prefeitura de Maceió, essa será a configuração do Centro Pesqueiro ao término das obras:

**Figura 4: Maquete do Centro Pesqueiro de Jaraguá**



Fonte: Divulgação/Prefeitura de Maceió



Em visita realizada ao local em janeiro de 2019, acompanhada de Francineide Oliveira, marisqueira e uma das líderes comunitárias da Vila dos Pescadores, pude conhecer de perto o andamento das obras do Centro Pesqueiro. Àquela época, a estrutura do local estava quase toda concluída, restando pequenos ajustes na pavimentação do entorno e das calçadas para a entrega final.

**Figura 5: Estrutura geral do Centro Pesqueiro**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)

**Figura 6: Depósitos destinados à guarda de material dos pescadores**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)

**Figura 7: Área externa do mercado de peixe**



**Foto: Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)**

**Figura 8: O que falta da construção – Pavimentação das ruas do entorno**



**Foto: Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)**



**Figura 9: Os estaleiros****Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)

A construção do Centro Pesqueiro em Jaraguá confirma a ideia de Cidade-Mercadoria anteriormente mencionada, onde a cidade se vende por meio de seus atributos físicos. Nesse caso, especificamente, por seus atributos turísticos.

Mais à frente aprofundaremos a maneira como essa intervenção urbana impactou a vida cotidiana dos antigos ocupantes do local e como, até hoje, passados quase quatro anos do início das obras, eles ainda tentam se adaptar à nova realidade. Muitos não se adaptaram. A maioria ainda não se conformou.

Nesse contexto, é importante lembrar que, segundo destaca Cavalcante (2016), antes da Ação Civil Pública (ACP) que determinou a expulsão dos moradores, foram constatadas algumas irregularidades no projeto final, entre elas a não participação da comunidade na construção da política. Embora a Prefeitura tenha apresentado propostas para a comunidade, nenhuma delas atendia às necessidades dos moradores.

Em conversas com Josivan Bezerra, em janeiro de 2019, um dos carpinteiros navais da comunidade, confirma-se a falta de consulta à comunidade sobre a melhor forma de construção do Centro Pesqueiro, de modo que se adaptasse à sua realidade de vida e de trabalho.

**Josivan:** Eu mudei para o Sobral, mas aqui ainda ficam minhas ferramentas e se eu não pagar uma pessoa para olhar eu posso perder meu material. E eles não se responsabilizam por isso. O estaleiro não tem segurança nenhuma. Em lugar de vermos algo com qualidade para trabalharmos tranquilos, não vemos uma mudança real nem em estrutura, nem condições de trabalho. Muitos pescadores não têm

estudo, mas têm sabedoria e sabe que na prática não é assim que deve ser feita essa estrutura, não é assim que funciona. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

Passados quase quatro anos da remoção, as obras ainda estão em fase de conclusão. Segundo a Prefeitura de Maceió, em entrevista concedida em novembro de 2018, o fato se deve a entraves burocráticos no projeto:

**Prefeitura:** Esses prazos que antecederam foram totalmente atropelados pela burocracia. Tivemos a desocupação efetivada em 2016 (dia 7 de janeiro). De lá para cá fizemos a limpeza de toda a área. Retirar todo o entulho que demorou pouco mais de dois meses e aí sim, começamos a implantação do projeto com terraplanagem, locação, e durante essa locação nós identificamos algumas necessidades de adequação do projeto, o que gerou maior demora desse processo. Como é uma obra da Prefeitura, mas vinculada a recursos federais, que são do Ministério das Cidades, então qualquer mudança temos que submeter à Caixa Econômica que é a gestora do recurso e ao dono do recurso que é o Ministério das Cidades. Então, em 2016, iniciamos essa adequação do projeto que se estendeu até a homologação pelo Ministério das Cidades nós só tivemos essa homologação em junho do ano passado, após vários questionamentos, de sugestões de melhoria do projeto. (Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Segundo Cavalcante (2016), a comunidade se manifestou sobre sua falta de participação na constituição da política local, no sentido de ver sua necessidade atendida, e essa manifestação foi feita por Procedimento Administrativo nº 10465.000270/98-76 junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) onde foi solicitado o esclarecimento sobre a situação e sobre as ameaças de retirada dos moradores de Jaraguá divulgadas pela Prefeitura em toda a mídia alagoana. O fato contrariou o pacto que o município firmou com a SPU, onde para a manutenção do contrato de cessão do terreno deveriam ser feitos alguns ajustes, frutos de discussões com o Ministério Público e em diálogo com a comunidade.

Foi convencionado o seguinte no Ministério Público Estadual (MPE) por meio de reunião:

- [...] A) O Município de Maceió não retirará a comunidade do local enquanto não terminada a discussão com ela acerca da possibilidade dos moradores permanecerem no local de origem [...]
- B). Está descartada, desde já, a possibilidade de remoção da comunidade para o suposto terreno adquirido no Sobral ou qualquer outro terreno distante de sua área de trabalho, conforme determinado na Lei Orgânica do Município de Maceió. (Ata da Reunião do MPE/AL de 20.07.2005 apud CAVALCANTE, 2016, p.32).

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Jaraguá (AMAJAR) também pediu esclarecimentos sobre a situação legal do terreno onde moravam, temendo que o município realizasse a remoção daquelas famílias:

[...]. Viemos solicitar de Vossa Senhoria um esclarecimento à comunidade de pescadores de Jaraguá sobre a situação legal (fundiária) de permanência no local que ocupam há mais de sessenta anos. Para tanto, a diretoria da Associação convida a Gerência do Patrimônio da União para explicar o convênio celebrado com o município de Maceió para a reurbanização da Vila de Pescadores de Jaraguá. A reunião será no dia 27 de abril, segunda-feira, às 15:30, na sede da Associação, que fica localizada na travessa da Av. Cícero Toledo, nº 18, no final do armazém de açúcar. A pauta será a explicitação do processo MF nº 10465.000270/98-76 de 18 de outubro de 2004 e solicitações de prorrogação feitas pelo município. Informamos que o gestor municipal será convidado a participar da reunião uma vez que vem, desde o início, ameaçando retirar todas as famílias do lugar. (Ofício nº 09/2009 da AMAJAR – procedimento SPU 10465.000270/98-76, Idem, p.33).

A construção do Centro Pesqueiro poderia ter abrangido as moradias para os pescadores, como previsto no Projeto Pascual, mas os órgãos executores apoiaram-se em uma lógica de mercado que não garantiu a preservação de seus direitos fundamentais e nem a proteção a seu território tradicional.

### **2.3) Cidade Mercadoria x Cidade Empresa: cidade como objeto de consumo e a construção de espaços de exclusão social**

É dentro do contexto de reestruturação urbana com uma proposta elitista que podemos discutir as categorias de Cidade-Mercadoria e Cidade-Empresa, cunhadas por Carlos Vainer (2013) e que ilustram bem todo o processo que ocorreu e ainda ocorre no bairro de Jaraguá.

A Cidade-Mercadoria tem como característica principal o seu potencial de venda e atração de consumidores solventes. Assim, ela é vendida tanto para o capital nacional quanto internacional por conta de seus atributos, como a história local e as belezas naturais. A cidade, nesse caso, é uma mercadoria de luxo e só pode consumi-la e ocupar seu espaço aqueles dotados de capital. Essa ideia encontra apoio nos debates atuais sobre planejamento estratégico das cidades, que tem como um dos objetivos gerar competitividade urbana diante do mercado de capitais.

Tal fato ajudaria a explicar o *marketing* urbano que se impõe como uma esfera do planejamento urbano e da gestão das cidades, tendo como objetivo examinar em que mercado essa cidade pode ser vendida e que tipo de consumidor pretende atrair.

Outro ponto importante desse conceito que merece destaque é que para Vainer (2013, p.82), “a transformação da cidade em mercadoria (de luxo) repercute no olhar lançado para a pobreza”, pois a cidade-mercadoria tem um público muito específico e qualificado que tem condições de fazer o capital circular e onde a pobreza e marginalização fazem parte apenas do entorno social, mas não devem integrar aquele espaço, pois não é o público para o qual é direcionada.

A cidade, para além de sua representação como “cidade-objeto”, “cidade-mercadoria” que é vendida, atuando assim, de forma passiva, também pode aparecer como sujeito ativo, assumindo a identidade de empresa, tornando-se competitiva para atrair investimentos e tecnologias e buscando atender aos interesses privados, como reforça Vainer (2013, p.85): “Agora é a cidade, em seu conjunto e de maneira direta, que aparece assimilada à empresa. Produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica de mercado”. Sobre isso, o autor destaca:

Ver a cidade significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra nesse mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir de informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (VAINER, 2013, p.86).

Sobre esse conceito, Cavalcante (2017, p.24) completa: “A cidade seria agenciada pelo empresariado que seleciona os interesses privados a serem contemplados pelo planejamento urbanístico”.

É nessa lógica capitalista de investimento que podemos refletir sobre o tipo de discurso sustentado pela gestão municipal ao longo dos anos para legitimar a necessidade de remoção dos moradores daquela localidade territorialmente privilegiada. É importante destacar que durante todo esse processo de remoção, os pescadores foram tratados como uma coletividade invasora do espaço urbano e não como habitantes tradicionais daquele território.

Marchioni (2016) destaca, nesse contexto, que existe uma questão de natureza sociojurídica onde é possível identificar a Vila dos Pescadores como uma comunidade de pescadores artesanais, que é uma normativa internacional que lhe garante o exercício de sua tradicionalidade.

A normativa versa sobre o “direito à moradia adequada” e a “segurança jurídica da posse” (Comentário nº 4 do Comitê do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ 1996, (em anexo na íntegra) que tem uma interpretação específica sobre o elemento

da proteção da tradicionalidade para fins de conservação das moradias, a justificativa para o exercício desses direitos e para a possibilidade de permanência no local.

Segundo relatos dos próprios moradores, a opção de 150 famílias pela permanência no local estava relacionada para além da atividade econômica de subsistência, compreendendo também os costumes tradicionais e os laços culturais e de pertencimento daquela comunidade. Nesse sentido, a comunidade de pescadores artesanais não apenas pretendia ser reconhecida como comunidade tradicional, mas ter garantido a permanência no local em que moravam. (MARCHIONI, 2016, p.30).

Segundo o Censo Demográfico e Social da Vila dos Pescadores de Jaraguá (2006), realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, do qual já falamos anteriormente, a pesca artesanal foi uma atividade historicamente vinculada ao surgimento da cidade de Maceió, tendo como característica a relação dos pescadores com a natureza, a tradição e o território que lhes são próprios. Nesses espaços, são compartilhados o saber-fazer na construção de canoas, redes, curas de doenças e conhecimentos que se valorizam em razão de sua manifestação como patrimônio material e imaterial.

De acordo com relatos de Enaura Alves, na antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá o ofício da pesca era passado de pai para filho. As crianças cresciam espelhadas pelo ofício dos pais, avôs e tios, porém, com a mudança da comunidade para o bairro do Sobral, muito dessa tradição foi deixada de lado e os mais jovens buscam outras atividades para se ocuparem.

**Enaura:** Hoje, a maioria dos filhos de pescadores escolhem outros caminhos como ser moto táxi, entregador de água, atendente de lanchonete, serviços gerais. Poucos se interessam pelas atividades dos pais. (Entrevista concedida em 22 de outubro de 2018)

Minha interlocutora relata, ainda, que quando a Vila ainda estava em Jaraguá, a principal ocupação dos mais jovens, além de aprender o ofício dos pais era pegar o *Impu*. *Impu* é um termo usado por pescadores nordestinos que significa a remuneração dada, em pescado, aos que os auxiliam ao chegarem de uma jornada de pesca em alto-mar, quando então precisam de ajuda para retirar suas jangadas da água e atracarem na areia. Os que participam dessa tarefa são recompensados pelos pescadores através do *Impu*, que é uma certa quantidade de camarão e peixe de menor valor comercial dado como recompensa e que pode ser consumido ou vendido.

Nesse contexto, podemos perceber que a pesca é um elemento que preside a identidade social do grupo, pois expressa não só suas condições de existência baseadas na sobrevivência

por meio dessa atividade, mas um modo de vida que engloba as demais esferas da vida social, não só de sobrevivência.

Esse aspecto da articulação das diversas atividades da pesca já havia sido comprovado pelo Censo Demográfico e Social da Vila dos Pescadores de Jaraguá (2006), que constatou que a atividade da pesca envolve praticamente toda a Vila, seja definindo posições sociais baseadas nas posses (donos de barco, por exemplo estavam em melhores condições que atravessadores) e seja estabelecendo especialidades o pescador, o comerciante de pescado na balança, o atravessador, a marisqueira, entre outras.

Não só os meninos aprendiam o ofício dos pais, mas as mães também ensinavam às filhas o exercício da mariscagem. A mariscagem é uma atividade predominantemente feminina e era, então, geralmente desempenhada por grupos de mulheres no espaço externo de suas residências. A mariscagem representava também um espaço de socialização e convivência daquelas mulheres com seus familiares, já que muitas podiam fazer suas atividades ao lado de seus filhos.

Com o início das obras do Centro Pesqueiro, as mulheres que decidiram continuar a realizar essas atividades, mesmo em meio às dificuldades encontradas, tiveram que se adaptar a um novo cenário, deixando os filhos em casa e tendo que passar o dia na Balança de Jaraguá tratando do pescado e comercializando as mercadorias.

Seus materiais de trabalho ficam guardados em pequenos depósitos de madeira onde são armazenados caixas de isopor, bancos de madeira, tonéis de água, *freezers* e equipamentos necessários para a rotina da pesca.

Os depósitos da balança de peixe têm todos a mesma configuração. Neles, dois ou três pescadores partilham do espaço e guardam seus materiais. Quando o Centro Pesqueiro for entregue, os pescadores continuarão compartilhando espaços nas novas instalações.

**Figura 10: Área externa aos depósitos de peixe em Jaraguá**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)



**Figura 11: Área interna dos depósitos de peixe em Jaraguá**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)

A atividade pesqueira na região também tem outras ramificações que ultrapassam a cadeia da pesca propriamente dita, de pescador e de marisqueira. Existem outros ofícios, associados à pesca, como a carpintaria naval, onde as embarcações são feitas de modo artesanal, dispensando o engenheiro naval. Essa atividade é feita hoje por três pessoas da comunidade, que atendem a todos, seja construindo barcos ou fazendo sua manutenção.

Outra importante e tradicional categoria de trabalhador da pesca são os *pombeiros*. Categoria apontada no Censo Demográfico e Social da Vila dos Pescadores de Jaraguá (2006), constata que na maioria das vezes não é o pescador quem vende o peixe, mas sim os *pombeiros*, que são atravessadores que revendem o pescado nas Balanças e em restaurantes, porém muitos pescadores vendem suas próprias mercadorias sem o intermédio desses profissionais.

De acordo com o que observa Lima e Magalhães (2010), a atividade da pesca artesanal, na área litorânea, consistia em cultivar as tradições do saber-fazer envolvendo a construção canoas, o engendramento de redes, a prática da pesca e da mariscagem. Atividades realizadas sem o auxílio de grandes tecnologias e que valorizavam o conhecimento empírico.

Assim, a pesca praticada na Vila dos Pescadores não representa só um modo de subsistência, mas uma prática onde podem ser identificados papéis sociais dentro desse universo: existem os que pescam, os que confeccionam instrumentos de pesca, os que fazem a

manutenção dos instrumentos de pesca, os que comercializam, os que transportam e os que fazem o trabalho da mariscagem. Desse modo, a cidade de Maceió e o ritmo acelerado que foi adquirindo ao longo dos anos, contrasta com a Vila dos Pescadores que, embora faça parte da cidade, ainda conserva traços de um modo tradicional de vida.

É importante lembrar, ainda, que embora o local não contasse com infraestrutura adequada para os moradores, em grande parte por negligência do próprio poder público, como já mencionado, a revitalização do bairro, culminando com a construção do Centro Pesqueiro, não levou em conta o vínculo daquelas pessoas com seu território. Nesse contexto, o início da gentrificação se apresenta como a consequência do interesse de diversos grupos que através de intervenções urbanas adaptam essas áreas para um uso que exclui, segrega e hierarquiza socialmente as populações que ficam à margem do processo.

No próximo capítulo, discutiremos mais detalhadamente sobre os impactos que essa intervenção urbana causou na vida desses moradores a partir da visão de quem vivenciou o processo. Esses elementos serão discutidos com base em dados colhidos através do Censo Demográfico e Social realizado em 2018, em entrevistas abertas realizadas com moradores e no registro de momentos cotidianos, tais como a participação em reuniões e eventos significativos para a comunidade, buscando responder: quais os significados que os atores sociais deram a todo o processo e qual a sua realidade atual?

### 3 OS FILHOS DA VILA: POLÍTICAS DE GENTRIFICAÇÃO E MUDANÇAS NO COTIDIANO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL

Este capítulo discute de forma mais aprofundada os impactos da remoção forçada na Vila dos Pescadores de Jaraguá a partir do trabalho de campo propriamente dito, realizado entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019.

A primeira discussão se dá em torno da origem de Maceió a partir de dois mitos de origem da cidade, o engenho de cana-de-açúcar x a comunidade pesqueira<sup>9</sup>. O argumento central dessa discussão é de que forma a tradicionalidade pesqueira de Jaraguá, defendida por historiadores que acreditavam que a cidade surgiu de um núcleo de pescadores, não foi considerada pela Prefeitura nem pela Procuradoria da República para a não retirada da comunidade do local, mesmo sob fortes indícios históricos de que Jaraguá teria sido um local decisivo para a formação da capital alagoana.

Em seguida, serão apresentados os dados do Censo Demográfico e Social realizado em 2018 junto aos antigos moradores da Vila em Jaraguá e agora residentes na praia do Sobral. Esse instrumento teve o objetivo de mostrar como a comunidade mudou ao longo do tempo, seus hábitos, ocupações, estilos de vida, renda, escolaridade e perspectivas para o futuro, mesmo se tratando de quase o mesmo aglomerado populacional. A coleta de dados foi feita apenas com os residentes do Sobral por uma questão de logística, mas não podemos esquecer que há moradores da antiga Vila que hoje residem no Parque dos Caetés, residencial localizado no Benedito Bentes.

Para realizar a análise desses dados, utilizei como referência o Censo Demográfico e Social de 2006, realizado por pesquisadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e que ajuda a pensar de forma onde se deram as principais mudanças e o que pode ter ocasionado cada uma delas.

Mais à frente, será trazida a visão dos moradores sobre a política de intervenção urbana proposta pela Prefeitura de Maceió. Para isso, as temáticas serão abordadas por meio de relatos, onde foram escolhidos o que chamarei aqui de “tipos ideais”<sup>10</sup> para representar os

---

<sup>9</sup> Esta proposição da existência de dois mitos de origem para explicar Maceió pode ser encontrada inicialmente no artigo de Rachel Rocha de Almeida Barros, intitulado: “Apropriações de espaços naturais e exclusão turística: o caso da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceió (AL)”, 2009 e em Solitários no Paraíso – produção cultural e expressões de isolamento em Maceió, 2018, pp. 85-87, da mesma autora.

<sup>10</sup> Uso aqui a expressão tomada de empréstimo a Max Weber de maneira mais livre, uma vez que os tipos a que me refiro aqui, diferentemente dos propostos por Weber, existem de fato na realidade investigada. Com a expressão quis apenas sinalizar o princípio que inspirou a escolha dos entrevistados, buscando contemplar tipos variados tomados dos diversos contextos vivenciados pela comunidade.

mais variados estilos de vida da comunidade, tais como: o carpinteiro naval, líderes comunitários, pescadores que mesmo após a mudança continuam com a pesca, já outros que preferiram mudar de atividade, mulheres que assumiram a chefia da família, mães que largaram as atividades da pesca para cuidar dos filhos, assim como mães que continuam com a pesca mesmo tendo que cuidar sozinha dos filhos.

Ao longo do trabalho de campo, outros três temas foram identificados como prioritários para a comunidade e apresentam relação direta com o processo de remoção, que são: saúde, violência e relações com o trabalho. Esses temas serão discutidos a partir dos relatos dos próprios moradores e também por meio dos já citados “tipos ideais”, que servem como exemplos para retratar a nova realidade enfrentada por diversos outros moradores do residencial do Sobral.

### **3.1) Censo Demográfico e Social: um retrato da Vila dos Pescadores no Sobral**

Durante o andamento da pesquisa, compreendi que a análise dos impactos da remoção forçada que deu início a um processo de gentrificação na Vila dos Pescadores de Jaraguá não poderia ficar restrita a alguns interlocutores tidos como figuras representativas da comunidade. Embora suas vozes sejam importantes e tenham me guiado em todo o percurso, era preciso conhecer realidades mais diversas, tanto de quem sentiu o processo como negativo, quanto aqueles que viram como positivas essas intervenções.

Para isso, além de conversar com as lideranças e participar de eventos e reuniões com a comunidade, apliquei o Censo Demográfico e Social da Vila dos Pescadores, um importante recurso metodológico que me permitiu conhecer as atuais condições de existência daquela população, em uma espécie de retrato da comunidade hoje, após a remoção de 2015.

No ano de 2006, a professora do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Rachel Rocha de A. Barros e Marluce Cavalcanti que, na ocasião, era professora substituta no ICS e ministrava aulas no curso de Serviço Social, já haviam realizado um trabalho semelhante no local, a partir da necessidade dos moradores conhecerem seu quantitativo e também para atender a demandas de órgãos públicos como o Ministério Público Estadual (MPE), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Banco do Brasil. O referido trabalho buscou investigar 1) os níveis de dependência da comunidade com a pesca; 2) suas condições de existência; e 3) a legitimidade das ações então propostas pela Prefeitura.

Além das professoras e dos bolsistas selecionados para a execução do projeto, o Censo realizado em 2006 contou ainda com o apoio da Empresa Júnior da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da UFAL, do Laboratório de Informática do Curso de Ciências da Informação (UFAL) e do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (UFAL), neste último, onde foi desenvolvida.

Para iniciar o Censo em 2018 tomei como referências algumas questões já abordadas na primeira pesquisa, em 2006, tais como faixa etária da população, tempo de moradia na antiga Vila, renda familiar, recebimento de auxílios governamentais, nível de escolaridade, ocupação principal dos residentes, satisfação em morar no local (agora no Residencial do Sobral), número de crianças na família, estado civil, participação em associações existentes na comunidade, problemas na residência, tempo na atividade de pesca e a questão da perda de parentes por questões de saúde após a mudança para o atual Residencial.

Esta última questão não apareceu em 2006, mas se mostrou importante para os moradores durante meus primeiros contatos com a comunidade em 2018, sendo esse um dado novo e que merecia maior investigação. Porém, é preciso lembrar que entre os dois Censos não deve existir uma relação de comparação direta, visto que o primeiro realizou a pesquisa em 100% dos domicílios, tendo, portanto, outros parâmetros de referência para a análise dos dados.

A pesquisa realizada por mim em 2018, além de me fornecer um retrato sobre as condições de existência da comunidade nos dias de hoje, me permitiu uma aproximação maior com os moradores do local, em um exercício constante de construção de diálogo e confiança, que além de me fornecer informações quantitativas também me permitiu acesso a questões mais profundas sobre a vida daquelas pessoas.

Tomando os domicílios como referência, foram aplicados 102 questionários, o que representa 25% do total de apartamentos em funcionamento (405), dos 450 existentes no residencial. Para a escolha dos participantes do questionário foi feita uma amostra aleatória simples, com todos os moradores tendo igual probabilidade de serem escolhidos. Na primeira aplicação dos questionários fui até o residencial sozinha e abordei os moradores que encontrava pelo caminho, já nos outros encontros fui guiada por minha interlocutora, Enaura Alves, de modo que minhas escolhas, em certos momentos, foram influenciadas pelas escolhas dela, fato para o qual estive sempre atenta.

Outro fator importante a ser considerado é que a maioria dos questionários aplicados, mesmo tendo sido fruto de escolhas aleatórias, foram respondidos por mulheres, devido ao fato de que é a mulher, na maioria das vezes, quem fica em casa para cuidar dos filhos

enquanto o marido vai trabalhar na pesca, já que muitas deixaram a atividade da mariscagem devido à mudança do local de moradia, outro dado novo que mereceu minha atenção.

As mulheres que deixaram de lado as atividades relacionadas à pesca e à mariscagem também passaram a desenvolver outras atividades econômicas no próprio residencial, como a venda de frutas, doces e salgados. Ou a prestação de serviços como manicure e cabeleireira.

Vamos agora a um panorama de como a comunidade se encontra em 2018 após o processo de remoção forçada em relação à sua renda familiar. Quase metade da população do residencial do Sobral, 45%, vive com menos de um salário-mínimo por mês. A média salarial dessa população é de R\$ 300 a R\$ 400 reais obtidos por meio das atividades de pesca, mariscagem, venda de lanches e outros serviços dentro da própria comunidade. Em alguns desses casos, as famílias recebem também o auxílio do Bolsa Família, que gira em torno de R\$ 80 a R\$ 200.

A pesquisa constatou ainda que o número de pessoas no Residencial Sobral que vive com um salário-mínimo representa 42% do universo pesquisado. Essa renda, um pouco superior à das outras famílias, geralmente é obtida por aqueles que recebem aposentadoria, pensão ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) - destinado a pessoas que possuem alguma deficiência que a incapacite para o trabalho – ou advém de trabalhos formais, tais como auxiliar de serviços gerais e segurança em empresas privadas.

Os que vivem com mais de um salário-mínimo corresponde a apenas 15% dos entrevistados. Também nesses casos, verificamos que a renda vem geralmente de quem recebe BPC, pensão, e ainda atua de alguma forma nas atividades relacionadas à pesca.

Porém é preciso estarmos atentos ao fato que em 2006, ano do primeiro Censo, o valor do salário-mínimo era de R\$ 350, 00, não tendo, portanto, o patamar de valorização que ele tem hoje com os reajustes anuais. Nesse contexto, é possível compreender que a situação financeira desses pescadores parecia melhor antigamente, uma vez que a maioria ganhava mais que o valor do salário-mínimo na época.

Pudemos também verificar que em 2018, 35% da população entrevistada não recebia nenhum tipo de auxílio governamental, já 48% recebe Bolsa Família, que figura como o principal benefício recebido. Porém, hoje outros recursos também entram em cena, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) recebido por 10% dos moradores entrevistados, a pensão por morte do cônjuge, recebida por 5% e o auxílio-doença, com apenas 2%.

A aposentadoria também é benefício recebido por 14% dos moradores do residencial nos dias de hoje, contra o percentual de 12% verificado no primeiro Censo. Mesmo que esses dados não possam ser comparados diretamente, verifica-se um aumento no número de

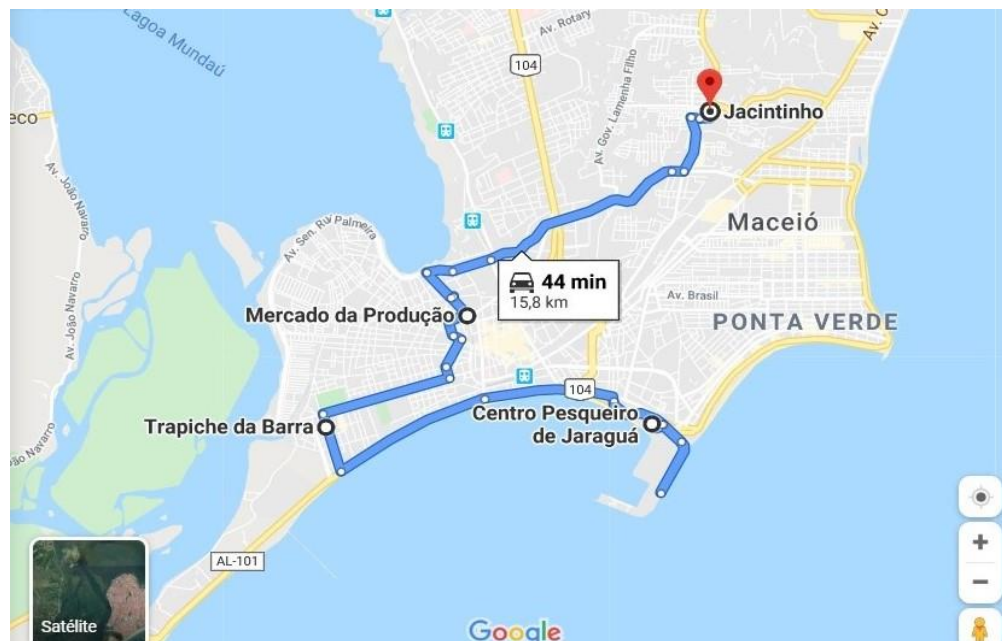
aposentados representando o envelhecimento dessa população que não pode, porém, ser medido apenas com base na taxa de aposentadoria, pois idosos tentam se aposentar há tempos, sem ter ainda conseguido o benefício oficialmente, e também os aqueles que não pararam de trabalhar, mesmo em idade avançada.

Em relação à ocupação principal dos moradores em 2018, cerca de 33% dos entrevistados trabalhavam com mariscagem, 14% com pesca artesanal e 4% com a comercialização do pescado (feita pelos pombeiros) e outras atividades relacionadas à pesca, como caiqueiros (fazem o transporte dos pescadores até suas embarcações), construtores navais, comerciantes e consertadores de rede de pesca.

A atividade dos pombeiros perdura até hoje e os pescados são atualmente comercializados nas Balanças de Jaraguá, Ponta da Terra, Ponta Verde e Trapiche da Barra, além de no Mercado da Produção (Levada) e na Feira do Jacintinho. Os pombeiros também levam a mercadoria para ser vendida em restaurantes da orla de Maceió, no Pontal da Barra e em localidades do Litoral Sul, como Massagueira e Praia do Francês.

Os mapas abaixo mostram a distribuição comercial do pescado, sinalizando os locais que são abastecidos pelo trabalho de pescadores e marisqueiras da Vila.

**Figura 12: Distribuição do Pescado: Rota Jaraguá – Trapiche – Mercado – Jacintinho**



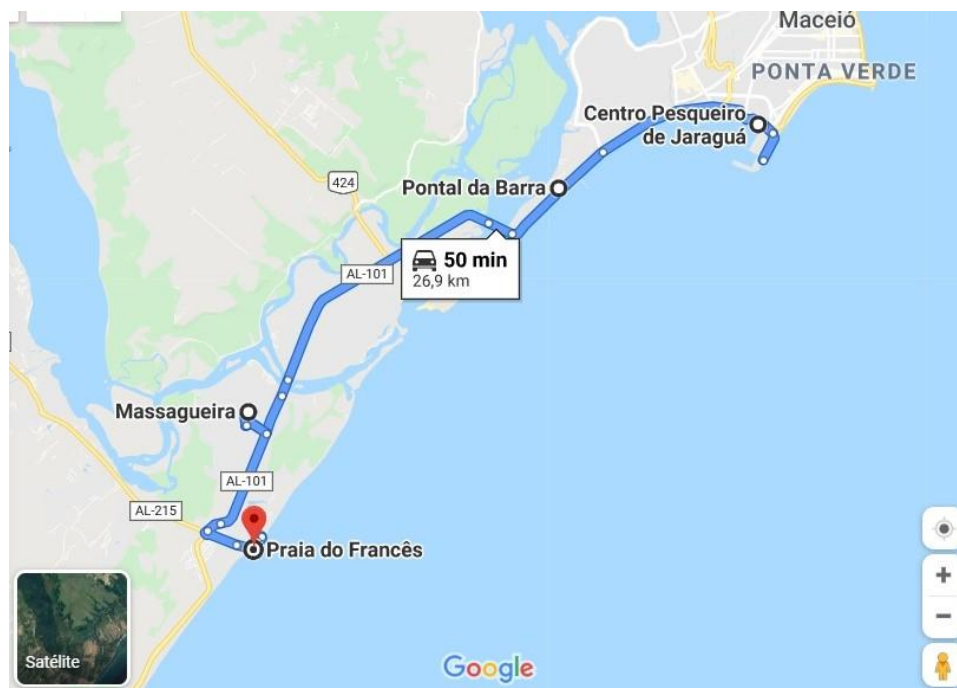
Fonte: Google Maps

**Figura 13: Distribuição do Pescado: Rota Jaraguá – Pajuçara e Ponta Verde**



Fonte: Google Maps

**Figura 14: Distribuição do Pescado: Rota Jaraguá – Pontal – Massagueira – Francês**



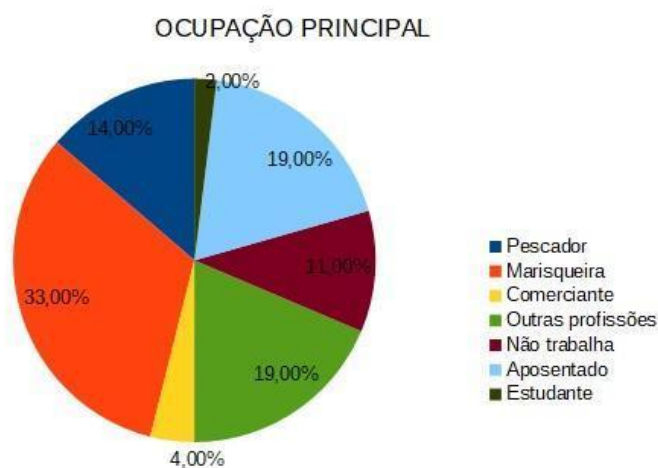
Fonte: Google Maps



Os dados apontam que 19% dos entrevistados aderiram a outras profissões com a mudança para o Sobral, pois não conseguiram se adaptar às rotinas de deslocamento, pelos mais diversos motivos, seja por não ter com quem deixar os filhos, seja pelos gastos diários com transporte. As principais profissões a que esses moradores aderiram foram: motoristas de moto táxi, cuidadores de idosos, cabeleireiras, domésticas, comerciantes, motoristas de carro de lotação, vendedores de salgados na comunidade, embaladores de supermercado, seguranças em empresas privadas, ambulantes, porteiros e prestadores de serviços gerais. Esse também corresponde ao percentual de idosos aposentados no Residencial Vila dos Pescadores, 19%.

Os que não trabalham fora de casa, geralmente mulheres, correspondem a 11%. Essas mulheres deixaram suas atividades laborais, seja por não se adaptarem às rotinas de deslocamento e gastos, seja por não terem com quem deixar os filhos enquanto vão para Jaraguá, principalmente aquelas que têm filhos portadores de necessidades especiais, e que não contando com lugares especializados para a socialização dos filhos, são obrigadas a ficar em casa com eles. Nesses casos, crianças e jovens recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário-mínimo que é o que garante o sustento da casa.

**Figura 15: Gráfico sobre a ocupação principal dos moradores, Censo de 2018**



Fonte: Ana Cecília da Silva

Esse gráfico demonstra o alto grau de ocupação da mão de obra feminina na atividade em 2018, já que o percentual de marisqueiras (33%) é mais que o dobro do percentual de pescadores (14%). A mão de obra do pescador, principalmente após a remoção, migrou para outras atividades profissionais, sendo as principais mototáxis e táxis de lotação.

A maioria da população do Residencial Vila dos Pescadores se declara casada (44%), 6% se declara 'ajuntada' (união sem formalização civil) e 28% se declara solteira. É

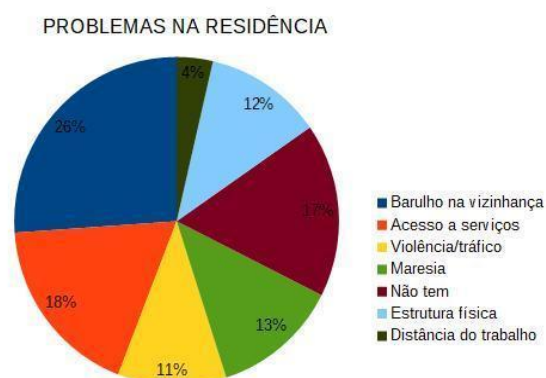
importante destacar aqui que viúvos e separados se declaram solteiros pelo fato de não morarem mais com algum companheiro, pois apenas 5% se considera separada e 3% oficialmente divorciada.

Sobre o grau de satisfação em morar no novo residencial do Sobral, 54% afirmam gostar de morar no local, contra 46% que afirmam não gostar. Dos que gostam, o principal fator positivo é a construção da residência em alvenaria, a existência de água encanada e de luz elétrica. Nesse quesito, a resposta foi unânime “pelo menos não é um barraco, então eu gosto”.

Uma das maiores queixas da população quanto ao local de moradia durante a realização do Censo de 2006 era sobre a situação das casas, que eram basicamente barracos improvisados de madeira e papelão. De certa forma, o poder público utilizou essa insatisfação para dar andamento à remoção acenando para o recebimento de apartamentos de alvenaria. Por isso, a Prefeitura nunca quis dar espaço às melhorias das residências na Vila dos Pescadores de Jaraguá nem adotou o projeto Pascual.

Hoje, os que não gostam de morar no local, que representam 46% do universo de entrevistados, apontam alguns fatores como determinantes para seu desgosto. Cerca de 26% afirmam que não gostam do barulho da vizinhança e do som alto, principalmente aos fins de semana. Já 18% aponta a falta de acesso a transportes e a serviços de saúde próximos, como um dos principais problemas do residencial. O tráfico de drogas é um problema apontado por 11% dos residentes, que se sentem inseguros de morar no local por conta do comércio de drogas e das constantes batidas policiais que muitas vezes geram confronto entre policiais e traficantes nos arredores do residencial.

**Figura 16: Gráfico sobre os principais problemas na residência, Censo de 2018**



**Fonte: Ana Cecília da Silva**

A maresia também é um problema para 13% dos entrevistados, pois sua ação corrói móveis, eletrodomésticos e as estruturas de metal dos apartamentos e certamente o fato só é

notado porque a aquisição de eletrodomésticos no novo residencial do Sobral o permite. No antigo local de moradia muitos não tinham geladeira, por exemplo. Já 12% aponta o tamanho das moradias como insuficiente. Os apartamentos são compostos por uma sala, dois quartos, um banheiro e uma cozinha. Para pequenas famílias, o local é adequado, mas não acomoda confortavelmente famílias maiores, de 6 a 7 pessoas, como é o caso da maioria.

**Figura 17: Interior de um apartamento no Residencial do Sobral**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Dezembro/2018)

Apenas 4% dos entrevistados, dentro do universo de 102 entrevistados, apontam como problema a distância para o local de trabalho em Jaraguá. Um percentual baixo de pessoas que veem a distância do mar onde costumavam pescar como problema, se formos relacionar aos 46% de pescadores que afirmam não gostar de morar no novo local. Será que o fato de morar perto do mar perdeu a importância para a maioria deles após a remoção dando lugar a outros problemas considerados mais urgentes? Há também quem não ache problemático morar no novo residencial, o que corresponde a 17% do total de entrevistados.

Sobre o tempo de moradia na antiga Vila dos Pescadores, as análises dos percentuais foram feitas com base nas décadas de moradia no local. A maioria da população entrevistada (36%) morava há mais de 40 anos na Vila, muitos desses moravam em Jaraguá desde o nascimento. Já 25% vive de 20 a 30 anos na comunidade. O mesmo percentual, de 25%, também se aplica aos que vivem na Vila dos Pescadores de 31 a 40 anos. Os que vivem de 11

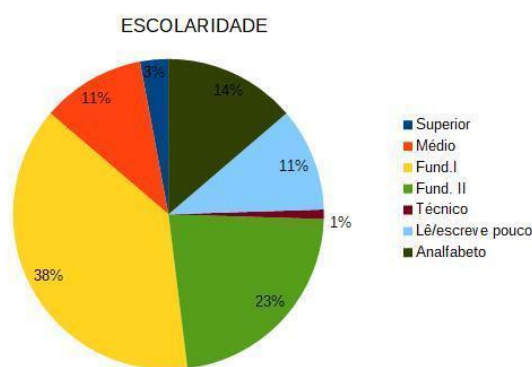
a 19 anos representam 9% e os residentes mais recentes, que moram no local de 2 a 5 anos, correspondem a apenas 3% dos entrevistados.

Esse grande tempo de moradia na antiga Vila dos Pescadores revela o pertencimento dessa comunidade a um território tradicional, ancestral, habitado por eles e por seus antepassados. Muitos nasceram lá e viveram por quase 80 anos no local, cerca de 36% deles. O que pude perceber durante a aplicação dos questionários foi que esse sentimento de pertença foi arrancado deles com a remoção. Por isso 46% dos moradores entrevistados, principalmente os idosos, não gostam de morar no novo local.

Outro ponto investigado foram os índices de escolaridade da população. Cerca de 14% dos entrevistados se declararam analfabetos atualmente e 11% declararam só saber assinar o nome e ler pouco. Os moradores que possuem o Ensino Médio, antigo segundo grau, correspondem a 11% do total de entrevistados. Já 38% possuem o fundamental I (que compreende do 1º ao 5º ano) e 23% possuem também o fundamental II (do 6º ao 9º ano), de acordo com a nomenclatura atualizada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Ministério da Educação.

Sobre o percentual de entrevistados cursando algum curso superior, em 2018, só 3% dos entrevistados afirmaram estar cursando e 1% afirmou fazer algum curso técnico. Embora o nível de escolaridade dos moradores tenha aumentado ao longo desses anos e isso tenha permitido o acesso dessas pessoas a empregos formais ou mesmo a uma faculdade, os índices ainda são baixos e podem ser percebidos como um dos fatores da exclusão social, fazendo com que os que não continuaram com a pesca tenham acesso apenas a empregos que não exigem alto grau de especialização.

**Figura 18: Gráfico dos índices de escolaridade da população em 2018**



**Fonte: Ana Cecília da Silva**

Os moradores também não costumam mais participar das associações comunitárias existentes no Residencial Vila dos Pescadores. Dos entrevistados, 74% afirmaram não

participar de nenhuma associação, e somente pouco mais de um quarto dos entrevistados, 26%, fazem parte da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (AMAJAR). O baixo índice de associativismo se deve, em parte, à não existência de um espaço físico para o desempenho das atividades da AMAJAR nem do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, que realiza atividades esporádicas, fato que acaba gerando um desinteresse da comunidade no engajamento nessas ações.

Sobre a faixa etária da população em 2018, 21% dos entrevistados possuem mais de 60 anos. Já a população na faixa etária dos 20 a 30 anos corresponde hoje a 13%, os que tem de 31 a 40 anos correspondem a 19% e os situados entre 41 e 50 anos e entre os 51 e 60 anos tiveram o mesmo percentual de 23% cada um.

Em relação ao tempo que os moradores da comunidade realizam atividades de pesca, 25% afirmaram que pescam há mais de 41 anos; 26% praticam a atividade entre 31 a 40 anos; 16% pescam de 21 a 30 anos; outros 16% também realizam a atividade entre 11 a 20 anos. Os que pescam entre 6 a 10 anos são 3% e apenas 2% pescam há menos de 5 anos. Os que não fazem nada relacionado à pesca e exercem outras profissões representam 12% do universo entrevistado.

A análise dos dados também permite concluir que a faixa etária dos que migraram para outras atividades que não a pesca/mariscagem após a remoção está entre os 20-40 anos. Esses dados sobre o tempo de atividade profissional são importantes para identificar a comunidade como tradicionalmente pesqueira e perceber as mudanças pelas quais ela passou ao longo do tempo.

A média de crianças, de até 13 anos, na família também foi um aspecto investigado. Dos entrevistados, 45 não possuem nenhuma criança na família; já 46 têm de uma a duas crianças; 8 famílias têm de três a cinco e 4 famílias têm mais de cinco. Dentro desse universo de 102 questionários aplicados, que percentualmente representa 25% do total de apartamentos em funcionamento (405) dos 450, foram identificadas 105 crianças. Se das 102 famílias entrevistadas temos 105 crianças, teremos uma média de 1,029 crianças por família, o que representa uma média bastante baixa.

Alguns fatores que podem ajudar a explicar essa queda de natalidade na Vila dos Pescadores, que são: um melhor planejamento familiar, a inserção de mulheres no mercado de trabalho (mulheres que deixaram de trabalhar com a pesca/mariscagem entraram para o mercado formal de trabalho e muitas passam o dia fora de casa) e melhores condições de educação.

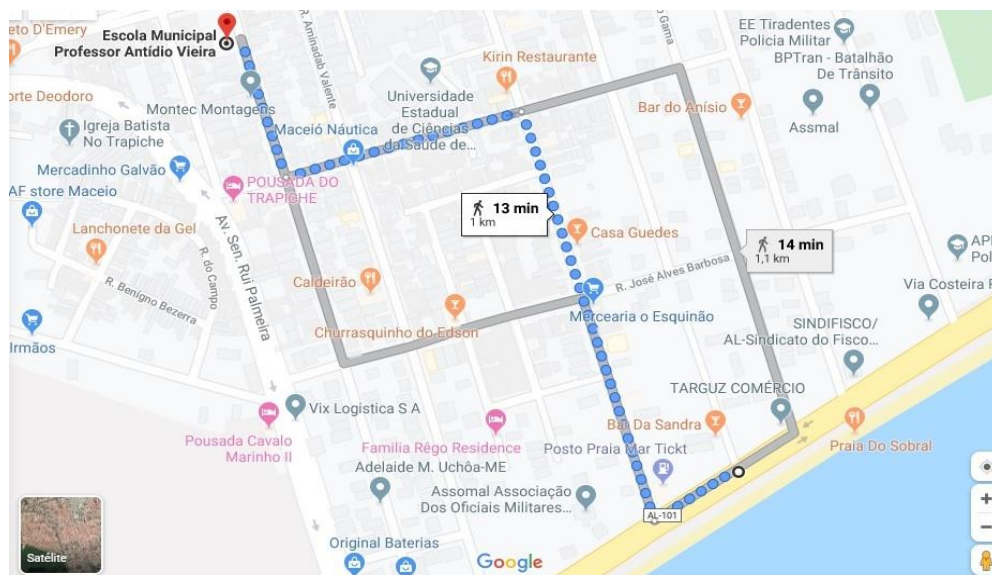
As crianças em idade escolar com até cinco anos de idade estudam no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Professora Maria Aparecida Bezerra Nunes, que fica localizado dentro do próprio residencial do Sobral. Cada unidade dessas tem capacidade para 120 alunos. Já as crianças maiores, a partir dos seis anos de idade, frequentam as escolas Zaneli Caldas, localizada na Praça da Maravilha, no bairro do Poço, e a Escola Antídio Vieira, localizada no bairro Trapiche da Barra. Com a chegada das crianças e dos adolescentes no Residencial do Sobral, a Prefeitura tem a promessa de aumentar o número de salas na escola do Trapiche da Barra, de modo a absorver a nova demanda.

Dentre os entrevistados, foi identificado um percentual de 8% de crianças em idade escolar fora da escola, o que corresponde a nove crianças, no universo de 105. Todas elas da Educação Infantil. Os principais motivos são: falta de vagas na creche ou não adaptação dessas crianças ao ambiente, o que leva a esses pais a preferirem não as deixar lá.

Logo que as 150 famílias da “resistência”, termo utilizado por eles para se referir às famílias que decidiram permanecer em Jaraguá mesmo após a remoção pelo município, foram retiradas em 2015, a Prefeitura disponibilizava um ônibus para levar as crianças para essas escolas mais distantes. Porém, os moradores relatam que o veículo foi retirado, pois estava gerando muitas despesas para a gestão pública.

Para a Escola Antídio Vieira, no Trapiche da Barra, as crianças costumam ir a pé, o que leva aproximadamente 8 minutos.

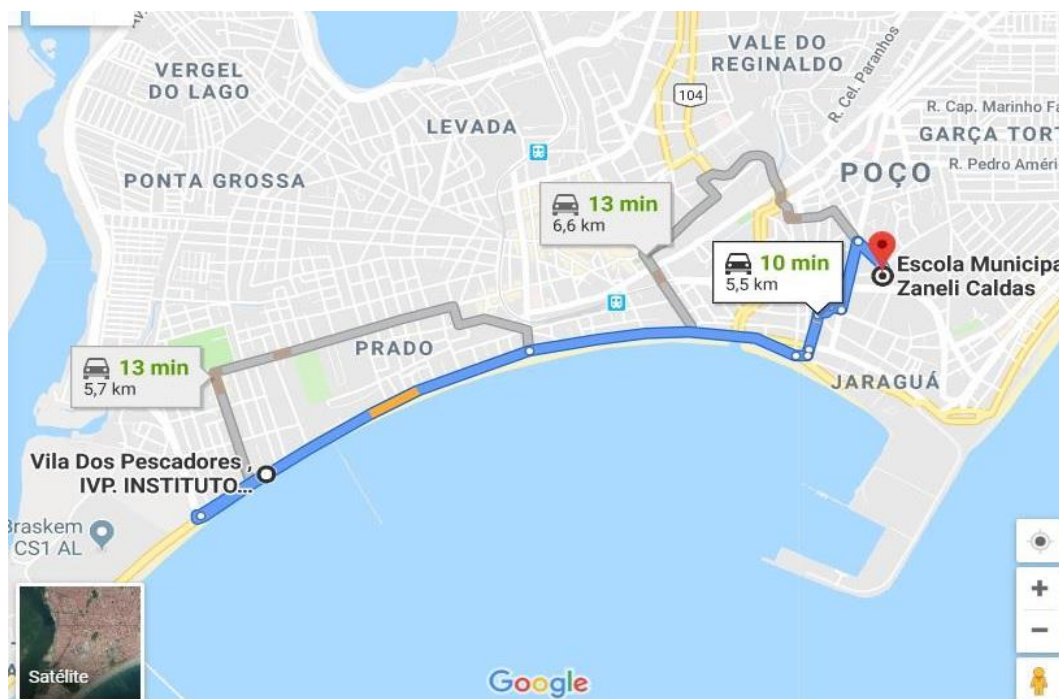
**Foto 19: Trajeto a pé do Residencial Vila dos Pescadores até a Escola Antídio Vieira**



Fonte: Google Maps



**Figura 20: Trajeto, em carro lotação, do Residencial Vila dos Pescadores até a Escola Zaneli Caldas**



Fonte: Google Maps

Outro ponto investigado nos questionários e que considero importante para identificar os impactos da remoção é a morte por doenças. Dos entrevistados, 42% dizem que perderam parentes por questões de saúde depois que se mudaram para o residencial do Sobral, contra 58% que não perderam ninguém.

É importante notar que a quase metade dos entrevistados que perderam parentes por questões de saúde representa uma parcela significativa daquela população. Entre as doenças predominantes estão o Acidente Vascular Cerebral (AVC), a pneumonia e o infarto. Segundo 42% dos entrevistados, esses quadros foram agravados ou passaram a existir depois da mudança, devido à adoção de um estilo de vida mais estressante, e, em alguns casos, mais sedentário. A depressão causada pela mudança forçada também é apontada como uma doença que agravou diversos quadros de saúde dos moradores.

A realização do Censo Demográfico e Social em 2018 me permitiu ter um retrato preliminar das atuais condições de vida daquela comunidade, que apesar do tratamento insatisfatório recebido pela gestão municipal ainda tenta manter viva uma tradição pesqueira, que aos poucos vem se diluindo em outras atividades laborais não relacionadas à pesca.

De acordo com Barros (2009, p.17) “As experiências mundiais e nacionais já aprendem que interferências realizadas com este fim não podem desconsiderar as várias populações

anteriormente instaladas nesses locais e que suas políticas devem não só considerar essa população, como incluí-las”.

Assim, o apelo para a função turística de Jaraguá, por meio da negação de uma urbanização inclusiva, desconsidera o impacto dessas decisões na vida de uma população que ocupava um território tradicional, tendo como único beneficiário o setor turístico e os consumidores solventes que essa revitalização busca atrair.

### **3.2) Engenho de açúcar ou comunidade pesqueira? Os dois mitos de origem da cidade**

A existência de um universo rural sempre esteve presente na tradição historiográfica de Alagoas, que associava o surgimento da então capital, Maceió, a um engenho de cana-de-açúcar, o engenho *Massayó*. Embora esta primeira versão tenha gozado de uma quase unanimidade entre os historiadores locais, houve outros pesquisadores que defenderam que Maceió teve sua origem ligada à pesca.

Segundo Barros (2009) os adeptos da primeira versão explicam que a cidade surgiu e se desenvolveu em torno de um engenho de propriedade de Apolinário Fernandes Padilha, o já citado engenho *Massayó*, que seria localizado nas imediações da atual praça Dom Pedro II (Praça da Catedral), no Centro de Maceió.

Apesar de documentalmente o nome de Apolinário Padilha surgir como um dos mais antigos nomes de proprietários de terras em Maceió, aparecendo ainda no início do século XVIII (1724), foi a partir das notas do Tabelião Barnabé do Couto Lemos que se identificou a escritura de uma doação mais antiga do território maceioense: a doação de uma sesmaria, em 1611, feita por Diogo Soares da Cunha (maior sesmeiro existente na área, e instalado ali desde 1591), a Manuel Duro (BARROS, 2009, p.04).

Craveiro Costa (1981), embora compartilhe da corrente majoritária que atribui o surgimento da Maceió a um engenho de cana-de-açúcar, reconhece que a principal atividade econômica da época era não a agricultura e sim o comércio. O autor destaca que diferentemente de outros lugares, o engenho que deu origem a Maceió não conseguiu deixar sua marca na vida econômica da cidade.

Já a versão segundo a qual Maceió teria surgido de um núcleo de pescadores traz outros argumentos. Quando a agricultura era a atividade mais rentável para os sesmeiros, as pessoas se fixavam no interior, em busca de terras mais férteis e mais adequadas para o plantio de cana-de-açúcar. Com base nisso, Manuel Antônio Duro não tinha intenção de plantar cana-de-açúcar nem de montar engenho em terra salgada, arenosa e pouco fértil, onde tudo pelas redondezas era lama e mangue.



Tomando como referência esses argumentos, Barros (2009) afirma que o historiador Moacir Sant'Anna, que defende a tese de que Maceió teria surgido a partir de uma aldeia de pescadores, oferece um outro mito de origem para o nascimento da cidade. Em suas pesquisas, o historiador encontrou documentos provando que o engenho *Massayó*, que teria dado origem a cidade, só moera duas vezes, pois era localizado em uma área imprópria ao cultivo da cana-de-açúcar, não sendo decisivo para a formação e o crescimento da cidade.

É a partir dessa segunda versão que podemos começar a situar a importância do bairro de Jaraguá para o desenvolvimento econômico e social de Maceió e como a Vila dos Pescadores pode ser pensada em termos de uma comunidade tradicional. É interessante destacar que *Jaraguá* é uma palavra tupi originária de *yar-á-guá* e que significa enseada das canoas, segundo nos indica Santiago (1961, apud Barros, 2009).

Sustentamo-nos não apenas nos argumentos elencados por Sant'Anna, mas em evidências culturais mais antigas. Tais referências remontam à presença de grupos indígenas no território alagoano, ao longo de toda a costa, bem como do fato de que esses grupos se valiam das boas condições do ancoradouro de Jaraguá para o desenvolvimento de suas práticas. Entre elas, a da pesca. (BARROS, 2009, p.8).

A presença dos pescadores e sua importância no povoamento de Maceió aparece em diversas fontes, como relata Cavalcante (2016, p.36).

Segundo Maya Pedrosa, a presença de atividades pesqueiras em Jaraguá e Pajuçara já constava em documentos oficiais, como o “Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara” em 1803, que apontava o quantitativo de casas da região, ressaltando a possibilidade delas se destinarem à pesca. O engenheiro Carlos Mornay, que desenhou a planta baixa de Jaraguá, alertava para o risco de assoreamento no mar da Pajuçara, devido à construção de currais de peixe e, em 1887, o então presidente da Província, José Moreira Alves da Silva alertava para o prejuízo que os currais de peixe traziam para os pescadores que não eram seus proprietários.

Para Pereira (2018), a vocação portuária, e conseqüente utilização da enseada das canoas (*Yar-á-guá*) - em diferentes épocas, por diferentes grupos sociais e através de modos de produção distintos; a presença do mar e da lagoa na produção do alimento -, revela a importância social dos pescadores. Complementando a afirmação do autor, revela Barros (2009, p.6):

Assim, se os índios batizaram o local por Jaraguá, evidência expressa na etimologia da palavra, e o fizeram numa alusão direta às condições de ancoragem daquele porto natural, como o significado da palavra bem o indica, foi porque provavelmente o local já era utilizado pelos grupos nativos.

Barros (op. Cit.) destaca que é somente com a chegada do primeiro governador de Alagoas, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, em 1818, após a emancipação política de

Alagoas da então Capitania de Pernambuco da qual fizera parte até 1817, que a preocupação com a fortificação da costa alagoana passou a ser levada a sério, principalmente com a construção dos fortes de São João (onde atualmente funciona a Enfermaria Militar, próximo às Lojas Americanas), no atual bairro do Centro, e de São Pedro (mais ou menos nas imediações de onde hoje funciona a Capitania dos Portos de Maceió).

A autora relata ainda que:

A posição estratégica do porto natural de Jaraguá é percebida, portanto, desde cedo, pelo primeiro governador alagoano, Sebastião de Melo e Póvoas, que escolhe Maceió para sediar a administração da nova Província, em lugar da antiga capital, Alagoa do Sul, hoje —Marechal Deodoro (...) A sociedade encontrada por Melo e Póvoas em Maceió, na ocasião de sua chegada, era composta por burocratas, administradores, justiça, clero e milícias. Depois de dizimados os grupos indígenas habitantes e frequentadores daquela região, como aconteceu em toda a costa do Brasil, foram essas pessoas que edificaram o bairro portuário. (BARROS, 2009, p. 6 e 7).

Theodyr Augusto de Barros (1991 apud Barros, 2009), historiador alagoano, também aponta fatores que foram favoráveis ao processo de transferência da capital de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul para Maceió.

As condições naturais de ancoragem do porto de Jaraguá, muito superiores aos demais da Província. Mas, que ainda nos faltem versões historiográficas definitivas sobre essa polêmica histórica, a evidência da presença indígena ao longo de toda a costa brasileira (e alagoana) associada à percepção nativa do lugar exemplificada na etimologia a palavra *Jaraguá* e à indiscutível prática da pesca na tradição cultural indígena tornam os argumentos do historiador mais inequívocos. (BARROS, 2009, p.8).

Para Barros (2018, p.86), estabelece-se uma dupla narrativa de origem. “Uma reivindicando o surgimento e certamente também o pertencimento a um Nordeste rural, monocultural e escravista, regido por oligarquias açucareiras, e outra inscrevendo-se num Nordeste marítimo e em suas práticas, um Nordeste talvez diluído numa estrutura menos rígida de classes, com feições mais urbanas, e no caso de Maceió, com atividades predominantemente comerciais”.

Nesse cenário, Pereira (2018, p.22) observa que se levantou essa polêmica sobre a real historicidade da cidade na época da remoção. A Prefeitura não concordava com a tese de que Maceió teria surgido de uma Vila de Pescadores e para embasar isso usava um mapa 1973 no qual ela não aparecia. “Achar que um mapa seria capaz de dar conta dos aspectos dinâmicos da geografia foi mais uma estratégia política de desqualificação da comunidade do que propriamente um interesse lógico pelo conhecimento real da história da cidade”.

Nesse contexto, Jaraguá, ao lado do Centro da cidade, são considerados os primeiros centros urbanos de Maceió, e estabelecidos como Zonas Especiais de Preservação (ZEP's), ZEP 1 e ZEP 2, respectivamente 1996 e 2007. Nesse sentido, os dois locais são concomitantes enquanto urbanidade por conta de seus valores de uso; onde havia circulação de mercadorias, onde residências eram fixadas nas proximidades do Porto e do Centro e onde havia concentração da vida urbana da cidade, onde no passado os principais frequentadores eram a aristocracia alagoana, trabalhadores portuários, comerciantes e pescadores.

Considerando tais referências históricas, é legítimo pensar na importância social dos pescadores para a formação da cidade, embora o mapa apresentado pela Prefeitura para legitimar a remoção, que data de 1973, não dê conta dessa realidade, talvez por limitações cartográficas ou mesmo da dinamicidade geográfica. Também porque estamos nos referindo aqui a épocas bem mais remotas. Porém, não se pode negar que aquela comunidade era profundamente marcada por práticas culturais – engendrar redes, praticar variadas técnicas/modalidades de pesca, construir barcos – que reforçam suas características de comunidade tradicional.

### **3.3) Os Filhos da Vila: A visão dos moradores sobre as políticas de intervenção**

Os relatos que compõem essa parte do estudo foram escolhidos a partir de “tipos ideais”, conceito utilizado por Max Weber, como já dito anteriormente, como instrumento de análise para a apreensão de fatos sociais. Porém, a expressão aqui é tomada em sentido mais livre, servindo para sinalizar o princípio que inspirou a escolha dos entrevistados que buscou contemplar tipos variados dentro dos diversos contextos vivenciados pela comunidade.

Assim, a partir da construção desses “tipos ideais” serão retratadas pessoas que mesmo após a remoção e as dificuldades impostas, não mudaram de atividade laboral, continuando na pesca, na mariscagem, na comercialização de pescado ou na construção naval, como Josivan Bezerra, Francineide de Oliveira e Maria Lúcia. Os tipos ideais retratados também contemplarão pessoas que deixaram de lado a pesca passando a se dedicar a outras atividades, como o comércio de produtos no residencial ou os empregos formais, como Marina de Oliveira.

Dentro da comunidade, também há os que deixaram de trabalhar com pesca/mariscagem e não migraram para nenhuma outra atividade laboral fora de casa, como é o caso de Sônia Maria, que hoje se dedica ao filho portador de necessidades especiais, e Enaura Alves, que é

acadêmica de Direito e executa atividades de liderança e gestão do Ponto de Cultura e da AMAJAR.

Na tabela abaixo (Quadro 1), podemos visualizar melhor como se deu a escolha desses tipos e o que estão representando.

Nome	Gênero	Atividade desempenhada antes da remoção	Atividade desempenhada depois da remoção
<b>Enaura Alves</b>	Feminino	Marisqueira	Estudante de Direito/Aulas particulares para crianças e gestão do Ponto Cultura e da AMAJAR.
<b>Maria Lúcia</b>	Feminino	Pescadora artesanal	Aposentada e pescadora artesanal
<b>Marina de Oliveira</b>	Feminino	Marisqueira	Auxiliar de serviços gerais
<b>Francineide</b>	Feminino	Marisqueira	Marisqueira
<b>Sônia Maria</b>	Feminino	Comerciante de pescado	Sem atividade laboral fora de casa
<b>Josivan Bezerra</b>	Masculino	Construtor naval	Construtor naval

**Quadro 1: Personagens escolhidos para representar os ‘tipos ideais’ da comunidade**

### 3.3.1) Enaura e a atuação política

Eram 16h quando cheguei ao residencial do Sobral pela primeira vez, no dia 17 de outubro de 2018. Na entrada do condomínio eu esperava três rapazes de um projeto de extensão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) envolvendo os cursos de Serviço Social e Psicologia, e que tinha o objetivo de fazer intervenções sociais e culturais na Vila; seriam eles que me levariam até Enaura Alves do Nascimento<sup>11</sup>, uma das principais líderes comunitárias.

Enquanto esperava, pude observar o movimento do local. Os muros da entrada estavam desgastados por conta da ação da maresia. A entrada era bastante movimentada, com muitos carros circulando todo o tempo. Finalmente às 16h30 encontrei os rapazes do projeto, que me levariam até Enaura, que mora no último bloco do condomínio, o 75.

Durante o percurso, pude notar as mudanças que aquela comunidade tinha passado. Junto às paredes dos prédios se formavam pequenos negócios com bancas que vendiam açaí, salgados e frutas. Dentro dos apartamentos, moradores também abriam mercearias ou depósitos de bebidas. Todos esses negócios serviam seja para completar a renda dos que ainda

<sup>11</sup> A entrevista de Enaura, assim como os demais relatos que seguem abaixo foram autorizados por meio de áudio pelos moradores. Assim como a publicação de seus nomes.

viviam da pesca, seja como a única fonte de renda daqueles que decidiram largar as atividades pesqueiras em virtude da remoção de Jaraguá e das dificuldades encontradas no novo local.

Esses novos negócios que surgem nas calçadas e nas próprias residências, e a forma como os moradores tentam se apropriar desse novo espaço, ajuda a pensar nas maneiras como eles tentam recriar um novo espaço social para si mesmos, um novo local onde eles possam habitar, trabalhar e conviver e onde tentam criar laços de pertencimento.

Augé (2005) propõe os conceitos de “lugar antropológico” e de “não-lugar” para discutir, se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico. Um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, será um ‘não lugar’.

“A hipótese aqui defendida é de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que contrariando a modernidade baudelairiana não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a lugares de memória”. (AUGÉ, 2005, p.73).

O autor estabelece em seu texto um contraste entre as interações que se praticam nos “não lugares”, denominados relações de “solidão”, e as que se praticam nos “lugares antropológicos”, denominadas relações de sociabilidade. Nos não-lugares existe uma grande circulação de pessoas e imagens em um único espaço, porém, ninguém parece fazer parte dele verdadeiramente. Já nos lugares antropológicos, as pessoas que dele fazem parte estabelecem relações tanto físicas quanto simbólicas com o local, atribuindo sentidos àquele espaço.

Trazendo esses conceitos para o objeto do estudo, podemos observar que a antiga Vila dos Pescadores em Jaraguá representava esse “lugar antropológico” para os moradores, um espaço de representação e sentido com o qual eles estabeleciam relações e desenvolviam suas práticas sociais. Com a construção do Centro Pesqueiro no local, a relação daquelas pessoas com aquele espaço mudou, porém não podemos ainda classificá-lo como “não lugar”, afinal, alguns ainda trabalham ali e guardam uma relação de proximidade e memória com aquela localidade.

Mesmo com a remoção, preservou-se uma parte da memória do trabalho que ali era realizado e que ainda é feito na balança de Jaraguá. Talvez, aos poucos, se dissolva a memória daquela enseada como local de residência e se consolide a ideia de lugar de trabalho e não de moradia.

Continuando a caminhada pelo residencial, à medida que olhávamos para o local, nossos passos estavam sob o olhar curioso dos moradores. Crianças brincavam por todos os lados. Havia muita vida naquele lugar, tanto nas pessoas quanto nas paredes cobertas por

desenhos coloridos. Em um dos muros havia o desenho do escudo do Estrelão Futebol Clube, time de futebol formado pelos próprios moradores e, em outro, a frase “O melhor condomínio à beira mar”, evidências do processo de transformação do residencial em um ‘lugar’ augeniano.

**Figura 21: Desenho do escudo do Estrelão Futebol Clube nos muros do residencial**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Dezembro/2018)

**Figura 22: Desenho “O melhor condomínio à beira mar”, na entrada do residencial**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Dezembro/2018)

As duas pinturas foram feitas durante as oficinas do projeto Novas Cores, promovidas pela Secretaria Municipal de Promoção do Turismo (Semptur), em parceria com a Miracor Tintas e Texturas e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senai), em 2016. O projeto, além da revitalização das fachadas, contemplava ainda um curso de formação de

Trabalho em Altura, que tinha a ideia de dar formação e oportunidade de trabalho para aqueles que desejassem seguir a carreira.

Nesse sentido, as duas pinturas foram feitas no sentido de revitalizar os espaços de habitação e melhorar a autoestima dos moradores. O Estrelão Futebol Clube é um time de futebol do próprio residencial e as pichações ao redor foram feitas pelos próprios moradores.

Chegando à casa de Enaura, no apartamento 101, encontramos uma senhora sentada na escada bordando uma toalha. Ela nos cumprimentou e seguimos para nos acomodar no pequeno apartamento. Muitas mulheres no residencial costumam fazer trabalhos manuais como crochê, esculturas em *biscuit* e colchas de retalhos.

O local era pequeno. Uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro. Enaura ainda dividia o espaço com mesas, cadeiras e materiais de trabalho utilizados em oficinas do Ponto de Cultura Enseada das Canoas *Ya-á-guá* Cultural, do qual é gestora desde 2009, ano de sua criação.

O Ponto de Cultura tinha uma sede fixa na antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá e promovia diversas atividades para a comunidade como oficinas de pintura, fotografia e percussão, principalmente para as crianças. Uma dessas atividades eram as oficinas de maracatu, que recebia verbas do governo do Estado de Alagoas para sua realização. O recurso recebido para o projeto atender a 40 crianças da comunidade foi de R\$ 180 mil, para ser utilizado no período de 2009 a 2015.

O critério de escolha dessas 40 crianças que seriam contempladas pelo projeto é que fossem filhos de pescadores e que nas horas que não frequentassem a escola estivessem indo para as ruas pedir dinheiro. Ao todo, foram escolhidas 16 famílias para participar das atividades.

2015 foi o último ano que o Ponto de Cultura realizou atividades com as verbas do Governo do Estado, pois com a gestão da atual secretária de Cultura, Melina Freitas<sup>12</sup>, a verba deixou de ser repassada em virtude da não aprovação do orçamento dos anos anteriores, inviabilizando a continuação das atividades.

Nesse primeiro encontro com Enaura, ela já estava informada sobre minha pesquisa. Marluce Cavalcante já havia feito o contato prévio. Enaura se mostrou disposta a falar sobre tudo o que eu quisesse saber, pois “a Vila precisa ter voz”, segundo ela afirma.

Após os rapazes do projeto de extensão acertarem os últimos detalhes de um evento que seria realizado em breve no local, pude conversar com Enaura. A primeira pergunta que

---

<sup>12</sup> Melina Freitas é Secretária de Cultura de Alagoas desde 2015, ano que iniciou o primeiro mandato do atual Governador do Estado Renan Filho.

fiz foi sobre a transferência dos moradores para o residencial do Sobral, que ela avalia como negativa.

**Enaura:** Além das questões de logística, deslocamento, maiores gastos dos pescadores, observo que um dos efeitos negativos da remoção é que muitos pescadores já morreram de AVC ou adquiriram outras doenças, não sei se tem relação com a vida estressante que eles levam aqui, que é muito diferente de lá. Pois hoje quem decidiu continuar com a pesca tem que acordar de madrugada e chega à noite em casa, praticamente só volta para cá para dormir. Fora que tem condução para ir para Jaraguá e para os mercados onde eles vendem suas mercadorias, é um gasto de mais ou menos R\$ 70 reais por semana que antes eles não tinham (Entrevista concedida em 4 de dezembro de 2018).

Enaura é uma das mulheres da Vila que não trabalha mais com mariscagem desde 2015, quando se mudou para o residencial. Hoje ela se dedica à faculdade de Direito e às atividades de liderança na comunidade, tanto na gestão do Ponto de Cultura quanto na diretoria da Associação dos Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR), ambas sem remuneração.

Estudante do 7º período de Direito da Faculdade de Maceió (FAMA), instituição de ensino particular, ela não pensa em trabalhar como advogada quando se formar, mas tem o desejo de prestar concurso público por conta da estabilidade que o cargo oferece. Além disso, para ela, estar no Ensino Superior a fez enxergar as questões da própria comunidade com outros olhos. “Cursar Direito também me abriu a mente para lidar com os problemas da nossa comunidade, me fez ter formação jurídica a respeito de nossos direitos enquanto comunidade tradicional”, destaca como uma das principais vantagens que o curso lhe trouxe.

Para cursar a graduação, ela conta com uma bolsa integral conseguida por meio de uma professora da Faculdade de Maceió (FAMA) que participou dos movimentos em defesa da Vila. “Em conversas com essa professora, ela me perguntou se eu não queria fazer faculdade, eu fiquei meio receosa, mas disse que queria. Então ela me disse que eu fizesse o vestibular e, caso passasse, ela me conseguiria a bolsa”, relata Enaura.

Com a grande quantidade de atividades que Enaura acumula e a dedicação aos estudos, ela deixou de lado o trabalho de marisqueira e hoje, além de estudar, dá aulas particulares de Português e Matemática tendo dois alunos fixos, cobrando mensalmente R\$ 100 reais de cada um. Ela também trabalha sem remuneração com alfabetização de jovens e adultos na comunidade. Pescadores aprenderam a ler e escrever graças a ela.

Hoje, quem sustenta a maior parte das despesas da casa é Genivaldo dos Santos, seu marido, que também era pescador, mas que em virtude de um problema de saúde “no osso do quadril” quando era jovem, teve que largar o ofício do mar e hoje atua como condutor de moto táxi, assim como vários outros homens da comunidade que após a remoção não quiseram ou não puderam continuar a atividade da pesca.



Durante o processo de remoção, a Prefeitura dividiu as famílias em dois grupos. Os que iriam para a Praia do Sobral e os que iriam para o Residencial Parque dos Caetés, no bairro do Benedito Bentes, parte alta da cidade de Maceió. O critério utilizado pela Prefeitura foi dividir os moradores entre os que desempenhavam atividades de pesca, que ficariam no residencial do Sobral, e os que desempenhavam outras atividades não ligadas à pesca, tais como cabeleireiras e domésticas, que deveriam ir para o Benedito Bentes.

Com a mudança e essa divisão em dois locais, 19% daquela população, sobretudo, pescadores e marisqueiras, mudaram de ramo devido ao pouco ganho com a pesca e ao gasto que passaram a ter com deslocamento. Essa divisão feita pela Prefeitura, porém, não foi aplicada de forma criteriosa, e por isso pescadores acabaram indo morar na parte alta da cidade, distante da praia cerca de 17 km quilômetros.

Segundo Caldeira (2000, p.215), nesses processos de remoção, o Estado identifica a concentração de trabalhadores e as condições anti-higiênicas a ele associados como um mal a ser eliminado da vida da cidade. “Imaginam a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico e suas tensões sociais”.

Assim, para a autora a segregação e o processo de ostensiva separação cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação de um processo de democratização uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade.

Isso foi muito questionado durante a remoção, mas em entrevista que me foi concedida pela Prefeitura de Maceió, em novembro de 2018, a gestão garantiu que não havia nenhum pescador morando no Parque dos Caetés, embora, durante a pesquisa, eu tenha constatado que na prática é diferente.

**Prefeitura:** Esses que se mudaram para o Parque dos Caetés são pessoas que não tinham vínculo com a atividade de pesca, eram pessoas que tinham outro tipo de atividade, como cabeleireiro, vendedor de alimentos, pedreiros, domésticas. Essas pessoas foram identificadas no nosso cadastro e aquelas que tinham realmente vínculo com a comunidade pesqueira foram morar no Sobral. Portanto, não existe pescador morando na parte alta da cidade. (Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Diante do novo cenário, onde 19% mudaram de atividade laboral, os homens principalmente, tornaram-se mototaxistas. Já as mulheres que não atuam mais como marisqueiras, atividade predominantemente feminina, trabalham agora como empregadas domésticas onde recebem um salário-mínimo; como diaristas, ganhando R\$ 70 reais por faxina; como auxiliar de serviços gerais em empresas privadas ou mesmo montam barracas de

salgados no residencial, de onde lucram cerca de R\$ 300 reais por mês, segundo o que pude obter em pesquisa de campo.

Há também aquelas que deixaram de trabalhar, sendo o marido responsável pelo sustento da família, há as que dependem de benefícios governamentais como Bolsa Família, concedido a quem tem filhos na escola; Benefício de Prestação Continuada (BPC) para quem tem filhos especiais ou para as mais idosas; e há as que recebem a aposentadoria ou uma pensão por morte do cônjuge.

Dessa forma, essa mudança na ocupação laboral é um dos principais efeitos do processo de remoção na Vila dos Pescadores. Outros aspectos também podem ser observados, como a mudança na infraestrutura física do local (que antes eram barracos de madeira e agora são apartamentos de alvenaria) e o aparecimento de doenças de até então pouca ocorrência naquela comunidade.

Ainda em relação à mudança de ocupação laboral, de acordo com o Censo realizado em 2018, 18% da população preferiu deixar de lado suas tradicionais ocupações com a pesca e migraram para outras atividades como o comércio na comunidade ou na rua (ambulantes), auxiliar de serviços gerais, mototaxistas, cuidadores de idosos, entre outras profissões.

### **3.3.2) O discurso empoderado de Maria Lúcia**

Como já dito noutros momentos dessa dissertação, o Residencial Vila dos Pescadores possui 450 apartamentos, tendo um número aproximado de 1.000 moradores. Esse número de pessoas residentes no Sobral representa um grande aglomerado urbano dentro da capital e dentro de um só espaço. Esse número talvez seja maior que a população total de povoados do interior de Alagoas.

As famílias são grandes, sendo compostas de até sete pessoas, que tentam se acomodar nos pequenos apartamentos. Nem todos os apartamentos do residencial estão em funcionamento, dos 450 apenas 405 têm moradores, os outros estão fechados ou foram abandonados, sem que ninguém aparecesse depois para tomar conta do local. Dos residentes, 80% são oriundos da antiga Vila de Jaraguá, os outros 20% são pessoas que chegaram depois, em virtude da venda ou aluguel de algumas unidades habitacionais.

Andando pelas ruas paralelas do condomínio é possível notar o modo como cada morador tentou se apropriar daquele local. Alguns pintaram os muros dos prédios com cores vibrantes, outros plantaram árvores e cuidam com zelo de seus canteiros, demonstrando que o novo residencial virou um “lugar”, de acordo com a perspectiva de Augé.

**Figura 23: Pinturas coloridas nas fachadas dos apartamentos**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (dezembro/2018)

Muitas pessoas passam a tarde sentadas em cadeiras ou nas calçadas, conversando e olhando as crianças brincarem. Geralmente eles estão em grupos, é difícil ver alguém sozinho, mas foi em uma manhã ensolarada que a encontrei junto à barraca de lanches de dona Itamar que fica na entrada do residencial e vende café, chá e bolo para moradores e visitantes.

Seu nome é Lúcia Maria, tem 57 anos e mora do Bloco 2. Logo que me apresentei ela me olhou com desconfiança e perguntou se eu era da Prefeitura. Eu neguei e ela então rebateu: “Mesmo que você fosse eu ia falar o que estava sentindo e tudo que anda engasgado”.

Lúcia Maria, em sua fala, expressa profunda tristeza por ter saído de Jaraguá, o local onde morou e trabalhou por mais de 30 anos. Hoje ela é aposentada, mas ainda realiza a pesca artesanal, ofício que a acompanhou por toda a vida e no qual ainda resiste, apesar das dificuldades logísticas impostas pela remoção.

Lúcia é uma das filhas de dona Odisséia, pescadora mais antiga da comunidade e símbolo de luta para os pescadores, que faleceu aos 88 anos no dia 6 de setembro de 2018 em virtude de uma embolia pulmonar. Dona Odisséia costumava enfrentar o mar ao lado do marido, quando jovem, e deixou três filhas, oito netos, quatro bisnetos. Após a morte do marido, dona Odisséia casou-se com Maria Madalena, moradora da comunidade e que também trabalhava com pesca artesanal.

Madalena morou na Vila dos Pescadores em Jaraguá por 21 anos, após sair do bairro do Vergel, onde trabalhava como marisqueira na beira da lagoa, fugindo de uma enchente no

local. Hoje ela decidiu deixar o ofício um pouco de lado, realizando-o esporadicamente, em virtude da rotina cansativa, por isso deu entrada em sua aposentadoria. Enquanto o benefício não é aprovado, ela se vira como pode com o que ganha com a pesca e os R\$ 160 reais que recebe do Bolsa Família.

Maria Madalena conta ainda que quando chegou ao residencial perdeu seu filho Carlos devido a complicações médicas após um acidente de moto. Ela relata que nunca conseguiu superar a tragédia e que por isso, juntando ao fato de morar naquele local contra sua vontade, desenvolveu depressão que até hoje trata com medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse se mostra um dado interessante sobre a situação da saúde da população e que será aprofundado mais à frente, mas que se observa desde já o impacto significativo que a remoção causou na qualidade de vida dos moradores com o aparecimento de doenças que não eram tão frequentes, segundo relatam os moradores durante a pesquisa de campo.

Como essa população tem adoecido mais, é necessário um maior acesso às políticas de saúde desenvolvidas pelo SUS. Esse acesso, porém, que já não é fácil, pode ser dificultado ainda mais no atual governo (Bolsonaro), por conta dos cortes nos recursos para medicação distribuída pelo SUS. O Ministério da Saúde rompeu contratos firmados com laboratórios de produção de remédios que eram distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde<sup>13</sup>.

Lúcia Maria se emociona ao falar da mãe, dona Odisséia: “Foi essa mudança que piorou o estado de saúde da minha mãe e de muitas pessoas na comunidade. Se eu pudesse, voltava para lá. Eu queria que a Prefeitura me desse um terreno que eu construía um barraco e voltava. O que fizeram com a gente foi como tirar um índio e um quilombola de seu território”, desabafou a pescadora.

Um dos pontos mais interessantes da fala de Lúcia é justamente a constante comparação do processo de remoção dos pescadores aos processos de remoção de índios e quilombolas de seus territórios tradicionais, em uma apropriação desse discurso no qual as comunidades pesqueiras também se incluem.

Esse autorreconhecimento como comunidade tradicional vem, sobretudo, do contato com a Universidade nos últimos anos, principalmente durante todo o processo de resistência e o episódio da remoção. Essa aproximação foi fundamental para a formação de consciência política dos membros da comunidade sobre seus direitos de permanecer e ocupar aquele espaço.

---

<sup>13</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-da-saude-suspende-fabricacao-de-19-remedios-veja-aqui-lista-dos-medicamentos-interrompidos-23810910>

Marchioni (2016), que também estudou a Vila dos Pescadores de Jaraguá, observa que o espaço urbano reflete a cidade como resultado de uma disputa ideológica no campo social, principalmente sobre como determinado território deve ser interpretado e por quem pode ser reconhecidamente apropriado.

O espaço das comunidades de pescadores é um lugar onde as possibilidades e as práticas sociais se desenvolvem e reproduzem materialmente através das práticas políticas, de referências distintivas e da representação social que eles fazem de si mesmos, será no território que se realizará a apropriação da pesca. (RAFFESTIN, 1993 apud MARCHIONI, 2016, p.34).

É necessário considerar a importância do território no reconhecimento da tradicionalidade e no modo de vida particular de seus habitantes e de como possíveis alterações no espaço, ainda que voltadas para o próprio benefício da comunidade, podem incorrer em danos ao modo e ao uso do lugar por parte dessas populações.

Nesse contexto, podemos trazer Agier (2015) e sua definição do que se constitui o ‘fazer-cidade’ a partir das lutas urbanas que pensam a cidade por meio de espaços precários das margens.

O fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade. Ele faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos. Eis por que parece possível elaborar a hipótese teórica (e a aposta política) segundo a qual o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do “direito à cidade”, sua instauração. O movimento é essencial nesta concepção da cidade como construção permanente. Uma de suas declinações é o deslocamento. (AGIER, 2015, p.491)

A partir dessa ideia podemos pensar em como a luta por espaço na cidade colabora para a construção de fronteiras populacionais, e que no caso da Vila dos Pescadores se estabelecem a partir do momento em que os moradores reivindicam seu direito à permanência no local, mesmo em instalações precárias, e a negativa do poder público de urbanizar a localidade, fazendo daquele espaço um local à parte da cidade.

A remoção dos pescadores para outro ponto da cidade, local com o qual eles não tinham nenhum vínculo, operou negativamente no exercício de sua tradicionalidade, onde seu ‘lugar antropológico’ com o qual tinham senso de pertencimento e onde exerciam suas práticas culturais foi substituído por um ‘não lugar’, como falamos.

Esse efeito, próprio do início da gentrificação, pode ser observado não só na Vila dos Pescadores, mas em setores específicos da população, principalmente os que se encontram à margem de todo esse processo comandado, sobretudo, pelas forças do capital.

Assim, a questão da moradia junto ao local de trabalho e o afeto desenvolvido pelos pescadores por aquele espaço foram relativizados pelo poder público, que atribui a isso um papel secundário em relação ao uso do lugar para efetivação de equipamentos de trabalho que, favorecem, sobretudo, os interesses turísticos.

A antiga paisagem, que para os moradores representava seu lugar de trabalho, de moradia e socialização, foi substituída, com a construção do Centro Pesqueiro, por outros elementos valorados e valorizados turisticamente e que devem atender a um novo tipo de público.

A paisagem, que permitia que os pescadores ficassem perto de seus familiares enquanto trabalhavam e ensinavam aos seus filhos, sobrinhos e netos sobre a tradição da pesca, agora se resume a um local de trabalho com o qual eles não estabeleceram vínculos mais profundos, representando assim, não uma simples mudança da paisagem, mas uma mudança social da paisagem.

### **3.3.3) Marina sempre volta para o mar**

Marina de Oliveira Souza, 44 anos, é uma das filhas do senhor Dioclécio, 74, um dos pescadores mais antigos da comunidade. Moradora da Vila há 35 anos, ela conta que chegou ao local aos 9 anos de idade trazida pelo pai e a convite do tio. Antes de fixar residência em Maceió, a família vivia no Rio Grande do Norte. Na bagagem, além de algumas roupas, eles trouxeram o sonho de uma vida melhor. O mar, segundo Marina, foi bom para o seu pai e para todos da comunidade que tiravam daquelas águas seu sustento.

Para ela, um dos principais desafios do período em que passou na Vila foi enfrentar o olhar insensível “dos de fora” sobre os moradores do local. “Ficamos magoados com o que ouvimos, porque eles só nos conheciam pela mídia e pela aparência dos barracos”, conta.

“Um superintendente municipal declarou que as mulheres daqui só sabiam fazer criança”, desabafa. “Minha filha mais velha é contadora, é formada pelo Prouni<sup>14</sup> e tem emprego de carteira assinada. Minha filha mais nova estuda Educação Física. Eu comecei a estudar Pedagogia, só não terminei porque não tive mais financiamento pelo FIES, mas um dia eu volto”, ela conta com orgulho os feitos de sua família para desfazer os preconceitos, enquanto mostra a foto das duas filhas na estante da sala.

---

<sup>14</sup> O Programa Universidade para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil criado em 2005 com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

Marina trabalhou a vida inteira como marisqueira, mas em virtude da remoção resolveu mudar de área e hoje atua como auxiliar de serviços gerais em uma empresa privada de ônibus. Ela conta os motivos da mudança. “Eu não conseguia mais me sustentar com a pesca, então tive que mudar de ramo, mas sou marisqueira com muito orgulho, sempre que tenho tempo volto para o mar”, relata.

Ela também conta que não gosta de morar no local. “Eu queria estar lá em Jaraguá, mesmo em um barraco de tábuas, lá era meu local. Só estou aqui porque não tenho como pagar aluguel em outro canto, mas aqui é muito mais violento, principalmente porque o tráfico de drogas aumentou”.

O debate sobre a violência e o tráfico de drogas foi uma questão bastante abordada pela Prefeitura durante o processo de remoção dos moradores. O plano da gestão municipal era resolver essas questões relacionadas ao tráfico com a transferência dos moradores para o Sobral, pois, de acordo com a Prefeitura, com o fim da “favela” acabaria também a violência. O que demonstra de forma clara o caráter segregador a que essas intervenções estavam se propondo.

Nesse ponto, é interessante notar como os processos de remoção carregam consigo esse aspecto higienizador, utilizando a segregação de comunidades como uma de suas principais ferramentas. No caso da Vila dos Pescadores, a segregação ocorre através da negação de uma urbanização inclusiva que se dá por meio de uma “favelização intencional”, como observam os próprios moradores. A falta de acesso à infraestrutura tornou mais fácil a remoção daquela comunidade em momento propício para o poder público.

Os pescadores vivenciam na prática que o problema da violência não foi solucionado, muito pelo contrário, o comércio das drogas foi ampliado e os moradores se sentem mais inseguros tanto pela presença de pessoas estranhas à comunidade quanto pelas constantes investidas policiais no local, que vez ou outra resultam em tiros e perseguições.

Assim, a imagem degradante que o poder público ajudou a construir junto à mídia faz parte de um discurso higienista que se apoia na impossibilidade das pessoas permanecerem no local. Desse modo, a imagem de “favela” se construiu, tanto por meio de um discurso ideológico, de que a remoção seria boa para a cidade; quanto pela omissão de serviços essenciais àquela população, de forma intencional por parte do poder público, como afirma Pereira (2018, p.167).

O poder público, em sua imbrincada relação com o capital, produziu a favelização direta e indiretamente (pela migração forçada de população estranha e pela omissão de serviços básicos), apropriou-se da imagem objetiva da pobreza urbana a fim de

denegrir a comunidade, apresentou soluções pautadas pela imposição de seu modelo hegemônico de cidade, pela lógica do capital e adequação espacial aos ditames do setor turístico.

A trajetória de Marina e de sua família é interessante para pensar a diversidade de caminhos tomados pelos moradores após a transferência. Além dela, de suas filhas e de Enaura, são ainda poucos os moradores que decidiram enveredar pelo caminho da Educação, cursando algum curso técnico ou superior. De acordo com os dados do nosso Censo Demográfico e Social realizado no local em 2018, só 2% da população adulta entrevistada são estudantes, 3% da população tem algum curso superior e só 1% possui curso técnico, como é o caso de Maria Lúcia Alves, de 42 anos, moradora do bloco 6, que faz curso de Técnico de Enfermagem na Escola Técnica de Saúde Santa Bárbara.

Maria Lúcia é irmã de Enaura e é uma das poucas na comunidade que nunca seguiu a tradição da pesca. Por 27 anos trabalhou como manicure, atividade que deixou de lado para fazer o curso técnico de enfermagem. A mensalidade do curso é paga com o salário do marido que é vigilante em uma empresa de segurança privada e com os trabalhos esporádicos que ela realiza como vendedora de doces dentro da comunidade. Maria Lúcia relata que passa muitas dificuldades, principalmente financeiras, o que a impede de ir às aulas por falta de dinheiro para a passagem ou que participe de alguma aula por não ter como comprar o material solicitado.

Sobre o novo local, Maria Lúcia diz gostar, embora se queixe de problemas pontuais como barulho dos vizinhos e distância de serviços, como parada de ônibus e lojas. Sua vida profissional não foi afetada na mesma medida que a dos outros moradores, como marisqueiras e pescadores, devido à natureza da atividade que desempenhava. Aqui, contrariando as expectativas do poder público, temos uma não pescadora morando no residencial.

Comparando as duas trajetórias, a de Marina e a de Maria Lúcia, é possível perceber que muitas famílias não tiveram suas vidas afetadas da mesma maneira. Embora a maioria da população, 51% (entre pescadores, marisqueiras e comerciantes de pescado), ainda esteja ligada à pesca e veja no local dificuldades logísticas e de locomoção para o trabalho, muitas que não desempenhavam atividades junto ao mar enxergam pontos positivos nessa transferência de Jaraguá para o Sobral, o principal deles é o tipo de moradia que passaram a ocupar, que deixou de ser os barracos de madeira improvisados e sem saneamento básico adequado e passou a ser uma construção de alvenaria, ainda que pequena.



### 3.3.4) Francineide: resistência e luta pela profissão de marisqueira

O primeiro contato que tive com Francineide de Oliveira, marisqueira e uma das líderes comunitárias da Vila, foi na Balança de Jaraguá, no dia 29 de janeiro de 2019, quando ela me acompanhou até as obras do Centro Pesqueiro. Cheguei por volta das 15h ao local que ela havia me indicado, um depósito de madeira à beira-mar onde ela costumava trabalhar. Quando me aproximei, ela estava sentada tirando as escamas dos peixes que tinham acabado de chegar e que deveriam ser congelados em poucos instantes. Ela me pediu para esperar um pouco.

Nesse tempo, pude observar que todos os depósitos do local tinham a mesma configuração e serviam para guardar mercadorias e materiais de trabalho como isopor, redes, bancos de madeira e tonéis de água. Alguns pescadores dormiam no local, tanto para não precisarem se deslocar quanto por medo de roubo de seus materiais, como já aconteceu em algumas ocasiões.

Enquanto tratava o peixe, Francineide desandou a falar o que há muito precisava ser dito. “Vivemos em uma situação que não é como o povo fala”, diz a marisqueira. “Eu convido a qualquer um a conhecer a verdadeira história da Vila. O aspecto feio que ela tinha era culpa do poder público. Assim como é culpa dele isso aqui”, disse apontando para o montante de lixo que se acumulava na beira da praia.

**Figura 24: Francineide tratando o pescado em seu depósito**



**Foto: Ana Cecília da Silva (janeiro/2019)**

Neide, como é conhecida, diz que mesmo com o Centro Pesqueiro quase pronto ainda duvida do compromisso da Prefeitura para com os moradores. E a desconfiança vem de longa data.

**Francineide:** Existiu o Projeto Pascual que visava a revitalização daqui. Os moradores foram transferidos para o Conjunto Carminha e nada foi feito. Lugar de pescador não é no Benedito Bentes. E mesmo com essa nossa transferência para o Sobral, não sei como ficarão as nossas condições de trabalho depois de tudo terminado. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

Esse temor se deve ao fato de que com o término e a entrega das obras, todos os depósitos ao redor serão demolidos para dar lugar a uma praça de alimentação e a um espaço de lazer, que visam dar suporte aos consumidores do Centro Pesqueiro e visitantes do bairro, e que pretende se firmar como um destino turístico ao final das intervenções. A transformação do local pelo poder público enquadrrou as formas de como socialmente o espaço deve ser usufruído: pescadores têm ali um local de trabalho, mas não de moradia, para que o local se converta em lugar “seguro e agradável” para a população local, compradora de frutos do mar e para turistas que visitam a cidade.

De acordo com Rangel (2015, apud D’ARC, 2006), o caráter elitista das revitalizações, presente em processos de enobrecimento urbano, já usual nas políticas de revitalização e o discurso do abandono do espaço público pode ser muitas vezes compreendido como estratégia para a aplicação desses projetos.

A marisqueira de 40 anos conta ainda que dedicou toda a sua vida ao mar, aprendendo o ofício da pesca aos 9 anos de idade com os pais, que também transmitiram seus conhecimentos para as outras três irmãs, que também trabalharam durante grande parte de suas vidas como marisqueiras. Com a transferência de local, Francineide acabou sendo a única a viver exclusivamente da pesca.

**Francineide:** A vida não é muito fácil, é verdade, tem mês que só dá para tirar R\$ 300 reais, fora os R\$ 82 reais que recebo do Bolsa Família por conta de um dos meus filhos. Mas a Vila é tudo para mim. A minha família eu criei aqui dentro e enquanto eu puder lutar por isso, eu luto pelo meu direito de trabalhar, de ter meu ganha pão. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

A marisqueira é uma das poucas que ainda resistem a mudar de profissão. De acordo com o Censo Demográfico e Social de 2018, 33% dos entrevistados continuam com a mariscagem, 13% com a pesca e 4% como comerciantes de pescado. Embora ainda não tenha se conformado, Neide tenta se adaptar à rotina. “Fico aqui das 7h às 20h praticamente todo dia, só vou em casa para dormir, fico muito tempo longe dos meus filhos, venho porque é o jeito. Para mim, mudou para pior”, afirma. Neide é mãe de 4 filhos e avó de 2 netos e tem com a comunidade um senso profundo de pertencimento.

Esse senso de pertencimento se evidencia, principalmente, por conta da relação da marisqueira com aquela localidade, que é onde nasceu, cresceu, onde ensinou seus filhos

sobre o mar, de onde tirou seu sustento e também sua alegria. O espaço que, para ela, e tantos outros, representava não só trabalho, mas socialização e família, onde havia o cultivo do saber-fazer que era transmitido através das gerações.

Diegues (2003) destaca que a produção do trabalho enquanto prática de construção de um conhecimento específico que caracteriza uma comunidade tradicional não está desvinculado da importância do território. Para ele, há uma relação simbólica e econômica com a terra, mar e seus ciclos e uma ligação do indivíduo com o território onde ele se reproduz socialmente.

Dessa forma, quando o indivíduo é retirado de seu território ocorre um ressentimento pelo apego ao local e também o rompimento da unidade familiar nas atividades de trabalho, como é o caso de Francineide e de diversos pescadores e marisqueiras, que frequentam o local agora apenas para trabalhar, não representando mais um espaço de sociabilidade e convívio familiar.

### 3.3.5) Sônia, a mãe de Léo

Moradora do bloco 73, Sônia Maria, de 40 anos, vive há 33 na comunidade e hoje tem uma rotina restrita: casa, escola, médico e terapia. É que ela cuida sozinha do filho Léo, de 9 anos de idade, portador de necessidades especiais. Na antiga Vila dos Pescadores, Sônia trabalhava como comerciante de pescado, mas devido à remoção teve que deixar de lado a atividade para se dedicar integralmente ao filho. Ela conta como era sua rotina antes de se mudar para a praia do Sobral.

**Sônia:** Eu trabalhava com a compra e a venda de peixe e camarão e quando dava ainda vendia em feiras fora de Maceió, como em Recife. Depois que me mudei para cá à força e sem ter como resistir, eu só vi dificuldades tanto na parte da locomoção quanto para ganhar a vida. Eu não gosto de viver aqui, mas não tenho escolha. (Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019).

Hoje, Sônia não trabalha mais com comércio de pesca e vive do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é pago pelo INSS ao filho por conta de sua deficiência. O valor é de um salário-mínimo, que ajuda a pagar as contas da casa e prestar assistência a Léo. Ela também recebe o Bolsa Família, no valor de R\$ 209 reais referentes a seu outro filho em idade escolar.

Sônia passa a maior parte do tempo sozinha, mas conta com a ajuda da mãe em momentos pontuais. “Quando preciso sair para resolver alguma coisa na rua que não é no

horário da escola dos meninos, minha mãe vem ficar com eles. Ainda bem que os dois contam com transporte cedido pela Prefeitura. Eles estudam na Escola Municipal Tereza de Jesus, próximo à Praça da Faculdade, o Léo já está no 4º ano do Fundamental I”, conta.

Ela relata que em Jaraguá a vida era mais fácil, pois mesmo que não tivesse ajuda para cuidar do pequeno Léo, o trabalho era feito na porta de casa e seu filho, quando não estava na escola, ficava ao seu lado enquanto ela trabalhava. “Eu vendia, eu comprava, eu limpava peixe e camarão, mas agora tive que parar com isso. Hoje vivo uma rotina bem mais cansativa e meu filho exige muito acompanhamento e muita assistência”, desabafa.

Outras famílias no Residencial vivem a mesma realidade que Sônia, porém os percursos são diferentes, como é o caso de Alexandre da Silva, de 44 anos, morador do bloco 63. Ele também tem um filho, de 15 anos, que necessita de cuidados especiais e que recebe BPC, mas ao contrário de Sônia, ele e a esposa conseguem trabalhar fora enquanto avós e demais parentes podem cuidar do garoto.

Alexandre é marinheiro no cais do porto e sua esposa trabalha como atendente de lanchonete. O casal que até então trabalhava com a pesca, desde que se mudou para o Residencial decidiu deixar o ofício de lado por não enxergar na antiga profissão as mesmas vantagens que antes, tanto em termos financeiros quanto de realização pessoal.

O depoimento de Sônia é interessante para pensar, além da questão da mudança de ocupação profissional pelos mais variados motivos, percebida como uma das consequências de todo o processo de remoção, a questão da presença majoritária das mulheres como únicas responsáveis pelo lar e pelo cuidado com os filhos, seja porque o marido passa o dia trabalhando fora, seja por conta de pais ausentes em virtude de separações entre os casais.

Nesse novo contexto, são mães, tias e avós que sustentam e cuidam da família sozinhas, sem a presença dos maridos. Durante a pesquisa, foi possível perceber que muitas das mulheres que decidiram continuar com a profissão de marisqueira ou comerciante de pescados contam com a ajuda de outras mulheres para cuidar de seus filhos enquanto elas trabalham.

As que não quiseram continuar, em sua maioria, buscam desempenhar atividades que as permitam ficar mais perto de suas famílias, como a montagem de negócios próprios dentro do residencial. Há também as mães que largam as atividades para se dedicar aos filhos, como é o caso de Sônia Maria, que embora tenha deixado de lado a profissão de que tanto gostava confessa não se arrepender de tê-lo feito para cuidar de seu filho.

### 3.3.6) Josivan, o construtor naval

Era fim de tarde quando encontrei à beira mar Josivan Bezerra, um dos poucos construtores navais da comunidade. No momento do encontro ele trabalhava no conserto de uma embarcação e foi Francineide quem nos apresentou. Ele de pronto aceitou conceder uma entrevista.

Acomodamo-nos em sua tenda de madeira que fica logo atrás do Centro Pesqueiro, próximo aos estaleiros onde ele e seus companheiros irão trabalhar após o término das obras. Além de guardar sua própria embarcação e materiais de trabalho, ele mantém um pequeno cômodo com geladeira, cama, fogão e utensílios domésticos para o período que precisa passar fora de casa.

**Figura 25:** Área externa onde Josivan guarda os materiais de trabalho



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Janeiro/2019)

Josivan, hoje com 51 anos, conta que chegou à Vila com 22 anos, mas que desde os 11 já frequentava a comunidade para trabalhar com pesca e carpintaria, ofício que aprendeu com seu tio José Calisto, irmão de seu pai.

Na antiga Vila, o construtor morava em uma casa de madeira à beira mar, onde podia ver de perto os ciclos das marés e construir embarcações para todos que precisassem de seus serviços. Além de Josivan, esse serviço também é feito por Pedro, Galego e Josafá. “Somos em quatro, mas aqui não temos concorrência, sempre ajudamos uns aos outros, emprestamos materiais, pois vivemos em uma comunidade”, afirma.

Na fala de Josivan podemos perceber a solidariedade que é típica de pequenas comunidades. Em nenhum momento das entrevistas, tanto Josivan, quanto os outros moradores falaram em competição, mas sempre em ajuda mútua entre os membros da Vila dos Pescadores. Na nova residência, no Sobral, esse é um sentimento que ainda se perpetua, principalmente entre as mulheres, que auxiliam umas às outras nos cuidados com os filhos, quando alguma delas precisa passar o dia fora trabalhando na Balança de Jaraguá.

Sobre a nova vida que leva, Josivan não se mostra otimista quanto às novas condições. “Hoje a gente paga passagem para ir e vir, um gasto que antes não tínhamos, sofremos no bolso. Muita gente vem para cá a pé, mas eu não tenho essa disposição”, relata.

Trabalhando há 39 anos como carpinteiro naval, Josivan revela que para a construção do Centro Pesqueiro não houve nenhum diálogo do poder público com a comunidade sobre a melhor forma de trabalhar e de dispor os novos materiais de trabalho, principalmente os estaleiros. “Os estaleiros não têm paredes, portas ou segurança alguma. Quem quiser leva tudo. Eu vou ter que reforçar a segurança e vigilância por minha conta para que não levem meus materiais, como já ocorreu com meus companheiros”.

O carpinteiro destaca ainda que a produção do pescado não é mais a mesma de antes, queixa compartilhada por outros pescadores e marisqueiras. Um dos fatores atribuídos por eles é a dragagem do Porto de Maceió, que afetou, sobretudo, a pesca do camarão no local.

**Josivan:** Antigamente a embarcação chegava com toneladas de pescado, era de encher os olhos de muita gente, conseguíamos abastecer toda Alagoas, mas hoje não mais. Não é fácil ser pescador. É pesado. O preço e a produção estão lá embaixo. Como conseguir nos sustentar então? Esse Centro Pesqueiro não trouxe melhorias e nem acredito que vai trazer, pois não houve nenhum diálogo sobre como nós queríamos que fosse. Eles tomam nós pescadores como se fôssemos leigos, mas aqui tem muito pescador formado, estudado. Eu tenho estudo, nem todos têm, mas tem a sabedoria da prática e eles deviam ouvir isso. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

Ele lembra ainda, com tristeza do dia da remoção, em 2015.

**Josivan:** Tiraram a gente daqui como se fôssemos bandidos. Aqui não é área de risco, aquilo parecia uma guerra. A gente estava em casa dormindo e de repente acorda com um monte de homens armados até os dentes nos expulsando de casa. Aquilo foi desumano. Ficamos todos atônitos, muita gente queria reagir, mas tivemos medo, pois um pai de família podia perder a vida por lutar pelo seu direito. (Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2019).

Agora, tanto Josivan, quanto a grande maioria dos pescadores que continuam trabalhando, só vão até a antiga Vila para o desempenho de suas atividades laborais, não

havendo mais a sensação de pertencimento com o lugar que antes representava moradia, trabalho, lazer, sociabilidade e que abrigou praticamente todas as memórias de suas vidas.

Ele reconhece que a qualidade da moradia no Sobral é melhor que os antigos barracos de madeira de Jaraguá, mas se questiona sobre o porquê de as casas não terem sido construídas junto ao Centro Pesqueiro, já que havia espaço e verba para isso, referindo-se ao Projeto Pascual, que previa a reurbanização do local, mas que não chegou a ser implantado pela Prefeitura.

A grande questão trazida por Josivan e por todos os outros moradores diz respeito ao “amor ao lugar”, que como afirma Pereira (2018), não se relaciona com uma perspectiva romântica, mas de um sentimento de materialidade e de relações concretas estabelecidas com o lugar. A todo momento, em seus discursos sobre o lugar os moradores revelam suas percepções, memórias e usos do espaço atrelados ao discurso sobre o conflito, principalmente na luta contra a remoção.

Esse sentimento de “amor ao lugar” também foi captado no Censo de 2006, onde 90% dos moradores responderam que gostavam de morar na Vila, apesar dos problemas estruturais. Desses, 67% não gostariam de morar em outro lugar, principalmente por conta do trabalho ser perto de casa e pela boa localização de Jaraguá. Então esse é um sentimento que se perpetuou no tempo.

O olhar subjetivo dos moradores sobre o lugar é voltado para a memória e para o senso de pertencimento com aquele território, diferentemente do poder público, que desconsiderou os laços que as pessoas tinham com o local e as práticas que eram ali desenvolvidas e que vão muito além de trabalho e subsistência, representando, sobretudo, a imagem que cada um construía de si e da vida em comunidade. E no lugar disso apresentou um disciplinamento do espaço de modo a estabelecer ali um outro lugar, isto é, um território com outra dinâmica espacial e simbólica, onde papéis e lugares sociais são claramente estabelecidos.

### **3.4) Violência e Saúde: questões sensíveis à comunidade**

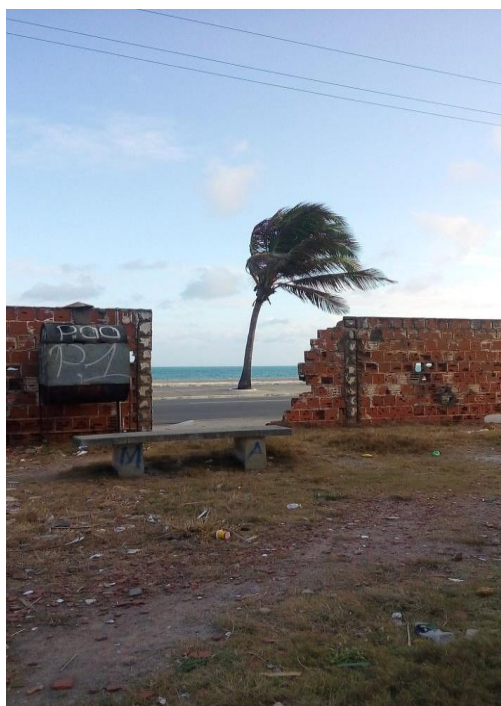
Durante a realização do Censo Demográfico e Social de 2018 e das entrevistas abertas realizadas com moradores, duas questões foram apontadas por eles como centrais no processo de remoção de Jaraguá para o Sobral: o aparecimento de enfermidades de até então pouca ocorrência na comunidade e o aumento da violência na região, principalmente relacionada ao tráfico de drogas.

Como vem sendo dito ao longo deste estudo, a Prefeitura ao retirar os pescadores daquela área de Jaraguá argumentava como um dos objetivos reduzir os índices de criminalidade no bairro, associado pelo poder público à existência da “favela”. Expressão reforçada a todo momento junto à mídia para que a sociedade entendesse como benéfica para toda a população a intervenção proposta para o local.

Porém, o que se pode comprovar durante a realização da pesquisa é que a questão da violência e do tráfico de drogas não foram resolvidas para a comunidade, apenas mudou de endereço. Nesse sentido, podemos perceber o caráter ‘higienizador’ da intervenção proposta para aquele local que busca criar uma imagem ideal do bairro para que fosse frequentado e consumido por uma classe social mais alta com o objetivo de fortalecer o turismo na região e afastar para as margens da cidade problemas sociais tais como a violência e tráfico de drogas.

Para compreender como essas duas questões afetaram o dia a dia da comunidade, é preciso entender um pouco a dinâmica de seu cotidiano. Os prédios do residencial do Sobral quase não possuem muros, que ficaram bastante gastos pela ação da maresia e acabaram caindo. Nem possui portões, por isso todos podem entrar e sair a todo momento, por isso o movimento de carros no local é intenso, principalmente nos arredores do residencial.

**Figura 26: Os muros da entrada do residencial**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Outubro/2018)



Moradores entrevistados, oriundos de Jaraguá, afirmam que são obrigados a conviver com essa situação de risco que se instalou nos arredores, seja por conta do tráfico de drogas ou por conta dos confrontos policiais que vez ou outra acontecem.

Enaura Alves revela que os moradores costumam ligar uns para os outros para avisar que os policiais estão na região. “Ligamos para dizer que ‘os homi’ [sic] chegaram e que não é para ninguém sair de casa. Até as crianças já estão acostumadas e quando veem eles chegando já correm para avisar aos pais”, conta.

Maria José, marisqueira de 52 anos é uma das moradoras que vê no tráfico de drogas e nas investidas policiais um dos maiores problemas de se morar no residencial. “Era para nós, moradores, nos organizarmos para ter uma vida melhor, mas aqui nos arredores é tudo dominado pelo tráfico, eles fazem o que querem e para nós só sobra o medo”, desabafa a moradora que vive na comunidade há 35 anos.

Já Amaro Inácio, 54 anos, e que desde os 25 trabalha com pesca e remendo de redes, é um dos moradores que também enxerga esse como um dos problemas de morar lá. “Eu tenho receio, mas não falo nada”, conta o pescador, que diz que apesar disso gosta de morar no local, principalmente por conta de o tipo de moradia ser de alvenaria.

A insegurança e o medo da violência são um problema para 11% dos moradores do residencial, que veem no tráfico um dos principais problemas de se morar no residencial, de acordo com os dados do Censo Demográfico e Social de 2018. Em 2006, o principal problema de morar na Vila apontado por 78% dos moradores era a falta de infraestrutura (calor, falta de água e casa pequena).

Outro ponto importante apontado pelos moradores da Vila sobre os impactos da remoção forçada, e sobre o qual já nos referimos, é a perda de parentes por questões de saúde ou mesmo o aparecimento de doenças nos próprios moradores que antes não eram tão frequentes, principalmente relacionadas à saúde mental.

Dos moradores entrevistados, 42% relataram que perderam parentes por questões de saúde depois da remoção, contra 58% que não registraram casos. Por representar quase metade da população esse é um dado que chama a atenção, principalmente por conta da ocorrência de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e infarto, que figuram como as maiores causas de morte e não eram tão frequentes entre membros da comunidade. Essa prevalência pode ser atribuída, segundo os moradores, a um novo estilo de vida estressante e ao agravamento de condições pré-existentes e que pioraram com a remoção.

Aliado a essas doenças também houve o desenvolvimento de quadros de depressão por conta da mudança forçada, como foi o caso de Dona Odisséia, pescadora mais antiga da

comunidade que morreu de embolia pulmonar e apresentava um quadro depressivo desde a mudança, de acordo com seus familiares e Maria Madalena, sua esposa, que também desenvolveu a doença após a morte do filho, em um acidente de motocicleta.

Creuza Maria, moradora do bloco 75, é um exemplo de como o processo de remoção afetou a saúde mental de alguns moradores. Sempre que eu chegava à casa de Enaura, Creuza estava sentada na escada bordando alguma toalha. Um dia me aproximei e perguntei se poderia entrevistá-la, ela aceitou minha abordagem. Creuza é uma senhora baixinha, de cabelos brancos e que tem um ar distante, como se seus olhos e sua mente estivessem mirando muito longe e que só seu corpo estivesse presente ali.

Quando perguntada, ela diz não lembrar sua idade, nem quando chegou à comunidade, nem em que ano está vivendo. “Eu era marisqueira e meu marido era pescador, mas depois que me mudei para cá abandonei tudo, ficou muito difícil continuar. Minha cabeça está muito confusa, não lembro de muita coisa depois que vim para cá”, desabafa.

Em meio a nossa conversa, Creuza desanda a chorar e a soluçar. Ela tinha lembrado da morte do marido, um momento para ela muito traumático e um dos poucos que ela guarda vivo na memória. “Ele morreu do coração, morreu bem aqui nessa calçada, bem em frente a nossa casa. Ele caiu, se debateu. Eu fiquei desesperada, mas não podia fazer mais nada. Foi tudo muito rápido”.

Essa é uma das poucas lembranças que ela mantém viva até hoje e que lhe causa mais dor, pois ela enxerga aquele local como o local que levou embora seu marido e associa o residencial a lembranças ruins.

Nesse contexto de traumas pós-eventos, Branco Pereira (2018, p. 91) realizou um estudo sobre como eventos traumáticos, como deslocamento forçado de uma população, afetam a saúde mental desses indivíduos. O foco do autor são os refugiados atendidos por serviços de saúde mental em São Paulo, mas suas reflexões podem ser aplicadas ao estudo de populações tradicionais que tinham vínculos com seu antigo território. “O próprio deslocamento, portanto, já estaria crivado – de – e seria motivado por – experiência de sofrimento que pertenceriam a uma dimensão temporal passada (...) o trauma, então, se estabelece como um dos modos hegemônicos de representar a relação com o passado”.

O caso de Creuza é importante para pensar como o trauma ainda presente a impede de lembrar fatos corriqueiros, como sua idade ou em que ano está vivendo. Sua mente fica revivendo a todo o momento a morte do marido e relacionando-a ao momento da remoção, fazendo-a rejeitar o lugar em que vive por ter essa relação com o passado permeada pelo sofrimento e pela perda tanto de seus vínculos familiares quanto com seu território.

### 3.5) As novas formas de percepção do trabalho e a meritocracia

Era uma manhã quente, dia seguinte ao Natal, quando conheci Adileide e Francisco, moradores do bloco 75 e vizinhos de Enaura. Neste dia, o residencial estava extremamente silencioso por conta das festividades do dia anterior. As grandes comemorações como o Natal, Ano Novo e São João costumavam mobilizar a comunidade em grandes festas coletivas que geralmente duram todo o dia e se estendem até a madrugada. Essas festas representam os principais momentos de sociabilidade e lazer coletivo entre os membros daquela comunidade.

Quando cheguei ao apartamento do casal, os dois tomavam café na pequena mesa junto à janela da sala, que embora pequena era bem decorada com quadros, jarros de cerâmica, cortinas e almofadas, o que não costumava ser visto em outros apartamentos do local.

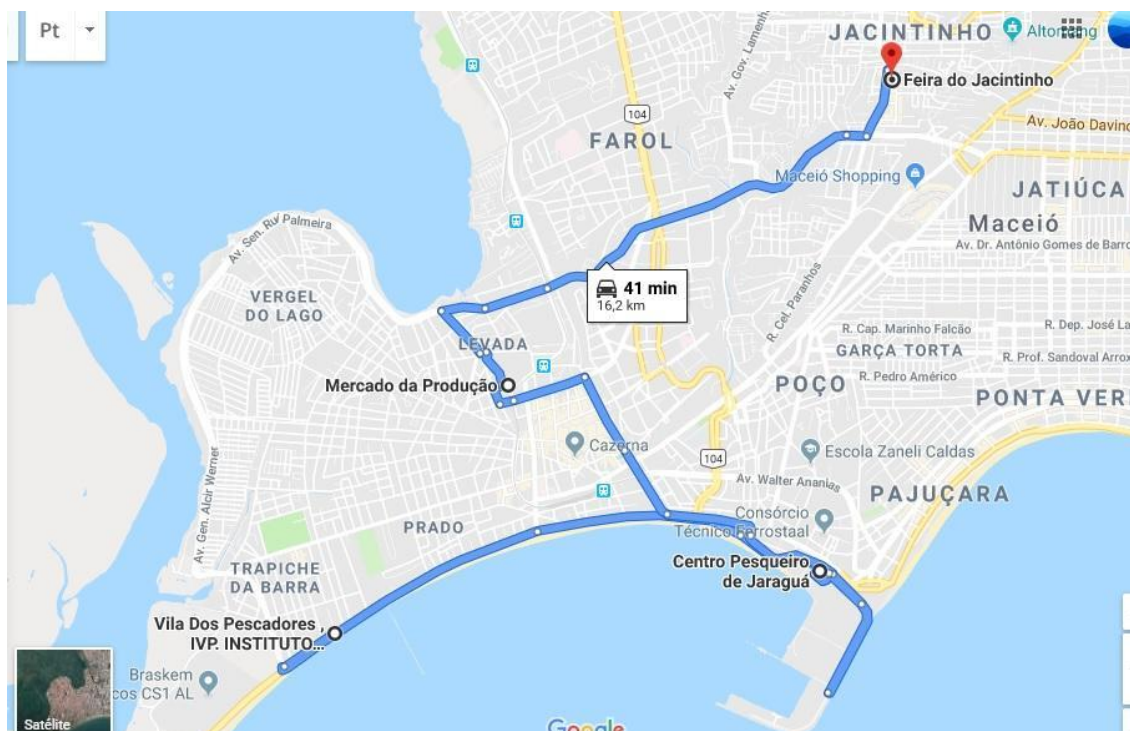
Adileide, de 44 anos, conta que mesmo com a mudança do local não deixou de trabalhar como comerciante de pescado ao lado do marido, o senhor Francisco. Todos os dias, eles saem de casa às 3h30 da manhã e vão até Jaraguá colher o pescado. De lá, um carro de aluguel leva o casal até os locais de venda do produto. Ela vende seu camarão na feira do Jacintinho e ele no Mercado da Produção. Além desses dois lugares, os produtos vão vendidos por outros comerciantes nas balanças de Jaraguá, Ponta da Terra e Ponta Verde.

Eles relatam que estão conseguindo se adaptar à nova rotina, mesmo em meio às dificuldades encontradas.

**Francisco:** A diferença é que em Jaraguá a gente trabalhava e morava. Já saía de casa e ia direto para os mercados. Hoje em dia temos que pegar mais transportes e sair ainda mais cedo de casa. Então é tudo um aumento de custo em uma renda que já não é muita. Quando chegamos em Jaraguá tiramos o pescado do gelo para colocar na caixa e de lá vamos para o mercado da produção e para o Jacintinho. Temos um rapaz que faz essa rotina conosco todo dia. (Entrevista concedida em 26 de dezembro de 2018).

Essa são as distâncias percorridas diariamente pelo casal do residencial no Sobral até Jaraguá, Mercado da Produção e Feira do Jacintinho.

**Foto 27: Mapas das distâncias – Sobral – Jaraguá – Mercado – Jacintinho**



Fonte: Google Maps

Pergunto a eles como foi a adaptação à nova realidade e como ele enxerga a transferência da Vila de Jaraguá para o Sobral. Para Francisco, ficou ruim, principalmente porque o pescado não está mais rendendo como antigamente. “Se eu ganho R\$ 30 reais, R\$ 15 já fica para as despesas com transporte e lanche. A moradia aqui é boa, eu gosto, mas o problema é esse deslocamento todo”, explica o comerciante.

Quando entrevistei o casal, a pesca de camarão estava na época do defeso, período em que é proibida por ser a fase de reprodução do crustáceo, que dura de 1 de dezembro a 15 de janeiro. Nesse período, como os pescadores não podem trabalhar, recebem dois salários-mínimos. Os pescadores que residem no Sobral estão vinculados a duas colônias de pesca, a Z-1 (Ponta da Terra) e a Z-16 (Trapiche da Barra).

Quando pergunto se eles pensam em mudar de ramo quem me responde é dona Adileide. “Se eu tivesse um trabalho fixo até gostaria, essa coisa de pescado já deu o que tinha que dar. O mar parece que não quer mais produzir. Antigamente era muita mercadoria, mas hoje o movimento caiu e não vale mais tanto a pena ficar na atividade. Só fico porque é o que sei fazer”, relata.

Esses dois relatos demonstram que, embora 14% dos pescadores continuem na atividade por vontade própria e por gostarem do que fazem, já não enxergam a pesca da mesma forma

que antes, não a veem como um trabalho que gere lucro ou mesmo que traga satisfação pessoal.

Francisco conta um pouco mais sobre as mudanças na rotina de um comerciante de pescados. “Acordamos às 3 h para ir para Jaraguá pegar os pescados e irmos para as feiras, só retornamos às 14h, mas antes de voltar para casa vamos para Jaraguá pegar o pescado para congelar, tratar e vender. É muito cansativo”.

Diretamente ligado ao trabalho do comerciante do pescado e dos pescadores está o dos catraieiros, que são os condutores das catraias, barcos movidos a remo, feitos de isopor e madeira e que levam os pescadores até suas embarcações atracadas em alto-mar. A rotina de um catraieiro é levar o pescador até o barco, voltar para a terra e descansar enquanto espera a hora de buscar esse pescador.

Porém, com o tempo percebeu-se que as catraias, termo de origem não identificada, não eram mais tão eficientes para esse trabalho, pois durante as viagens tanto o pescado quanto o material de trabalho acabavam caindo no mar. Nesse sentido e buscando atender à mesma função, foi criado o ‘caico’, pequena embarcação também feita de madeira, semelhante a uma canoa, porém mais segura que as catraias.

**Francisco:** Antigamente, quando pescador acordava ia na porta do caiqueiro chamar para sair para o mar. Na comunidade tinham quatro a cinco pessoas fixas que sempre levavam e traziam, cada um em um horário diferente. Hoje eles passam os dias fora de casa, quando o local de pesca é longe e não tem como voltar todo o tempo. (Entrevista concedida em 26 de dezembro de 2018).

A partir da fala do casal de comerciantes de pescados é possível perceber que a pesca e todo o trabalho relacionado ao mar não possui mais o mesmo significado para alguns moradores. Além dos que ficam por vontade própria, têm aqueles que continuam no ramo por “falta de opção”, pois se outra atividade mais rentável surgisse, eles mudariam. Nesse novo contexto de remoção, o trabalho da pesca, para alguns, não é visto mais como parte integrante de sua identidade enquanto comunidade tradicional, mas apenas um modo de subsistência, sendo também esse um dos efeitos da remoção.

Em situação semelhante à de Francisco e Adileide, no sentido de não enxergar o trabalho como lucrativo ou como fonte de satisfação pessoal, temos Maria do Carmo, dona de um pequeno mercadinho no residencial. A moradora nunca trabalhou com pesca e assim como hoje, tinha um mercadinho na antiga Vila dos Pescadores. Ela é outra não pescadora que escapou da lógica de distribuição dos removidos estabelecida pela Prefeitura. O que se pode pensar em um primeiro momento é que ela não teve sua rotina produtiva diretamente afetada,

assim como os moradores que não dependem da pesca. Porém, ela garante que a remoção impactou e de forma negativa o seu trabalho.

**Maria do Carmo:** Eu tinha uma vendinha lá na favela que era onde eu tinha meu ganha pão e eu preferia ficar lá, porque lá eu amanhecia o dia trabalhando e vendendo para os pescadores e para as pessoas que passavam pela porta. Aqui eu tenho a mesma vendinha, mas não é a mesma coisa. Lá eu conseguia ganhar dinheiro. Se fosse o caso de fazer um barraco eu fazia de novo. Não gosto daqui. (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018).

Assim como outros moradores, Maria do Carmo lembra com dor do dia da remoção. Enquanto ela fala é possível ver os olhos marejados ao lembrar daquele ano. “Os homens chegavam para comprar comigo de madrugada depois da pesca, era muito bom, mas aí veio a Polícia e o Bope e derrubou tudo e foi uma dor, dói até hoje quando lembro”.

Wilson, de 46 anos, também é um exemplo de como a remoção afetou a forma como eles percebem a noção de trabalho tradicional, como é tida a pesca, e também a transmissão do ofício entre as gerações. “Eu era pescador, minha família toda trabalhava com a pesca. Lá era trabalho certo e barriga cheia, mas aqui temos que suar muito. Eu gosto da moradia daqui porque é de tijolo, lá era de tábuas, mas a compensação financeira depois da mudança ficou muito ruim”, avalia.

Wilson decidiu largar as atividades de pesca depois que se mudou para o Sobral e hoje atua como mototaxistas, assim como diversos outros homens da comunidade, atividade que, segundo ele, lhe rende mais que a pesca que não é mais tão produtiva como antes. O ex-pescador conta que aprendeu a pescar com o pai e que gostaria de ter ensinado a seus filhos o ofício.

**Wilson:** A gente aqui não tem a vida que tinha lá. Lá a gente criava o filho mais na segurança e aqui é diferente. Lá era favela, mas era uma favela segura. Os meninos só tinham dois objetivos, que era crescer na beira da praia e jogar bola e tinha a tendência de ser pescador igual ao pai. A minha infância lá foi uma infância solta, no meio dos pescadores, trabalhando. Tenho dois filhos que chamo para pescar e eles não querem e eu entendo, porque não está tão bom quanto antigamente. (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018)

Dona Itamar é outra moradora do residencial que após a remoção teve que mudar sua rotina produtiva e “se virar” de outras maneiras para conseguir se sustentar. Ela é uma das primeiras pessoas que podemos encontrar quando chegamos ao residencial. Está sempre rodeada de amigos, sentada ao lado de sua barraca de lanches.

Perguntei se podia conversar com ela por alguns minutos. Com um olhar tímido e desconfiado ela me olhou e perguntou se eu era da Prefeitura, pois se eu fosse, ela não falaria.

A recusa de dona Itamar se deve ao receio que muitos moradores ainda têm de que o poder público possa ainda retirar direitos. Expliquei a ela que estava fazendo uma pesquisa para a Universidade, ela então me pediu para puxar um banco e sentar.

Moradora do bloco 63, dona Itamar tem 62 anos e há 25 mora na comunidade. Ela conta que na ocasião da remoção de Jaraguá ganhou um apartamento no residencial Parque dos Caetés (Benedito Bentes), que segundo o critério usado pela Prefeitura, deveriam ir para lá moradores que não desempenhavam atividades relacionadas à pesca. Porém, com a dificuldade de conseguir sobreviver no local, por ser muito afastado e por ainda não ser aposentada, dona Itamar teve que buscar fontes alternativas de renda.

Hoje ela vende lanches no residencial, que muitas vezes é doado pelos próprios moradores, cata camarão e cata latinhas, além de receber R\$ 89 reais do Bolsa Família.

**Itamar:** Na primeira remoção, consegui um apartamento no Conjunto Carminha, depois consegui um no Parque dos Caetés, mas acabei vendendo e vim morar com minha amiga Maria do Rosário aqui no Sobral para que eu pudesse trabalhar, sobreviver, já que lá nos Caetés é muito isolado e distante de tudo. Eu tive até que vender minha geladeira por conta das dificuldades financeiras. (Entrevista concedida em 26 de dezembro de 2018)

Na casa da amiga Maria do Rosário moram mais sete pessoas, que se dividem entre os dois quartos e a sala para dormir. Por isso, posteriormente, ela resolveu se mudar para a casa do ex-marido, no mesmo residencial, que é pescador. Embora vivam na mesma casa, eles permanecem separados.

Dona Itamar lembra como era a rotina de marisqueira antes da remoção. “Eu saía às 5h, mas não tirava muito camarão, porque eu não era ligeira, como as outras, porque teve um tempo que quebrei o osso do ombro quando caí na rua. Sobre essa mudança eu não gostei. Em Jaraguá era melhor, era perto da praia, eu ganhava dinheiro. A gente ganhava pão, sopa, sempre tinha gente fazendo ação de caridade lá”.

Dona Itamar conta como está sua rotina hoje. “Eu acordo de 4h para vender cafés e fico até as 13h, depois volto as 16h e fico até a noite. E é vendendo e catando latinha para completar a renda e conseguir comer. Meu ex-marido que mora comigo ajuda ainda, mas ele também tem a família dele para ajudar, então não sobra muito. Aqui é melhor que os Caetés, mas eu gostava mais de Jaraguá”.

Esse é um ponto importante a ser destacado, a não chegada de ações assistenciais no novo local. Na antiga Vila dos Pescadores existia a noção, por parte da sociedade em geral, de que como o local era uma “favela”, as pessoas precisavam mais de ajuda, mas como no novo

residencial a situação deve ter supostamente melhorado, a ajuda não chega mais. A não chegada dessas ações de caridade é uma queixa de muitos moradores, já que a moradia de fato melhorou, mas as condições econômicas e sociais dos moradores não acompanharam.

Analisando os relatos podemos inferir que a remoção forçada para aquele espaço e a remoção de uma população tradicional de seu território impactou de forma negativa a vida de alguns moradores. Porém, as entrevistas e demais recursos utilizados no trabalho de campo mostram que esse não é um dado geral e que a hipótese inicial, de que a remoção só trouxe aspectos negativos, também não se sustenta. Isto porque pude entrar em contato com diversas pessoas que aprovaram a intervenção, principalmente os que não dependiam da pesca. O motivo para isso é unânime: o tipo de moradia e a existência de um sistema de saneamento básico.

A questão da falta de infraestrutura física do antigo local e a “impossibilidade” de adequar aquele espaço a condições mínimas de vida foi o principal argumento utilizado pelo poder público para a retirada dos moradores, pois no imaginário consensual existe a ideia de que o ideal são casas de alvenaria em lugar de barraco de tábuas e papelão com água encanada e luz elétrica. E, de fato, são.

Porém, para além dessas questões objetivas e solucionáveis, o sentido subjetivo de lugar não foi considerado na remoção forçada. Subjetividade que se constrói a partir da representação que a Vila tem como espaço que abrigou a infância da grande maioria dos pescadores, casamentos e constituição de família. Aquele lugar se diluiu. Foi e será cada vez mais um lugar de circulação, sem espaço para a vida doméstica e do pequeno comércio, como fora antes. A diáspora desfez laços e afetou sentidos de construção social e cultural no novo lugar, com o qual muitos ainda não conseguiram estabelecer vínculos mais profundos.



#### **4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA URBANA ENTRE OS MORADORES DA VILA DOS PESCADORES DE JARAGUÁ: ENGAJAMENTO POLÍTICO E PROTAGONISMO**

O último capítulo deste estudo apresenta as estratégias de resistência adotadas pelos pescadores em seu novo local de moradia, a praia do Sobral. Tentarei responder questões como: De que modo aquela população se apropria de um lugar com o qual não tinha nenhum sentimento de pertença transformando-o em seu “lugar antropológico”? De que modo tenta, não só se apropriar desse espaço, como também se firmar enquanto comunidade tradicional pesqueira, mesmo distante de seu território de origem?

A discussão terá início com a apresentação do cenário da solenidade de inauguração do Centro Pesqueiro de Jaraguá, ocorrida no dia 6 de maio de 2019, após quatro anos do episódio da remoção. O relato desse momento busca deixar claro o caráter elitista a que essas intervenções se propuseram, pois a todo momento no discurso oficial, durante a solenidade, era reforçado que aquela área deixou de ser “perigosa”, refletindo a desqualificação e a criminalização do espaço e das pessoas que ali habitavam, passando a ser um local onde maceioenses e turistas poderiam frequentar com segurança.

A mídia local noticiou amplamente a entrega da obra, como se ela representasse a realização de um sonho para todos os pescadores, que agora passam a contar com um local mais adequado para o desempenho de suas atividades. A forma positiva com que a mídia, ao menos boa parte dela, trata a questão da remoção da Vila, não é algo atual. Desde as primeiras tentativas de retirar os moradores daquele local, em gestões municipais anteriores, que a narrativa vem sendo construída no sentido de dar legitimidade ao discurso do município.

Logo em seguida discuto como a Vila dos Pescadores, a partir tanto da ameaça de remoção, quanto do episódio em si, passou a se articular politicamente, tornando-se mais consciente de seus direitos enquanto comunidade tradicional. Passando da gestão de Dona Mariluse, que era uma das marisqueiras mais antigas da Vila e que comandou a comunidade entre 2001 e 2007, e que embora tenha se esforçado não era tão articulada politicamente, para a gestão de Enaura Alves, uma das líderes atuais que deu um novo fôlego às demandas da comunidade, com informação e formação política pautando-se na busca pelo apoio de instituições da sociedade que pudessem trazer melhorias para a Vila dos Pescadores.

As melhorias trazidas por essa nova liderança tinham dois pontos principais, que eram os projetos de alfabetização de jovens e adultos apoiados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a conquista do Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-guá

Cultural, que se firmou como importante espaço para crianças e jovens desenvolverem habilidades artísticas como fotografia, pintura e percussão, evitando que ficassem ociosos fora do horário da escola.

Essas ações culturais e de educação acabaram por projetar a comunidade em outros espaços da sociedade que até então elas não pensavam em ocupar, como fóruns de discussão, galerias de arte e museus, a exemplo da exposição com comercialização de quadros produzidas pelos moradores da antiga Vila no Cine Arte Pajuçara, no Museu da Imagem e do Som (Misa), no Centro de Belas Artes de Alagoas (Cenarte) e no Museu Palácio Floriano Peixoto (MUPPA).

A ocupação desses espaços com obras produzidas, principalmente por crianças e jovens do ponto de Cultura Enseada das Canoas e que versam, quase em sua totalidade sobre seu cotidiano e as interpretações pessoais do processo de remoção, também se mostra uma estratégia de fortalecimento da comunidade e o resgate de sua cidadania.

Mais à frente, será discutida a articulação que a comunidade passou a ter com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e com outras entidades civis organizadas, como Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública, por meio da realização de eventos, cursos, participação em audiências e reuniões.

A remoção junto à projeção política que a comunidade foi ganhando também trouxe muitos pesquisadores para a Vila dos Pescadores que desenvolviam artigos científicos, monografias, dissertações, teses, projetos de extensão e projetos de pesquisa junto à Vila com ênfase no processo político que eles estavam vivendo.

Um ponto importante abordado nesse capítulo é o modo como as mulheres, após a remoção, passam a assumir um papel de destaque dentro da comunidade, sendo chefes de família, encabeçando projetos de geração de renda, dando início a novos negócios dentro do residencial, ou mesmo resistindo e lutando para continuar com suas atividades de marisqueira em meio a tantos obstáculos impostos por esse processo de remoção.

De acordo os dados do Censo Demográfico de 2018, o número de mulheres que continuam trabalhando em atividades relacionadas à mariscagem é de 33% contra 14% de homens que trabalham com a pesca. Nesse sentido, as mulheres ainda são maioria no que diz respeito a tentar se manter na atividade pesqueira, mesmo que isso represente gastos com deslocamento ou mais tempo longe da família.

Ao longo do trabalho foram apresentados os pontos positivos do início do processo de gentrificação, como a infraestrutura das moradias, bem como os pontos negativos, mudanças de ocupação laboral, perda de práticas tradicionais e aparecimento de doenças. Assim, a

reflexão final do capítulo se dá em torno da seguinte questão: Ainda é possível resistir? Quais as lutas diárias e as perspectivas que há para o futuro com base em suas condições atuais de existência? Por que a resistência e o protagonismo são tão importantes no atual momento em que vivem?

#### **4.1) Inauguração do Centro Pesqueiro: a solenidade onde Prefeitura e pescadores não se encontram**

Era uma manhã quente de segunda-feira, dia 6 de maio de 2019, e as pessoas se amontoavam em uma pequena tenda montada ao lado do armazém que fica na antiga Vila dos Pescadores. Entre os presentes, diversas autoridades como prefeito, deputados estaduais, vereadores e secretários municipais. Era o tão aguardado dia da inauguração do Centro Pesqueiro, que após quatro anos do início das obras, abria suas portas.

Durante a solenidade de inauguração, o discurso da Prefeitura era de que o novo local promoveria melhores condições de trabalho para os pescadores e proporcionaria conforto e segurança para maceioenses e turistas, tanto na compra do pescado quanto no consumo do lugar, que contaria com uma série de serviços como restaurantes, museus e oficinas de fabricação e consertos de barcos, onde os novos frequentadores poderiam apreciar de perto todo o processo de trabalho dos pescadores.

Os repórteres fotografavam toda a estrutura do Centro Pesqueiro, enquanto percorriam suas modernas instalações que contavam com mercado de peixe, depósitos de pescado, três estaleiros, fábrica de gelo, oficina de fabricação e conserto de redes de pesca e leme, restaurante, estacionamento, prédio da administração e local para secar o peixe e o camarão ao sol. Ao todo, o Centro Pesqueiro custou R\$ 10 milhões, sendo R\$ 9 milhões de recursos federais e R\$ 1 milhão como contrapartida do município.

Com a entrega do local, o plano da gestão municipal é intervir também na área onde hoje fica a balança de Jaraguá, contígua à antiga Vila dos Pescadores, para construir uma área de lazer e uma praça de alimentação que funcionariam como uma extensão do Centro Pesqueiro, visando atender a todos que passem a frequentar novo local, fortalecendo Jaraguá enquanto bairro histórico e projetando seu potencial enquanto destino turístico como acontece com outras praias da orla de Maceió, como Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca. Embora essa intervenção tenha dado pouca atenção para as dificuldades da comunidade transplantada.

**Figura 28: Interior do mercado de peixe**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Maio/2019)

**Figura 29: Balcões do mercado de peixe onde os pescados devem ser tratados**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Maio/2019)

O clima, que era para ser de celebração com a comunidade pesqueira, quase não contou com a presença dos pescadores, que preferiram se manter afastados daquele momento. Embora eles tenham sido avisados da inauguração, mas sem um convite formal, os poucos que ainda apareceram não participaram da festa, observando a cerimônia de longe.

Roseli dos Santos<sup>15</sup> é marisqueira e esteve com a filha na inauguração. Ela relata que prefere esperar para ver se as intervenções no local realmente vão trazer melhorias para os pescadores. “A gente não pode falar nada agora, a gente só pode dizer se vai trazer melhorias quando a gente tiver aqui. Tem que ver como fica a rotina, mas está bonita a obra”, diz a marisqueira que mora no residencial do Sobral e vai para Jaraguá todos os dias exercer seu ofício.

Durante a caminhada pelas novas instalações encontrei Francineide de Oliveira, marisqueira e líder comunitária, já citada nesse trabalho, observando tudo bem de perto. Enquanto a comitiva da Prefeitura passava, ela gritava frases como: “Isso é um absurdo! Isso está muito errado”. As pessoas olhavam para ela como se não entendessem o motivo da revolta, enquanto isso os gestores ignoravam e continuavam sua caminhada.

Dirigi-me até ela para conversarmos. Perguntei como ela, que morou e trabalhou durante toda a sua vida na comunidade, enxergava a inauguração e se ela acreditava que poderia haver alguma melhoria nas condições de trabalho a partir daquelas intervenções. Embora soubesse sua opinião sobre o assunto, perguntei novamente, pois aquele momento representava a concretização e a finalização de um processo que durou quatro anos.

**Francineide:** Essa inauguração para mim é uma palhaçada. Vou ser sincera, a Prefeitura colocou na mídia que é bom. Ela trabalha, mas não em prol da comunidade, porque se fosse, o Centro Pesqueiro seria construído com as casas aqui, que era o certo e não colocar na justiça, tirar a gente como marginal, escoltado por policiais. Melhorias para quem? E os ralos dos depósitos? Nunca vi depósito sem ralo para escoar água? Vai limpar peixe e camarão como? (Entrevista concedida no dia 6 de maio de 2019, gravada por meio de aparelho celular e previamente autorizada pela entrevistada).

Apesar do alto investimento financeiro no local, problemas estruturais foram identificados pelos pescadores mesmo antes da entrega oficial, como a falta de instalação de cerâmicas antiderrapantes em todos os boxes onde deveriam ser guardados os pescados e a falta de drenagem de esgoto para o escoamento de resíduos. Para Francineide, a estrutura física não atende as necessidades de trabalho dos pescadores, que embora tenham sido consultados em reuniões com a Prefeitura, não houve consenso sobre a melhor forma de executar esse trabalho.

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida no dia 6 de maio de 2019, gravada por meio de aparelho celular e previamente autorizada pela entrevistada.

Além disso, a inauguração ocorreu de forma simbólica, pois antes de se mudarem em caráter definitivo para o local, os pescadores passarão por uma capacitação que irá lhes ensinar como lidar com os novos equipamentos de trabalho.

Essa informação foi confirmada poucos minutos depois por uma assessora da Prefeitura que me viu conversando com Francineide enquanto ela me mostrava o mercado de peixe e todos os problemas estruturais que identificou na obra. A assessora veio ao nosso encontro e quis saber de que veículo de comunicação eu fazia parte, pois me viu com um bloco de anotações e uma câmera fotográfica na mão. Expliquei que não era da mídia, assim como a natureza e o enfoque do meu trabalho. Ela prontamente respondeu que eu deveria ouvir também o outro lado da história e não só a versão dos pescadores, pois afinal aquele dia era “um momento da Prefeitura e não da comunidade”.

Com base nessa afirmação da assessora é possível perceber que aquela solenidade de inauguração e até mesmo a intervenção proposta para a antiga Vila dos Pescadores, não tinham como preocupação central o engajamento da comunidade, sendo apenas um momento onde a cena da “vitória do poder público” poderia ser eternizada.

Expliquei a ela que já havia falado como o Prefeito na solenidade e entrevistado a gestão municipal em momento oportuno sobre as obras do Centro Pesqueiro e que nesse momento também precisaria ouvir a comunidade, tanto os que eram a favor quanto os que eram contra. Nesse momento, ela afirmou que os pescadores seriam capacitados para atuar no novo local e que dentro de 15 dias o Centro Pesqueiro funcionaria.

Porém, após quatro meses de sua inauguração, o Centro Pesqueiro continua fechado e os pescadores seguem a venda de seus produtos na balança de peixe em Jaraguá e trabalhando nos depósitos de madeiras montados à beira mar, junto à balança. Vereadores de Maceió se articulam para cobrar a entrega do espaço para as famílias cadastradas e o funcionamento do local, de acordo com projeto elaborado pela Prefeitura de Maceió, onde o funcionamento deveria ocorrer 15 dias após sua inauguração oficial.

As reações negativas dos moradores a essa inauguração, que é só uma parte de todo o longo processo de remoção, dizem respeito, principalmente, às modificações organizativas que eles sofreram em seus processos de trabalho e em seus modos de vida singulares devido a remoção operada no local. A transferência para o Sobral trouxe muitos entraves para a reprodução de seus saberes tradicionais enquanto comunidade pesqueira, como a construção de barcos (no Centro Pesqueiro tem três estaleiros e reclama-se que não se pode deixar o equipamento, que é, de fato, um problema), de redes, a linguagem cotidiana e tão particular de

uma comunidade pesqueira, assim como a transmissão desse ofício entre as gerações, que aprendiam o saber-fazer da pesca.

Sobre isso explica Diegues (1983):

O pequeno produtor litorâneo teve as condições naturais de produção modificadas também pela separação gradativa destes sujeitos de seu local de moradia e trabalho devido à especulação imobiliária, à urbanização, ao turismo desenfreado, entre outros fatores transformadores”. (1983 apud Cardoso, 2009, p.6).

Fatores como estes impulsionaram o início da gentrificação naquela localidade, que foi muito além da reabilitação do espaço físico e que operou em instâncias mais profundas, em uma dinâmica de segregação e reconfiguração das representações urbanas que determinada população tinha de seu território. Assim, o antigo núcleo urbano tradicional se torna um lugar de consumo e é inevitável que nesses espaços acabem existindo conflitos, pois o capital busca introduzir a dinâmica de um valor de troca onde antes operava uma lógica totalmente diversa. Há agora um outro público, para quem o Centro Pesqueiro foi construído, o turista e o nativo.

Furtado (2014) completa essa ideia ao afirmar que o processo de gentrificação aparece como um dos elementos permanentes da reestruturação urbana. Processo que é realizado de acordo com as necessidades e em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade.

No caso de Jaraguá, o solo de localização privilegiada era ocupado por pescadores e isso impedia sua utilização lucrativa para fins de consumo e turismo, por isso não havia a “possibilidade” por parte do poder público de revitalizar a área para que eles continuassem lá. O argumento utilizado era o da garantia de uma moradia digna para aquelas pessoas, desde que isso não fosse um entrave aos planos da Prefeitura de tornar o local mais atrativo para o turismo.

A falta de proximidade com o mar onde pescam, já que na praia do Sobral o mar é violento e, portanto, inadequado ao tipo de pesca desenvolvido na Vila, fez com que esse modo de produção particular, esse “saber-fazer” fosse sendo deixado de lado devido às inúmeras dificuldades impostas pelo processo de gentrificação que os tirou de seu território. Sobre isso, Diegues (2001, apud Marchioni, 2016, p.33), explica que populações tradicionais dependem de forma simbiótica da natureza, dos ciclos naturais e dos recursos naturais e de seus manejos. E a noção de território, ou “espaço físico” onde o grupo se reproduz socialmente, encontra-se inscrita na sua forma de morar e de ocupar esse território.

Assim, a entrega, mesmo que simbólica, do Centro Pesqueiro, representava o fim de uma batalha que se arrastou por décadas, vencida pelo poder público, onde a reabilitação

daquele bairro representava a consagração da eternidade da cena “bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 1998, p.136).

#### **4.2) A articulação política como forma de resistir**

Em 2005, após anos de embate com a Prefeitura, os veículos locais anunciavam o fim da “favela de Jaraguá”, como era chamada por eles a Vila dos Pescadores, ainda na gestão do prefeito Cícero Almeida, que teve dois mandatos, de 2005 a 2012. Os planos de remover a comunidade estavam a todo vapor, embora os pescadores só soubessem dos desdobramentos das ações através do que os jornais noticiavam.

Como já foi dito no capítulo “Cidade para Consumo: contradições de um discurso de poder” desta dissertação, o convênio firmado entre Prefeitura e Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que assegurava a cessão do terreno para execução do projeto de reurbanização de Jaraguá, no qual a Vila dos Pescadores estava incluída, não previa a retirada desses moradores daquela localidade, pois as dificuldades estruturais encontradas no local poderiam ser solucionadas com a própria reurbanização e que tornava possível a construção de moradias no local.

De acordo com Pereira (2018), os estudos que serviam para embasar a retirada dos pescadores do local foram caindo aos poucos, pois a medida que a Procuradoria questionava a Prefeitura sobre esses dados notava-se que não havia sustentação técnica em suas falas. Ou seja, os estudos que indicavam a impossibilidade de permanência naquele local, na verdade, não existiam.

Já em outubro de 2006, o ministro de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolim, em visita oficial a Alagoas, conheceu a problemática da Vila dos Pescadores de Jaraguá e, na ocasião, recebeu um documento reivindicatório da comunidade que tentava, por meio do ministro, resolver a questão fundiária daquela região para que eles não fossem retirados pela Prefeitura. Essa aproximação não foi percebida pela gestão municipal com bons olhos, que considerou o ato, caso o ministro Gregolim fosse favorável à demanda dos pescadores, uma interferência em questões internas.

E foi exatamente o que ocorreu. Em audiência realizada com Enaura Alves, que na época, mesmo sem ter a liderança oficial já se articulava junto à comunidade, profissionais e entidades que apoiam a causa e o referido ministro, houve o comprometimento de verbas para construir essas moradias no local e a resolução da questão fundiária junto ao município. Mesmo assim, a gestão não demonstrou nenhum interesse em resolver o impasse e continuou



judicializando a remoção da Vila dos Pescadores, acirrando ainda mais o conflito entre pescadores e município.

Nesse contexto de disputa por território é que entra em questão a organização da resistência dos moradores. Para que os moradores conseguissem permanecer em seu local de trabalho e moradia, em 2008 teve início a eleição para a nova diretoria da Associação dos Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR). A necessidade de mudança de gestão se deu para a adequação da entidade às exigências de projetos que surgiam, sobretudo o Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte, que hoje já não existe e que se desenvolveu a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer em regiões urbanas e rurais.

Para que um núcleo desses fosse implantado na Vila dos Pescadores era preciso a existência de uma entidade ou associação naquela comunidade que ficasse responsável por administrar esse núcleo e os recursos que dele surgissem. Na época, a diretoria da AMAJAR quase não existia e se encontrava reduzida à dona Mariluse, hoje já falecida, e com a qual tive contato ainda em 2015 em entrevista para o já citado Blog Vidas Anônimas.

A marisqueira, que na época tinha 60 anos, trabalhava com a pesca desde os 10. Sempre trabalhou com peixe e camarão e com isso criou seus filhos, que anos depois seguiram os passos da mãe, se tornando pescadores e marisqueiras também. Ela não conseguiu terminar seus estudos, pois a pesca ocupou todo o seu tempo. Tudo o que sabia aprendeu sozinha. A ler, a fazer contas sobre as embarcações, a calcular preços e conhecia muito bem seus direitos e os da coletividade. Pelo respeito adquirido pela comunidade ela comandou a AMAJAR e a Colônia de Pescadores de Jaraguá entre 2001 e 2007.

Embora na época dona Mariluse organizasse a comunidade e fosse respeitada por todos, havia uma desintegração da diretoria da AMAJAR como órgão articulado, o que dificultava a implantação de projetos naquela localidade. A nova eleição deveria ocorrer, principalmente, para que o PELC não fosse perdido e para que o projeto tivesse condições de continuidade ao longo dos anos. Assim, surge o nome de Enaura Alves para assumir a Associação.

Essa eleição tratava-se de uma necessidade técnica imediata, porém com o tempo acabou se tornando muito importante para a articulação política da Vila dos Pescadores, principalmente no que diz respeito à ocupação de espaços, se firmando como comunidade tradicional. Foi a partir do PELC que a Vila conquistou o Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-á-guá Cultural, que até os dias de hoje, mesmo após a remoção para o Sobral e sem um local físico que o abrigue, é um importante espaço para crianças e jovens se

expressarem artisticamente e representa para a comunidade um resgate de sua cidadania e autoestima.

Antes da eleição, Enaura Alves relata que encarou sua indicação com receio, mas junto a outros pescadores, que também não estavam acostumados às atividades de liderança, a equipe foi aos poucos se formando. O que tinha caráter técnico terminou por se tornar político, pois com a entrada dela, tanto a AMAJAR quanto a comunidade passaram a ter uma nova cara, muito mais politizada e informada de seus direitos.

O estilo da nova líder era baseado na busca por apoio junto a instituições como Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), Central Única dos Trabalhadores (CUT), no sentido de desenvolver parcerias que pudessem trazer melhorias para a vida em comunidade. Esse novo modo de gerir as demandas da Vila também ajudou a outros moradores mais dispersos a se organizarem politicamente de novo.

A nova AMAJAR passou a funcionar com Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos e foi marcada pela conquista do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, como falado anteriormente, e que foi decisivo para motivar crianças e jovens da Vila dos Pescadores, evitando que eles ficassem ociosos no horário que não estavam na escola.

A habilidade política da comunidade, até então adormecida, terminou se desenvolvendo por necessidade de preservar seu território e projetou Enaura Alves como forte liderança política em virtude de sua habilidade em firmar parcerias, organizar as demandas comunitárias e o trato com a imprensa e pesquisadores.

Todo esse processo de articulação contribuiu bastante, tanto para a formação política dela quanto da comunidade em geral, que teve como consequência o fortalecimento dos vínculos da nova AMAJAR com as instituições sociais e o resgate de uma associação dividida politicamente entre o grupo que estava à frente da resistência e moradores que eram favoráveis à remoção, principalmente por conta das péssimas condições estruturais que se encontrava aquela localidade.

A organização de projetos culturais voltados para o resgate da cidadania, recuperação de crianças e adolescentes e alfabetização, principalmente de jovens e adultos que estavam fora da escola, fez parte de um dos maiores movimentos de resistência urbana da capital que conquistou o apoio de diversos segmentos sociais no sentido de garantir legitimidade à luta daquelas pessoas, que agora se engajavam mais profundamente no processo político que estavam vivendo.

O Movimento Abrace a Vila, um dos maiores apoiadores daquela população, se definia como um movimento que luta pela permanência e pela revitalização da Vila dos Pescadores

de Jaraguá. O Abrace a Vila reúne diversas instituições, professores, estudantes e sociedade em geral contrários à remoção, publicando artigos, notícias, fotos e notas de apoio e de repúdio ao poder público por conta das intervenções realizadas no local. Como podemos ver na nota de repúdio emitida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), publicada no *blog* no dia 28 de junho de 2015:

“A CUT vem a público repudiar a decisão judicial e a ação conjunta da PM e Prefeitura de Maceió, que removeram de forma truculenta e sem nenhum diálogo, as famílias que residiam há décadas na Vila dos Pescadores de Jaraguá (...) Essa atrocidade se agrava com o fato de a Prefeitura de Maceió não ter lugar para abrigar os pescadores. Assim, quis alocá-los em uma escola ainda em funcionamento, o que provocou revolta na comunidade escolar. Por fim, resolveu usar uma creche desativada no bairro do Bom Parto, sem nenhuma estrutura para receber as famílias, as quais, por se tratar de pescadores, terão sua atividade profissional dificultada (...). Protestamos também contra a destruição de um traço tão marcante da identidade do nosso Estado, a existência de Vilas dos Pescadores. Ao invés de investir na revitalização da Vila, o poder público marginalizou a comunidade e judicializou a decisão, excluindo a sociedade da decisão”. (Nota emitida em 28 de junho de 2015 e postada no Blog Abrace a Vila).

Sobre o que diz a nota, vale explicar que na primeira remoção, em 2012, as famílias foram encaminhadas para o residencial no Sobral, enquanto que os moradores da resistência conseguiram permanecer em Jaraguá até 2015. No dia da remoção, que pegou todos de surpresa, foi montado um forte esquema de segurança com presença de policiais Militares e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) fortemente armados, além dos órgãos municipais, que retiravam os moradores dos barracos e logo em seguida demoliam as casas para que eles não voltassem.

Após a retirada dos moradores, eles eram encaminhados para o estacionamento de Jaraguá para a realização de uma triagem para saber se tinham ou não direito ao apartamento do Sobral. Quem tivesse direito, iria para os apartamentos, quem não tivesse no cadastro, seria transferido para uma creche pública no bairro do Bom Parto.

A transferência deixou muitas pessoas fora do cadastro, assim como beneficiou pessoas que não faziam parte da comunidade tradicional. Como relata Enaura sobre o dia da remoção:

**Enaura:** No dia da remoção mandaram todos para o estacionamento para a triagem. Era uma fila muito grande. Várias pessoas ali eu sabia que não eram da comunidade. Uma mulher com uma criança no colo gritava que tinham derrubado a casa dela, mas não era ninguém da comunidade. Era gente que eu nunca tinha visto por lá (Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018).

A referência utilizada na transferência para os apartamentos do Sobral foi um cadastro realizado em 2007. Quem chegou à comunidade depois, acabou ficando fora. E a ordem era

para que essas pessoas não contempladas fossem transferidas para a casa de parentes ou que fosse pago um aluguel social pelo município no valor de R\$ 250 reais.

A Prefeitura sustentava que o cadastro era confiável, porém algumas pessoas cadastradas em 2007 já não moravam na Vila na época da transferência, mas, mesmo assim, foram contempladas com apartamentos, pois a entrega dos apartamentos só ocorreu cinco anos após o cadastro, segundo relatam os moradores.

O critério de divisão adotado pela gestão municipal era que quem trabalhasse com a pesca deveria morar no Sobral, por conta da proximidade com o mar, já os moradores que desempenhassem outras atividades deveriam ir para o Parque dos Caetés ou para o residencial Jorge Quintela, ambos no bairro do Benedito Bentes. Como vimos anteriormente, no segundo capítulo desta pesquisa, essa divisão não funcionou de forma tão rígida, afinal tinha pescador que foi para o Benedito Bentes e não pescador que ficou morando no Sobral.

O Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também se pronunciou contra a remoção, em nota de repúdio publicada no dia 28 de junho de 2015 no *blog* *Abrace a Vila*:

“Repudiamos a ação de despejo que se concretizou sem prévio aviso, mediante presença coativa de diversas forças policiais que a partir da madrugada de 17 de junho de 2015 cercaram as casas dos moradores, intimidando-os a procederem o esvaziamento imediato das mesmas para a sucessiva demolição (...) Repudiamos a falta de compromisso e planejamento da Prefeitura de Maceió para a garantia de moradias dignas aos despejados da Vila, atualmente direcionados de forma improvisada e temporária para os abrigos e creches sem condições higiênico-sanitárias (...) Repudiamos a destruição da comunidade tradicional da Vila dos Pescadores, que se configura como uma ação de segregação de uma parcela da população na cidade de Maceió, a qual o poder público se eximiu da responsabilidade de garantir-lhe o direito à cidade, além de negar-lhes a permanência no seu território tradicional e a moradia digna, ferindo a Constituição Brasileira”. (Nota emitida em 28 de junho de 2015 e postada no *Blog* *Abrace a Vila*).

Essa nota complementa a ideia anterior de que todo o processo de remoção foi realizado sem um diálogo adequado que visasse chegar a um consenso por parte da gestão municipal, sendo o direcionamento dessas pessoas para os abrigos realizado de forma improvisada. A gestão municipal também desconsiderou a Vila dos Pescadores como comunidade tradicional com direito à permanência em seu território, onde eram engendradas práticas tradicionais e onde se desenvolvia um modo de vida particular. Aquele espaço foi encarado como mais um espaço que deveria ser “limpo e urbanizado”, devendo se adequar ao modo de vida do restante da cidade.

Assim, a municipalidade considerou aquele espaço como apenas mais um espaço urbano que deveria ser revitalizado, não levando em conta os sentidos que seus habitantes atribuíam a eles e a forma como ele exercia influência sobre o modo de vida daquelas pessoas. Não por sua impossibilidade de compreender isso, mas por dar prioridade a outro projeto para aquela localidade.

A primeira gestão de Enaura Alves durou quatro anos (2008-2011). Havendo reeleição posterior, Enaura permaneceu por mais quatro. Sua participação em formações, congressos e fóruns lhe proporcionou uma visão diferente dos acontecimentos, aprimorando seus conhecimentos e a percepção sobre seus direitos. Em 2007, teve início sua participação em reuniões de um curso de formação oferecido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante a realização do projeto “Todas as letras”, voltado à alfabetização de jovens e adultos que ocorria por meio de uma parceria da CUT com o Governo Federal e a Petrobras e tinha o objetivo de promover educação, inclusão social e cidadania em comunidades carentes.

Enaura participou da formação de líderes do projeto que tinha o intuito de preparar facilitadores em educação que atuassem em suas comunidades. Ela tinha a missão de ser multiplicadora de tudo o que tinha aprendido durante o curso. Porém, o grande objetivo do projeto não era alfabetizar por alfabetizar, mas discutir o mundo de trabalho onde esses indivíduos estavam inseridos. O ensino era feito na perspectiva de Paulo Freire, onde o saber deveria ser construído coletivamente, fazendo com que as pessoas pensassem sobre sua realidade.

Os textos e leituras discutidos com o grupo eram voltados para a compreensão de sua realidade e, segundo Enaura, já era perceptível os avanços que muitos já começaram a ter em sua visão de mundo e, sobretudo, sobre o processo político que estavam vivendo. O projeto começou a ser desenvolvido em 2008 indo até meados de 2010, porém a transferência para o Sobral prejudicou essa formação, pois os alunos teriam que avançar seus estudos na escola regular, mas muitos não se adaptaram, pois não tinham tempo de se dedicar aos estudos regulares (na educação de jovens e adultos, esse tempo e conteúdos eram reduzidos), pois tinham que trabalhar ou cuidar da família.

Essa formação ajudou Enaura a ir além em seu olhar para a comunidade, e hoje, acadêmica do 8º período do curso de Direito, ela pode ter uma formação completa no que diz respeito ao entendimento de sua luta e à garantia dos direitos da coletividade enquanto comunidade tradicional, mesmo que fora de seu território de origem. De forma independente, a líder comunitária ainda realiza atividades de alfabetização de jovens e adultos na comunidade quando alguém que lhe procura para aprender a ler e a escrever.

Esse aspecto mais pedagógico adquirido pela AMAJAR, de alfabetizar jovens e adultos e de promover cultura e cidadania, não impediu que a Vila dos Pescadores também se projetasse com força na luta política, que ao longo dos anos foi se fortalecendo em resposta aos constantes ataques da gestão municipal.

Essa articulação política voltada para o resgate da cidadania promoveu dentro da comunidade um novo modelo de organização social com a ocupação de espaços como praças, museus, eventos, reuniões e audiências. Através dessa articulação, sua luta tinha ganho legitimidade junto a diversos setores da sociedade como um dos maiores processos de mobilização e resistência urbana de Maceió.

Essas mobilizações da comunidade para demarcar sua existência e reconhecimento, principalmente com a conquista do Ponto de Cultura e da constituição de uma nova diretoria para a AMAJAR reforçam o caráter de resistência política de seus habitantes em defesa de seu território, mesmo diante das diversas formas de violência impostas, desde muito antes da remoção. Sendo a resistência, assim, uma estratégia de enfrentamento das adversidades no sentido de preservar seus saberes, hábitos e modo de vida tradicionais.

#### **4.3) Arte, cultura e educação: a relação da Vila dos Pescadores com universidades e entidades**

Apresento agora informações relativas a projetos culturais e educativos que fazem parte da história da Vila dos Pescadores de Jaraguá e como ao longo do tempo a articulação da comunidade, especialmente, com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) colaborou para a formação da consciência política do grupo, sobretudo, para o entendimento de seu processo político. Começamos pelo relato de um acontecimento que ilustra a questão da articulação da Vila com a Universidade, que já data de um longo período.

Como dito no início deste trabalho, além do contato da Universidade estabelecido com a comunidade em 2006, e que resultou na elaboração do primeiro Censo Demográfico e Social da Vila de Pescadores de Jaraguá, meu primeiro contato com a comunidade no Sobral, em 2018, se deu através de um Projeto de Extensão da UFAL que unia os cursos de Serviço Social e Psicologia com a proposta de fazer intervenções sociais e culturais na comunidade. Em outubro de 2018, eles organizaram um evento junto a Vila, onde estava programado para acontecer uma exibição de filmes, exposição de fotos produzidas pelos moradores e momentos de recreação com as crianças.

Para as crianças foram exibidas animações, e para o público adulto, o documentário produzido pelo professor do curso de Psicologia da UFAL e coordenador do projeto, Marcos Ribeiro Mesquita, chamado “Quem tem juízo resiste e luta”, que apresenta a trajetória da resistência e a luta dos pescadores pela permanência em Jaraguá.

A narrativa traz diversos relatos dos moradores do local sobre o episódio, registrando a vida cotidiana, o trabalho e a cultura da comunidade. O filme emocionava a todos que assistiam e lembravam do dia da remoção. Era possível ver no olhar daquelas pessoas o quanto doía lembrar daquele momento.

Marina de Oliveira, a quem eu já tinha entrevistado em 2015, e voltei a entrevistar em 2018 para esta dissertação, assistia a tudo com lágrimas nos olhos. Depois da exibição do vídeo pude conversar com ela:

**Marina:** Ver o vídeo foi muito emocionante, porque eu vivi tudo e fiquei até o fim e foi para as crianças saberem da luta da gente, para que eles nunca desistam de seus objetivos e um incentivo para que eles lutem por seus direitos. Se eu assistir a esse vídeo mil vezes, as mil vezes eu choro, porque parece que ainda estou lá. (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018)

Maria do Carmo, comerciante e moradora da comunidade, também se acomodava em uma cadeira no canto e assistia ao documentário.

**Maria do Carmo:** Eu tinha uma vendinha lá na favela, era meu ganha pão e quando passou a filmagem fiquei muito triste, vi meu barraco sendo derrubado. Lá era bom, a gente pegava comida na beira da praia. Os homens da pesca vinham comprar comigo depois de uma noite de trabalho. Foi uma grande dor sair de lá. (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018)

Após a exibição dos filmes e a distribuição de lanches, as crianças pediram para tirar fotos delas, se mostrando sempre muito carinhosas e receptivas, perguntando a todo momento quando voltaríamos lá. Em certo momento, a festa foi interrompida com a entrada da polícia no residencial para sua ronda diária em busca de traficantes que ficavam aos arredores do local.

A questão da segurança, conforme detalhada no capítulo anterior, é um dos pontos mais sensíveis do processo de transferência dos moradores, pois com a remoção a Prefeitura buscava resolver questões do tráfico na favela ou, aos menos, se valia desse discurso como alibi. Uma suposição que podemos levantar é de que na antiga Vila dos Pescadores, devido à proximidade das casas, as tentativas de roubo seriam dificultadas. Outra seria a maneira como a Vila estava disposta no terreno, um labirinto de caminhos com esgotos a céu aberto, difícil de se locomover se não se fosse de lá. Porém, o problema do tráfico não foi resolvido, só

mudou de endereço e, além disso, adquiriu outras proporções, já que passava a funcionar aos arredores do local.

Para além dos eventos que a Universidade realizava na comunidade, muitos outros pesquisadores faziam da Vila dos Pescadores seu objeto de estudo, buscando conhecer as condições de vida daquelas pessoas e ajudando-as a compreenderem sua própria história a partir de uma visão com consciência política e percepção sobre a importância da preservação de seu território e de suas práticas como patrimônios imateriais.

Antropólogos, geógrafos, cientistas sociais, turismólogos, juristas, psicólogos produziam artigos, monografias, dissertações, teses que abordavam o processo de remoção e seus desdobramentos a partir da visão das mais diversas áreas. A presença dos pesquisadores não se dava só por meio de estudos, mas muitos deles acabaram se unindo à luta, militando a favor da Vila, e onde havia reunião, audiência, eles estavam lá, dando apoio e respaldando a comunidade com informações produzidas ao longo de sua relação com a comunidade.

Um exemplo é o Censo Social e Demográfico realizado em 2006 sob a coordenação das professoras da UFAL, Rachel Rocha do Instituto de Ciências Sociais e de Marluce Cavalcanti, da Faculdade de Serviço Social que junto a outros pesquisadores produziram dados sobre aquela comunidade no sentido de refletir sobre a legitimidade das ações propostas pela Prefeitura.

Ou mesmo Pereira (2018), referencial importante neste trabalho e que esteve ao lado da comunidade desde muito antes de a remoção acontecer, não apenas produzindo estudos acadêmicos, mas lutando junto a aquelas pessoas por sua permanência em Jaraguá.

Outro ponto significativo no que diz respeito à articulação da Vila dos Pescadores com a Universidade e com entidades de forma geral e que podemos citar é um importante documento elaborado em 2011 pela direção da Associação dos Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR) com o auxílio de pesquisadores solicitando a Mário Aloísio Melo, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Alagoas, o registro daquela localidade e de suas práticas como Patrimônio Cultural Imaterial.

Para a solicitação de registro foram anexados documentos como o Censo Demográfico e Social da UFAL (2006), trabalhos de Conclusão de Curso sobre a comunidade, além de imagens contendo práticas tradicionais da comunidade como construção de barcos, remendo de redes e pescadores e marisqueiras da Vila dos Pescadores, documentos digitalizados e transcrição de entrevistas e vídeos sobre eventos do cotidiano como forma de subsidiar o pedido de registro.



O documento entregue ao Iphan destaca que o espaço da Vila dos Pescadores é uma área histórica que abriga famílias com identidade e características de comunidade tradicional de pesca artesanal, sendo um espaço comunitário de produção e troca de saberes que se vincula aos modos relacionados à atividade da pesca artesanal e à própria história da cidade. Se mostrando assim um importante meio de visibilidade às questões da comunidade.

Além de buscar projeção em sua luta política, a comunidade também se mobilizava para criar projetos socioculturais de geração de renda. Em uma das reuniões que participei junto às mulheres da comunidade, no residencial do Sobral, em novembro de 2018, foi discutida a possibilidade de implantação de projetos de geração de renda dentro da comunidade, principalmente voltado para as mulheres.

Embora bastante motivadas para implantar as ideias no residencial, o projeto de geração de renda ficou no plano das ideias, por conta da falta de patrocínio para sua execução.

A reunião, convocada por Enaura Alves contou com a presença da ex-professora da UFAL Marluce Cavalcanti e de Cristina Nascimento, presidente do coletivo Elas por Elas, que busca atuar junto a comunidades carentes dando consultorias sobre projetos que podem ser desenvolvidos e direcionados a mulheres.

Durante a reunião, foram feitas muitas sugestões, como o trabalho com *biscuit*, crochê, filé (bordado sobre uma rede de fios), emborrachados e até mesmo o trabalho com resíduos sólidos de peixes (como escamas) para criar artesanato com a matéria-prima do local, entre outras possibilidades que gerem renda, especialmente para as mulheres, que assim como os homens, já não tinham a mesma lucratividade com a pesca após a remoção. E em muitos casos, as mulheres são chefes de família.

Segundo Enaura, as mulheres tiveram mais dificuldades de continuar seu trabalho na pesca após o processo de remoção, seja por conta dos gastos com deslocamento ou porque não têm quem cuide de seus filhos pequenos, o que leva muitas delas a buscarem trabalho na própria comunidade, como a venda de frutas, salgados, bebidas, organizarem um mercadinho ou mesmo buscar empregos formais.

**Figura 30: Reunião de mulheres da Vila sobre projetos de geração de renda**



**Foto:** Marluce Cavalcanti (novembro de 2018)

Após o término do encontro, subi para o apartamento de Enaura e ela me contou sobre seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da faculdade de Direito. Ela diz que ainda não sabe exatamente o que vai fazer, mas será algo relacionado à Vila dos Pescadores, pois para ela não há outro assunto mais importante que esse. “Tudo ainda mexe muito comigo e com a comunidade”, afirma.

Na faculdade em que ela estuda, a Faculdade de Maceió (FAMA), a defesa do trabalho de conclusão não é obrigatória, mas ela disse que quer apresentar mesmo assim, pois será uma oportunidade para debater a questão com as pessoas e mostrar a realidade dos moradores para além dos muros da comunidade.

Durante nossa conversa, Enaura destacou ainda uma importante questão que se evidenciou na comunidade durante a remoção e que também foi observada por mim durante a realização do trabalho de campo: a forte presença feminina, que se evidencia nos mais diversos espaços: em casa, no trabalho e na luta política.

Parte das famílias residentes no Sobral são chefiadas por mulheres e, quando casadas ou co-habitando com um (a) parceiro (a), também são elas que permanecem em casa cuidando dos filhos enquanto os maridos vão trabalhar fora, seja na pesca ou em outra atividade.

As que decidiram continuar com suas atividades de marisqueira passaram a gastar com passagem para se deslocar da casa para o trabalho, mas como seu ganho diário era pequeno e

esse deslocamento levava quase metade do que foi apurado, muitas delas acabaram deixando a mariscagem de lado, ficando sem trabalhar ou se dedicando a outras atividades dentro do residencial, como já colocado.

**Enaura:** A maioria das mulheres sai de manhã e só volta à noite. O apartamento é usado só para dormir. Elas saem com uma trouxa de roupa para lavar lá junto aos depósitos e passam o dia tratando e vendendo camarão e peixe. É uma rotina exaustiva, são muitas renúncias e concessões feitas pelas mulheres e quase nenhuma pelos homens. Muitas se anulam porque os homens não fazem sua parte (Entrevista concedida em 22 de outubro de 2018).

Embora o processo de remoção tenha afetado os vínculos familiares das que continuaram na atividade, pois não conseguem conciliar trabalho e vida doméstica, o que faz com que elas deixem o filho na creche ou para uma vizinha cuidar durante o horário que a criança não está na escola, as mulheres da Vila ainda conseguiram encabeçar importantes mobilizações junto à comunidade: como as atividades do Ponto de Cultura, as reuniões sobre geração de renda, a presença em reuniões com entidades ou mesmo a tentativa de preservação de seu saber tradicional que as fazia ir à balança de Jaraguá e a outros pontos de venda da capital, todos os dias, negociar seu pescado.

Esse dado pode ser comprovado por meio do Censo Demográfico e Social de 2018, onde mesmo depois da remoção, 33% das mulheres continuam com suas atividades, contra 14% dos homens que deram continuidade à pesca. É preciso ressaltar que essa porcentagem se refere a um universo de 102 domicílios (25% do total de residências), já que o Censo de 2018 foi feito por amostragem.

Nesse sentido, podemos observar que o processo de remoção impôs muitos entraves à comunidade quanto à execução de suas atividades tradicionais, sobretudo às mulheres, que se viam divididas entre a mariscagem e os cuidados domésticos. E embora essas dificuldades ainda perdurem com o tempo, foram elas que encabeçaram a luta política junto à comunidade tanto pela resistência em continuar em Jaraguá, quanto de tentar fazer com que o novo local de moradia adquira o sentido de “lar”, onde elas ainda possam reproduzir seus saberes e práticas tradicionais.

#### **4.4) Ocupação de espaços elitizados**

Como vem sendo dito ao longo desta dissertação, a conquista do Ponto de Cultura Enseada das Canoas: Yar-a-guá Cultural, em 2009, por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), de âmbito federal, e apoiado pelo Governo de Alagoas, foi decisivo para o

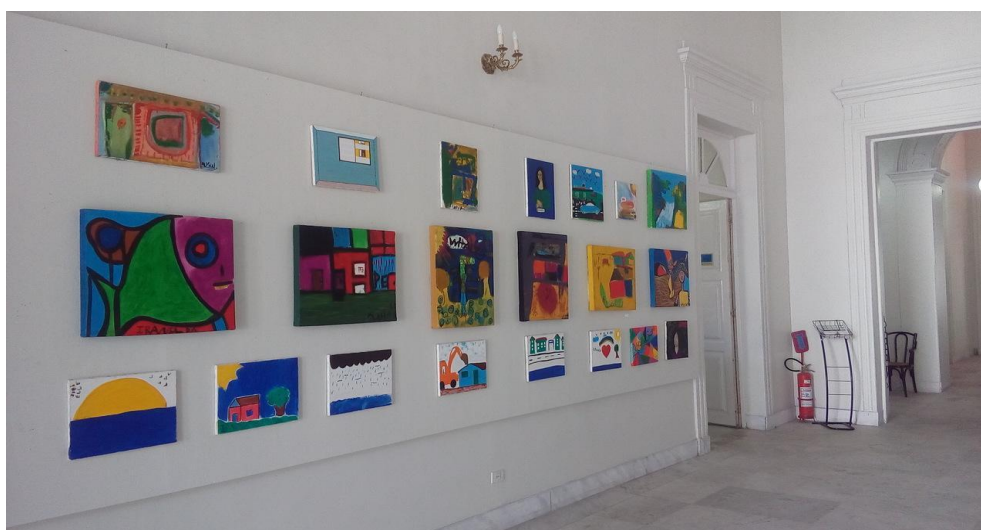
processo de reconquista da cidadania e autoestima da comunidade. Os Pontos de Cultura que funcionam em Maceió são instalados, além de Jaraguá, nos bairros de Fernão Velho, Jacintinho e Benedito Bentes, oferecendo às crianças atividades como futebol, capoeira, recreação infantil, vôlei, dança, coco de roda, dança afro-brasileira, percussão e oficinas artísticas, como pintura e fotografia.

Em 2013, foi realizada uma das primeiras exposições do grupo de jovens e crianças da Vila dos Pescadores, a exposição fotográfica “Livres Olhares”, que ocupou o Cine Arte Pajuçara e a galeria de arte do Centro Universitário Cesmac. O Ponto de Cultura Enseada das Canoas também levou pinturas para a exposição “Enseadas de Cores em Telas”, que aconteceu no mesmo ano no Museu da Imagem e do Som (Misa), em Jaraguá.

Essas exposições, segundo Enaura Alves, foram muito importantes para o processo de autoestima da comunidade, pois davam visibilidade ao trabalho produzido por eles. Os quadros e fotografias expostos nas três ocasiões foram colocados à venda e metade do dinheiro arrecadado ficava para os artistas e a outra metade retornava para o Ponto de Cultura para a compra de mais materiais para a produção de novos quadros. Os quadros expostos foram vendidos para as pessoas que visitaram a exposição.

Uma das primeiras exposições que participei junto à comunidade, enquanto pesquisadora, foi em fevereiro de 2019, no Museu Palácio Floriano Peixoto (MUPPA), Centro de Maceió. A exposição “(Co)existência”, contava com quadros produzidos por moradores da Vila dos Pescadores e pelo artista plástico alagoano Coco Ferrez, que é professor de artes visuais das crianças e adolescentes da comunidade, que também tinha obras inéditas expostas no local.

**Foto 31: Quadros expostos no MUPPA**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Fevereiro de 2019)

**Foto 32: Público na abertura da exposição do MUPPA**



**Foto:** Ana Cecília da Silva (Fevereiro de 2019)

Os quadros expostos versavam, sobretudo, sobre a visão que cada um deles tinha de seu processo de remoção. Uns pintavam tratores derrubando suas casas, outros pintavam suas casas junto ao mar. Eram retratadas naquelas telas suas principais emoções. A exposição ficou por um mês no local e recebeu muitos visitantes. Para Enaura Alves, essa era uma maneira de fortalecer e mostrar que a Vila dos Pescadores estava viva. Do MUPPA, a exposição “(Co) Existência” seguiu para o Cine Arte Pajuçara, onde ficou mais um mês aberta ao público.

No mês de abril de 2019, a Vila dos Pescadores retornou para o MUPPA para uma segunda exposição, dessa vez após terem ganho o Edital de Exposições Temporárias, proposto pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult) na categoria Arte Inclusiva. O edital previa a seleção de oito exposições temporárias, sendo duas destinadas a artistas experientes, duas destinadas a artistas iniciantes, duas destinadas a artistas do interior do Estado e duas destinadas à arte inclusiva. Foram investidos R\$ 32 mil na produção artística visual, em suas diversas formas: argila, pedra, madeira, metal, tecido, papel, mídias analógicas, mídias digitais, etc.

Sobre essa nova exposição, explica Enaura:

**Enaura:** A primeira vez levamos os quadros maiores. A maioria dos quadros nós já tínhamos da primeira exposição, outra parte trouxemos de Jaraguá. Quando apareceu o edital da exposição, fui na Secretaria de Cultura e me informaram que tinha que me inscrever no edital de Arte Inclusiva, com quadros pintados por crianças e adultos portadores de necessidades especiais. Caso ganhássemos, nosso cachê seria de R\$ 4 mil reais. A proposta era boa, então pedimos dinheiro, pedimos ajuda e compramos material e tinta para pintarmos novos quadros, já que essa tinha que ser uma exposição inédita. Tiramos o primeiro lugar na proposta, recebemos o valor e gastamos com despesas de material, transporte, pagamento de oficinairos; mesmo



que não tenha sobrado muito do dinheiro, foi com certeza uma experiência muito boa para todos nós que levamos para as galerias a arte que produzimos. (Entrevista concedida em 17 de agosto de 2019).

As atividades de cunho artístico e cultural promovidas pelo Ponto de Cultura Enseada das Canoas tiveram continuidade nos meses de abril a julho de 2019, com a realização de uma série de oficinas de pintura com crianças da comunidade no Centro de Belas Artes de Alagoas (Cenarte), instituição pública estadual. Após a realização das oficinas, as crianças e adolescentes realizaram mais uma exposição de seus trabalhos para o público, sob a coordenação de Enaura Alves e Coco Ferrez, artística plástico e professor das crianças da comunidade.

**Foto 33: Oficinas de pintura ocorridas no Cenarte**



**Foto:** Enaura dos Santos (julho/2019)

No mês de julho de 2019, as atividades do Ponto de Cultura Enseada das Canoas voltaram a funcionar com regularidade, como ocorria antes da remoção, mesmo sem uma sede física. Durante os encontros, as crianças trabalharam na construção de tambores e participaram de oficinas de percussão.

**Foto 34: Oficina de fabricação de tambores e de percussão no residencial do Sobral**



**Foto:** Enaura Alves (julho/2019)

**Foto 35: Oficina de fabricação de tambores para percussão**



**Foto:** Enaura Alves (Julho/2019)

A comunidade, até então deixada de lado pelo poder público após a conclusão da remoção, ao ocupar espaços considerados elitizados como galerias de arte, museus e de se ver

projetada em outros meios sociais têm sua autoestima resgatada, sendo esse tipo de ação, encabeçada pelo Ponto de Cultura, uma das mais importantes hoje no sentido de reafirmar e de expressar por meio da arte, da cultura e da educação que a Vila dos Pescadores ainda resiste.

#### **4.5) Ainda é possível resistir?**

As intervenções propostas e consolidadas em Jaraguá fazem parte de um projeto de embelezamento urbano que tem o objetivo de readaptar territórios privilegiados e ocupados por uma comunidade tradicional em áreas de consumo para uma elite. Nesse sentido, os rituais cotidianos de uma localidade onde se recriam modos de vida singular dão lugar ao confronto contra o Estado e sua política de ação violenta.

É verdade que com a mudança para a praia do Sobral, a Vila dos Pescadores não apresenta a mesma configuração de antes, embora se trate de quase o mesmo grupo populacional. Trata-se de um novo espaço habitado por velhos e novos sujeitos, já que nem todos que estão lá são oriundos da remoção. Desse modo, o residencial não é necessariamente uma extensão da Vila, não operando da mesma forma e nem levando o mesmo modo de vida de seus antigos habitantes, já que 19% mudaram suas ocupações laborais após a remoção forçada.

Para Pereira (2018), o espaço, de certa forma, perdeu seu *status* de comunidade tradicional, na medida em que seu território foi ocupado passando oficialmente sua tutela para a Prefeitura, que passou a dar ordens no lugar, definir as regras do cotidiano por meio da força da autoridade que lhe foi concedida pelas instituições.

Desse modo, ocorreu naquele espaço uma imposição de um modo de vida, onde aquela comunidade tradicional deveria acompanhar a expansão da urbanização da cidade, não tendo, portanto, o direito à diversidade cultural e social reconhecido. Aquele espaço, considerado “indesejável e feio” pelo poder público, e pela população também, que a todo momento recebia a denominação de “favela de Jaraguá”, incomodava o setor turístico e imobiliário, devendo ser retirado em nome do progresso.

Dessa forma, essa comunidade, comprovadamente produtora de práticas de tradicionalidade, encontra no discurso da Prefeitura uma evidência de exclusão social e segregação espacial. Para Pereira (2005), a maior justificativa para essa segregação é de que o bairro teria se tornado violento, com assaltos e roubos, práticas atribuídas aos “favelados” que



habitavam o lugar e isso impedia que algum projeto de desenvolvimento se concretizasse na área.

Mesmo diante dessa situação de preconceito e dessa disputa assimétrica entre poder público e moradores, e muitos carregam até hoje os traumas da remoção, a Vila dos Pescadores, mesmo distante de seu território de origem, consegue resistir através de estratégias educativas e culturais, reafirmando sua singularidade enquanto comunidade pesqueira, seja dando continuidade à pesca, à mariscagem, a outras atividades relacionadas ou mesmo ocupando espaços sociais e levando sua luta para outras partes da cidade.

Além dos que decidiram continuar na pesca usando isso como forma de resistência e sobrevivência, a arte, o lazer e os programas educacionais, mesmo que sem muito apoio estatal para sua realização e financiamento, conseguem funcionar dentro da comunidade, que leva isso como bandeira de luta pelo resgate da cidadania e autoestima daquelas pessoas.

O conflito que era, sobretudo, pela permanência em seu território, ultrapassou essa fronteira e alcançou a luta diária e contínua para tornar aquele acontecimento tão trágico para eles, o desabrochar da comunidade para a consciência de seu processo político, que exerceu influência direta na construção de sua identidade e representatividade frente ao que ameaçava a vida em comunidade.

Cerca de 300 famílias de pescadores não fizeram parte do grupo da resistência, que são os pescadores que continuaram em Jaraguá até 2015 quando foram removidos à força, e essa atitude, de acordo com Pereira (2005), se deve, sobretudo, ao cansaço pelas condições insalubres, marcadas por conflitos políticos antigos e não resolvidos com a Prefeitura de Maceió, por meio de promessas não cumpridas que resultam no abandono do lugar e sua consequente degradação, causados pela falta de requisitos urbanos básicos que eram dever do Estado. Resistir, para eles, era sinônimo de sofrimento e risco.

Porém, os que resistiram até o fim, mesmo diante das diversas formas de violência impostas, tentam até os dias de hoje se reafirmar dentro de seu modo de vida particular, organizando-se em torno de ações que afirmam a singularidade de vida daquele lugar. A autoafirmação de uma tradição própria ocorre pelo desenvolvimento de atividades de arte e cultura, como a exposição de fotografias e pinturas produzidas pelo Ponto de Cultura, a música com as oficinas de percussão e o exercício de representação em fóruns de cultura e cidadania ou mesmo com a continuidade das atividades relacionadas à pesca.

No contexto atual, resistir é adquirir consciência, é se articular, é aprender, ensinar aos seus pares. É trocar experiências, informações e construir juntos o próprio processo de aprendizagem diante de uma situação que até hoje é opressora. Resistir é fazer com que o

resultado desses encontros sejam força e coragem para enfrentar os medos e seguir em busca dos sonhos.

Assim, ao longo desse tempo, a educação, a arte e o diálogo foram fundamentais para o empoderamento da comunidade, que mesmo distante de seu território e muitas vezes afastados de suas práticas, conseguem ainda se identificar enquanto comunidade tradicional firmando sua luta na memória da cidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conviver por quatro meses com os antigos moradores da Vila dos Pescadores, durante o trabalho de campo foi, sem dúvidas, uma experiência transformadora. 2015, ano em que tive meu primeiro contato com a comunidade para escrever os perfis para o *blog* Vidas Anônimas, foi o início da construção de laços de confiança com aquelas pessoas, sendo isto fundamental para a elaboração desse estudo nos dias atuais.

Inicialmente, essa dissertação assumiu como objetivo compreender os impactos da remoção forçada visando o início de um processo de gentrificação entre os moradores da antiga Vila dos Pescadores de Jaraguá, após quatro anos. Para tal, o estudo buscou dar destaque ao papel que os atores sociais, principalmente os antigos moradores da Vila desempenhavam diante de uma nova realidade. A investigação desses papéis, portanto, tinha o intuito de analisar as mudanças pelas quais esses indivíduos tinham passado em suas atividades produtivas, suas formas de sociabilidade e modos de vida.

Ainda em 2015, busquei entender quem eram aquelas pessoas por trás dos olhares temerosos pela remoção, tentando mostrar para os maceioenses o contexto em que aquela luta ocorria e sua legitimidade enquanto movimento de resistência urbana. Era preciso desmistificar a visão negativa que grande parte da população tinha da Vila dos Pescadores como local “violento e perigoso”, que era reforçada pelos discursos do poder público.

Analisando os dados obtidos durante a pesquisa de campo em 2018, o estudo apresenta como resultados o fato de que a remoção dos pescadores de um território onde habitavam há mais de 60 anos, segundo datam os próprios moradores, apoiou-se em uma lógica de mercado que não considerou normativas internacionais que garantiam àquele conglomerado urbano o direito à moradia adequada, nem as próprias leis municipais, a exemplo da Lei Municipal nº 4.545/96 que já havia estabelecido Jaraguá como Zona Especial de Preservação (ZEP), tendo aquele território adquirido, por meio desta lei, importância turística e ambiental, patrimonial.

A municipalidade, tampouco, considerou o vínculo que a comunidade tinha com aquela localidade, que além de ser seu trabalho representava também espaço de moradia, lazer e sociabilidade, onde, dentre outras atividades, eram desenvolvidas práticas tradicionais relacionadas à cadeia da pesca, como a própria pesca artesanal, o trabalho das marisqueiras, dos construtores navais, dos comerciantes de pescado, que se constituíam como saberes que eram passados entre as gerações, transmissão que era fundamental para a manutenção dessas

práticas na comunidade e que com a remoção foi prejudicada, pois os filhos, netos e sobrinhos de pescadores não buscam mais aprender o ofício da família.

A remoção quebrou um elo que existia entre os trabalhadores da pesca, seus descendentes e o mar. Hoje os mais jovens buscam se ocupar em outras atividades como entregador de água, mototaxistas - profissão assumida pela maioria dos homens que não continuaram na pesca -, atendente de lanchonete, segurança, entre outros. A falta de proximidade com o mar e com o contato cotidiano com as atividades de seus familiares, além da pouca rentabilidade financeira com a pesca apontada pelos próprios pescadores como uma realidade nos últimos anos, foram fatores principais que levaram os mais jovens para longe do mar.

Mesmo diante de todos os fatores que atestavam a tradicionalidade daquela comunidade, o poder público preferiu priorizar o investimento na área em detrimento da população que ocupava a localidade. Dessa forma, a permanência de um assentamento precário na região era incompatível com o “progresso” que se esperava para o local.

Outro dado importante observado ao longo da pesquisa e que pode ser apontado como um resultado importante dessa análise é que o início do processo de gentrificação impactou de diversas maneiras o cotidiano dos moradores em seu novo local de moradia, a praia do Sobral.

Antes do início do trabalho de campo, a hipótese formulada era que a intervenção trouxe apenas impactos negativos para a comunidade. Contudo, o trabalho de campo ajudou a desconstruir essa ideia ao mostrar que existem pessoas satisfeitas com a intervenção, principalmente no que se relaciona ao tipo de moradia, que agora é de alvenaria e não mais barracos de madeira e papelão, como no antigo local.

A maioria das pessoas que aprovaram as mudanças estão entre os residentes que não dependiam da pesca antes da remoção e que até hoje não depende dela como trabalho, desempenhando outro tipo de atividade em seu cotidiano, como cabeleireira, vendedor, mototaxistas, auxiliar de serviços gerais, sua sobrevivência não dependendo, portanto, da proximidade com a maré e seus ciclos.

A mudança nas atividades de trabalho dos pescadores também se mostrou um ponto central da remoção. Com a mudança de local, a comunidade deixa de ser tradicionalmente pesqueira, embora algumas pessoas continuem na atividade. De acordo com os dados do Censo Demográfico e Social de 2018, 41% dos moradores entrevistados, em um universo de 102 domicílios, o que representa 25% do total de apartamentos em funcionamento, continuam com as atividades de mariscagem, pesca ou comércio de pescado.

Os que decidiram mudar o ramo de atividade, o que corresponde a 19%, deixaram o pescado de lado pelos mais diversos motivos, como distância para o local de trabalho ou mesmo gastos extras com deslocamento, e passaram a incorporar outras atividades laborais como o ingresso no mercado formal de trabalho, desempenhando funções como vigilante, auxiliar de serviços gerais, garçom, doméstica, cuidador de idosos e até empreendedor, com a abertura de novos negócios no próprio residencial: mercadinhos, depósitos de bebidas e bancas de frutas.

Durante a pesquisa, também foi possível constatar a não efetividade da intervenção urbana proposta para a Vila dos Pescadores, ou seja, a retirada de uma comunidade tradicional para a construção de um Centro Pesqueiro no local. Os dados obtidos em campo por meio de entrevistas abertas e dos questionários do Censo Demográfico e Social demonstram a insatisfação dos moradores com o novo local de trabalho, especialmente por conta de a estrutura não atender às necessidades de seu cotidiano laboral, como a falta de pisos antiderrapantes, ralos para escoar a água do pescado nos boxes onde as mercadorias ficam armazenadas ou mesmo a insegurança em deixar material de trabalho no estaleiro, já que ele é aberto e não há vigilância.

Esses fatores de insatisfação por parte dos moradores demonstram o caráter excludente da elaboração da política de remoção que pouco abriu diálogo junto aos moradores, já que na maioria das vezes as reuniões com a Prefeitura serviam para o poder público informar o que aconteceria, demonstrando assim a forma assimétrica como se deu todo o processo.

É preciso lembrar, ainda que o antigo local da Vila, em Jaraguá, não contava com infraestrutura adequada para os moradores; a falta de saneamento básico, o fornecimento precário de serviços públicos, se convertiam-se numa espécie de negligência proposital levada a cabo pelo próprio município, em uma “favelização intencional”, no sentido de ser mais fácil removê-la em momento oportuno.

Assim, a remoção, nesse contexto da Vila dos Pescadores, se apresentou como a consequência do interesse de diversos grupos de elite que terminam por excluir e hierarquizar as populações tradicionais que permanecem à margem do processo.

Esse longo processo tem desdobramentos até hoje. A Prefeitura tinha decidido transferir os pescadores para seu novo local de trabalho no dia 7 de janeiro de 2020. Porém, mesmo após tantos anos, alguns impasses ainda existem entre a gestão pública e os moradores da antiga Vila de Pescadores.

As principais questões estão relacionadas ao pagamento de taxas para que os pescadores possam usar o espaço do Centro Pesqueiro para fins de trabalho, tais como água,

luz, IPTU, taxa de localização e taxa de ocupação dos boxes onde eles devem trabalhar vendendo o pescado, o que varia de R\$ 150 a R\$ 400, de acordo com o tamanho. Para muitos, o valor a ser pago mensalmente gira em torno de R\$ 900, um valor bem distante da realidade da maioria daquela população, onde 45% vive com menos de um salário mínimo por mês, de acordo com Censo de 2018.

Outras duas questões levantadas pelos pescadores e que se tornaram empecilhos para a transferência são o tamanho dos boxes (que não comportam três pessoas trabalhando juntas ao mesmo tempo, como a Prefeitura determinou) e também o horário de funcionamento do local, que agora deveria ser das 7h às 17h, o que também não faz parte da realidade daquelas pessoas, que na maior parte das vezes chegam do mar de madrugada e precisam guardar seus produtos de forma imediata.

Ainda não há uma data definida para que a transferência ocorra, mas representantes do Ministério Público Estadual estão mediando o conflito de modo a adequar as necessidades dos moradores às determinações da Prefeitura.

Se o processo se tornou inevitável, o que era possível fazer diante dele? Era preciso resistir. Se não era mais possível resistir e ficar no local, era preciso ir além das fronteiras de todo o conflito que até hoje marca cada um deles de maneira profunda e particular, como vimos no quarto capítulo desta dissertação.

A resistência da comunidade se deu de modo a se apropriar do novo espaço onde habitavam, já que estar lá foi uma consequência inevitável do processo. É possível ver, pela maneira como eles adaptaram o espaço físico – pintando os muros dos apartamentos, fazendo desenhos nas paredes, cultivando canteiros –, que buscaram tornar aquela localidade seu “lugar antropológico”, cheio de pertencimento e afeto, como indicado na perspectiva augeriana.

O despertar da consciência política da comunidade, impulsionado pela eleição de Enaura Alves, também foi fundamental e funcionou como importante estratégia de resistência, pois foi a partir desse despertar que as pessoas, muitas vezes alheias ao processo que estavam vivendo, se tornaram conscientes de seus direitos e de sua luta.

As atividades artísticas e educativas, como os projetos de alfabetização de jovens e adultos coordenados por Enaura e apoiados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); o resgate das atividades do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, com exposições e vendas dos quadros produzidos pelos moradores e o retorno das oficinas de batuque; a retomada das ações Associação dos Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR); a articulação com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e outras instituições e entidades, a construção de

consciência política, cidadania e engajamento coletivo durante reuniões e assembleias são exemplos de estratégias adotadas por esses moradores no resgate de seu protagonismo frente a uma situação opressora.

Essas reuniões, articulações, ocupação de espaços tidos como elitizados fizeram a Vila dos Pescadores chegar a lugares que antes nem imaginava com sua luta e sua arte, que versava, sobretudo, sobre o conflito da remoção e a visão que cada um tinha sobre o processo, que embora seja coletivo, marcou cada um de maneira singular. A arte se mostrou também uma ferramenta importante para o resgate da autoestima daquelas pessoas, que viam sua luta transcender os muros da comunidade.

No contexto do trabalho de campo, tanto em 2015 quanto em 2018, foi possível perceber que a comunidade apenas desejava um local digno para desenvolver suas práticas, além de ter um espaço seu dentro da cidade, que parecia se dividir em duas, colocando em lados opostos o suposto progresso trazido pela revitalização da área para a construção do Centro Pesqueiro e o modo tradicional como os pescadores levavam a vida. Assim, o rótulo de “favela” colocado pelo poder público, se mostrou uma estratégia política de desqualificação daquele espaço e das pessoas que nele viviam, buscando, assim, justificar o comportamento repressivo do Estado.

Desse modo, a remoção dos pescadores, não só nesse contexto atual, mas desde suas primeiras tentativas nos anos 1990, foi marcada pela gestão empresarial da cidade, que pode ser analisada pela ótica da “Cidade Mercado” e da “Cidade Empresa” (Vainer, 2013), onde a cidade é vendida a consumidores seletos por conta de seus atributos naturais e históricos ou mesmo se torna competitiva para atrair investimentos. A gentrificação se torna então um motor de expansão econômica da cidade.

Nesse contexto, as possibilidades de diálogo entre gestão municipal e pescadores são quase nulas, pois o discurso da Prefeitura não ultrapassa a necessidade de transformar o lugar em um espaço de consumo, não levando em conta, portanto, as outras equações presentes no contexto.

Então o que era preciso fazer para que essa intervenção contemplasse os interesses das duas partes? Acredito que uma reurbanização inclusiva, onde trabalho, agora com um local mais adequado para o desempenho de suas atividades e moradia, com condições dignas pudessem conviver no mesmo espaço, sobretudo, dando voz às pessoas sobre questões relativas ao desenvolvimento social e urbano de suas comunidades fosse o ideal. Deixo a questão em aberto para, quem sabe, futuros trabalhos possam se ater de forma mais aprofundada a esse estudo.

Para Pereira (2005, p.352), quando a cidade é pensada apenas pela lógica do capital, os grupos excluídos do processo produtivo perdem seu poder de representação. “Neste sentido, a urbanidade se reduz aos privilegiados, que definem a seu modo o uso dos espaços, ignorando os desenhos de cidade arquitetados na intersubjetividade desses grupos excluídos”.

As intersubjetividades desses grupos são construídas através de espaços de memória e com as intervenções urbanas, essas memórias são reconstruídas e recontadas através de uma ótica que não é a dos habitantes tradicionais do lugar, mas tomando por base uma referência de mercado, em uma “produtificação simbólica” (Certeau, 2012). Assim, o processo se dá de forma submissa aos ditames do poder público, que soterram espaços e constroem novas narrativas no lugar.

É nesse ponto que a resistência encontrou campo fértil para crescer; foi a partir do enterro dessas memórias e de tudo o que representava o lugar para eles, que a comunidade acordou e se tornou consciente de seus direitos. A consciência, a articulação e a aprendizagem só foi possível pela potencialidade dos encontros, das trocas que ocorriam nos grupos de formação, nas oficinas, nas exposições, na participação em fóruns, em reuniões, em manifestações.

Através da liderança de Enaura Alves, a comunidade também cresceu. Ela foi fundamental na politização das pessoas e foi um símbolo de luta durante todos os anos em que eles lutaram contra a remoção e nos anos que vieram depois para firmar a identidade daquela comunidade.

É verdade que a comunidade sofreu muitas mudanças em sua configuração e perdeu um pouco de seu *status* de comunidade tradicional pesqueira; era um novo espaço no Sobral, ocupado por novos protagonistas que não operam, em sua grande maioria, da mesma forma que em Jaraguá, mas, ainda assim, a Vila dos Pescadores ainda estava viva no olhar de cada um que atravessou aquele processo.

Desse modo, as transformações sofridas pelos pescadores vão além do espaço terra e mar, que era onde viviam e trabalhavam, implicando em questões mais profundas como sua organização social, a transformação de suas relações de trabalho; como dito, 19% migraram para outras atividades, alteraram suas relações familiares, passando mais tempo longe da família, tiveram sua condição de saúde alterada, com o aparecimento de doenças até então raras para aquela população e maior agravamento da violência, com a expansão do tráfico de drogas na região.



Mas a remoção também terminou trazendo satisfação para 56% dos moradores no que se relacionava ao novo tipo de moradia, principalmente quem não continuou ou quem já não dependia da pesca mesmo antes da transferência.

Ocorreu, assim, uma imposição de modo de vida, onde a Vila dos Pescadores deveria acompanhar o progresso da cidade, devendo ser uma extensão da reurbanização daquela localidade, não tendo, portanto, sua diversidade cultural devidamente reconhecida.

Os que resistiram até o fim, mesmo diante das mais diversas formas de violência impostas tentam, até os dias de hoje, se reafirmar dentro de seu modo de vida particular, seja se autoafirmando através de atividades de arte e cultura responsáveis pelo resgate de sua autoestima, seja resistindo na própria pesca, continuando sua rotina diária junto ao mar, apesar de todos os obstáculos. Resistir então é se conscientizar, é articular, é aprender, é se informar, é ir em busca de seus sonhos, apesar de.

Arte, educação e diálogo foi um tripé fundamental para o empoderamento da comunidade, que apesar de hoje não se encontrar mais em seu território e de não desempenhar suas práticas da mesma maneira, ainda luta para permanecer na memória da cidade como um dos mais importantes movimentos de resistência urbana, que embora não tenha logrado êxito em seu objetivo final, que era permanecer em seu local de origem, conseguiu vencer todas as circunstâncias adversas mostrando sua força através de sua capacidade de reinvenção e de adaptação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRACE A VILA. **Notas de Apoio**. Disponível em:

<https://abraceavila.wordpress.com/category/notas-de-apoio>. Acesso em: 23. out. 2019.

AGIER, Michel. **Do Direito à cidade e ao Fazer Cidade**: o antropólogo, a margem e o centro. In: **Revista Mana**: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2015.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 2005.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **Apropriações de espaços naturais e exclusão turística**: o caso da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceió (AL). In: Anais da II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste. In: **Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste**, Natal (RN), 2009.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **Solitários no Paraíso**: produção cultural e expressões de isolamento em Maceió. Maceió: Fapeal, 2018.

BRANCO, Alexandre Pereira. **O refúgio do trauma**: Notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, E. S. **Trabalho e Pesca**: apontamentos para a investigação. In: **Anais da X JORNADA DO TRABALHO**: A Importância da Teoria para a Transformação Social e a Imprescindibilidade da Pesquisa para a Materialização da Práxis Emancipadora da Classe Trabalhadora no Século XXI. Presidente Prudente (SP), 2009.

CAVALCANTE, Fátima Maria Lyra. **A Vila dos Pescadores de Jaraguá e sua interação com a política de revitalização do Centro Histórico**: a reurbanização do espaço público e a exclusão social. In: **Olhares Plurais**. Maceió, v.1, n.6, 2017.

CAVALCANTE, Fátima Maria Lyra. **O direito à moradia adequada e à segurança jurídica da posse**: um estudo das normas internacionais e brasileiras aplicadas ao caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió, 2016.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981.

DIEGUES, Antônio. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana**: Um estudo sobre gentrificação. In: **Cadernos Metrôpoles**. São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov 2014.

GUNTHER, Hartmunt. 2006. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa**: esta é a questão? In: **Psicologia**: teoria e pesquisa. Brasília, v.22, n.2, mai-ago, 2006.

JUSTIÇA FEDERAL, Seccional de Alagoas. Sentença na Ação Civil Pública nº0004070-23.2012.4.05.8.000. V.05, pp. 1662-1675. Autor: Município de Maceió. Réus: Associação dos Moradores e Amigos do Jaraguá (AMAJAR) e Coletividade Invasora da Favela de Jaraguá. Maceió, 10 de junho de 2014.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos e Espaço Público**: notas sobre a construção social dos lugares de Manguetown. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17, n.49, jun., 2002.

LIMA, Francisco & MAGALHÃES, Suzana. **Modernidade e declínio da experiência em Walter Benjamin**. Maringá, v.32, n.2, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17. n. 49. jun, 2002.

MARCHIONI, Alessandra. **Comunidade da Vila dos Pescadores de Jaraguá**: Maceió (AL) e a (in) efetividade do direito internacional (“direito à moradia adequada”). In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**. Maceió, v.7. n.1, 2016.

OLIVEIRA, Wanessa. **Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em Guerra Fria**. Gazeta Web. Editoria Maceió. Maceió, 2009. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=186876&e=>

PEREIRA, Parmênides Justino. **Educação Popular e Consciência Política na Luta por Espaço Urbano**: A resistência da Vila dos Pescadores de Jaraguá. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdade de Educação, Campinas (SP), 2005.

PEREIRA, Parmênides Justino. **Vila dos Pescadores de Jaraguá**: tradicionalidade e resistência urbana. Maceió: Edufal, 2018.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política**. In: **Cadernos NAUI**. Florianópolis, v.4, n.7, jul-dez 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **Gentrificação**: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. In: **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, 2018.

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Ofício nº 09/2007. Procedimento nº 10465.000270/98-76. Maceió, 2007.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Por uma cultura de Direitos Humanos: Direito à Moradia Adequada.** Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH\\_moradia\\_final\\_internet.pdf](http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf). Acesso em: 23. out. 2019.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada:** Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007.

UFAL. **Censo Demográfico e Social da Vila de Pescadores de Jaraguá.** Maceió, 2006. CD-ROM.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria:** notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília et al (org.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 8ª ed, Petrópolis: Vozes, 2013.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NO CENSO DEMOGRÁFICO E  
SOCIAL 2018**

**APARTAMENTO \_\_\_\_\_ BLOCO \_\_\_\_\_ QUESTIONÁRIO N° \_\_\_\_\_**

FAIXA ETÁRIA \_\_\_\_\_

TEMPO DE MORADIA NA VILA \_\_\_\_\_

RENDA FAMILIAR \_\_\_\_\_

RECEBIMENTO DE AUXÍLIO GOVERNAMENTAL (QUAL?) \_\_\_\_\_

NÍVEL DE ESCOLARIDADE \_\_\_\_\_

RESIDENTE SEGUNDO A OCUPAÇÃO PRINCIPAL (COMERCIANTE DE  
PESCADOS, MARISQUEIRA, PESCADOR) \_\_\_\_\_

SATISFAÇÃO EM MORAR NA VILA \_\_\_\_\_

QUANTAS CRIANÇAS TEM NA FAMÍLIA? \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PARTICIPA DE ASSOCIAÇÕES EXISTENTES NA VILA? \_\_\_\_\_

PROBLEMAS DA RESIDÊNCIA? \_\_\_\_\_

HÁ QUANTO TEMPO REALIZA ATIVIDADE DE PESCA? \_\_\_\_\_

PERDA DE PARENTES POR QUESTÕES DE SAÚDE (CAUSA): \_\_\_\_\_

**ANEXO A – MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001**

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**CAPÍTULO I****DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL**

Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

§1º A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 2º Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupados até 22 de dezembro de 2016, por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

§1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

Art.3º Será garantida a opção de exercer os direitos de que tratam os arts. 1º e 2º também aos ocupantes, regularmente inscritos, de imóveis públicos, com até duzentos e cinquenta metros quadrados, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que estejam situados em área urbana, na forma do regulamento.

Art.4º No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local.

Art.5º É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

I- De uso comum do povo;

II – Destinado a projeto de urbanização;

III – De interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

IV – Reservado à construção de represas e obras congêneres; ou

V - Situado em via de comunicação.

Art. 6º O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§1º - A Administração Pública terá o prazo máximo de doze meses para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo.

§ 2º - Na hipótese de bem imóvel da União ou dos Estados, o interessado deverá instruir o requerimento de concessão de uso especial para fins de moradia com certidão expedida pelo Poder Público municipal, que ateste a localização do imóvel em área urbana e a sua destinação para moradia do ocupante ou de sua família.

§3º Em caso de ação judicial, a concessão de uso especial para fins de moradia será declarada pelo juiz, mediante sentença.

§ 4º O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 7º O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato intervivo ou **causa mortis**.

Art. 8º O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

I – O concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; ou

II – O concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

Art. 9º É facultado ao poder público competente conceder autorização de uso àquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas para fins comerciais. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 3º Aplica-se à autorização de uso prevista no **caput** deste artigo, no que couber, o disposto nos arts. 4º e 5º desta Medida Provisória.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art.10. Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República, com as seguintes competências:

I – Propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano;

II – Acompanhar e avaliar a implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento básico e de transportes urbanos, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III – propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

IV – emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

V – Promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano; e

VI – Elaborar o regimento interno.

Art.11. O CNDU é composto por seu Presidente, pelo Plenário e por uma Secretaria-Executiva, cujas atribuições serão definidas em decreto.

Parágrafo único. O CNDU poderá instituir comitês técnicos de assessoramento, na forma do regimento interno.

Art.12. O Presidente da República disporá sobre a estrutura do CNDU, a composição do seu Plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos.

Art. 13. A participação no CNDU e nos comitês técnicos não será remunerada.



Art. 14. As funções de membro do CNDU e dos comitês técnicos serão consideradas prestação de relevante interesse público e a ausência ao trabalho delas decorrente será abonada e computada como jornada efetiva de trabalho, para todos os efeitos legais.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.15. O inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"I-.....

.....

28) das sentenças declaratórias de usucapião;

.....

37) dos termos administrativos ou das sentenças declaratórias da concessão de uso especial para fins de moradia;

.....

40) do contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público." (NR)

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2001; 180<sup>o</sup>-da Independência e 113<sup>o</sup>-da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Parente

## **ANEXO B – Comentário Geral nº 4 do Comitê do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

### **Comentário Geral n. 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

Comentário Geral n.º 4 (Sexta sessão, 1991)

[UN doc. E/1992/23]

O Direito à habitação adequada – artigo 11(1) da Convenção

1. Consoante o artigo 11(1) da Convenção, os Estados-partes “reconhecem o direito de todos a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação adequados, como também uma melhoria contínua de suas condições de vida”. O direito humano à habitação adequada, que é derivado do direito a um nível de vida adequado, é de central importância para o gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais.

2. O Comitê pôde acumular uma grande quantidade de informações pertinente a este direito. Desde 1979, o Comitê e seus predecessores examinaram 75 relatórios lidando com o direito à habitação adequada. O Comitê também dedicou um dia de discussão geral para o tema em cada uma de suas 3ª (veja E/1989/22, parágrafo 312) e 4ª sessões. Além disso, o Comitê tomou nota cuidadosa da informação gerada pelo Ano Internacional da Habitação para os sem moradia (1987), incluindo a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000, adotada pela Assembleia Geral em sua Resolução 42/191 de 11 de dezembro de 1987. O Comitê também revisou relatórios relevantes e outros documentos da Comissão dos Direitos Humanos e a Subcomissão sobre Prevenção contra Discriminação e Proteção de Minorias.

3. Embora uma grande variedade de instrumentos internacionais se reporte às diferentes dimensões do direito à habitação adequada, o artigo 11(1) da Convenção é o mais abrangente e talvez o mais importante das provisões relevantes.

4. Apesar do fato da comunidade internacional ter frequentemente reafirmado a importância do total respeito ao direito à habitação adequada, permanece uma diferença preocupante entre os níveis tratados no artigo 11(1) da Convenção e a situação que prevalece em muitas partes do mundo. Enquanto os problemas são frequentemente acentuados em alguns países em desenvolvimento, que confrontam restrições quanto aos recursos disponíveis, o Comitê observa que problemas significantes de falta de moradia e habitação inadequada também existem em algumas das sociedades mais desenvolvidas economicamente. As Nações Unidas estimam que há mais de 100 milhões de pessoas sem moradia e mais de 1 bilhão com habitação inadequada em todo o mundo. Não há nenhuma indicação de que este número está decrescendo. Parece claro que nenhum Estado-parte esteja livre de problemas significantes de um tipo ou de outro em relação ao direito à habitação.

5. Em algumas instâncias, os relatórios dos Estados-partes examinados pelo Comitê reconheceram e descreveram dificuldades em assegurar o direito à habitação adequada. Para a maior parte, entretanto, a informação conseguida foi insuficiente para possibilitar o Comitê a obter um quadro real da situação que prevalece no Estado interessado. Este Comentário Geral, assim, objetiva-se a identificar alguns dos principais pontos que o Comitê considera ser importante em relação a este direito.

6. O direito à habitação adequada aplica-se a todas as pessoas. Enquanto a referência a “si próprio e sua família” reflete a crença a respeito dos papéis desempenhados pelo gênero de atividade econômica comumente aceitos em 1966, quando a Convenção foi adotada, a expressão não pode ser lida hoje implicando quaisquer limitações sobre a aplicabilidade do

direito aos indivíduos ou a domicílios chefiados por mulheres ou outros grupos. Assim, a concepção de “família” deve ser entendida em sentido amplo. Além disso, os indivíduos, assim como as famílias, têm o reconhecimento de seu direito à habitação adequada independentemente de idade, condição econômica, grupo ou outra pertinência a um grupo ou quaisquer outros fatores como tais. Em particular, o gozo deste direito não deve, de acordo com o artigo 2(2) da Convenção, ser sujeito a qualquer forma de discriminação.

7. Segundo o ponto de vista do Comitê, o direito à habitação não deveria ser interpretado em um sentido estreito ou restrito que o equipara com, por exemplo, o abrigo provido meramente de um teto sobre a cabeça dos indivíduos ou julga o abrigo exclusivamente como uma mercadoria. Diferentemente, isso deveria ser visto mais propriamente como um direito a viver, onde quer que seja, com segurança, paz e dignidade. Isto é apropriado por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, o direito à habitação é integralmente vinculado a outros direitos humanos e a princípios fundamentais sobre os quais a Convenção é baseada. Esta “inerente dignidade da pessoa humana”, de que os direitos na Convenção são ditos derivar, exige que o termo “habitação” seja interpretado de forma que leve em conta uma variedade de outras considerações, fundamentalmente que o direito à habitação deveria ser assegurado a todas as pessoas independentemente da renda ou acesso a recursos econômicos. Segundamente, a referência no artigo 11(1) deve ser lida, referindo-se não apenas à habitação, mas à habitação adequada. Como a Comissão sobre Assentamentos Humanos e a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000 afirmaram, “habitação adequada significa ... privacidade adequada, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura básica adequada e localização adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável”.

8. Assim, a concepção de adequação é particularmente significativa em relação ao direito à habitação, desde que serve para realçar um número de fatores que devem ser levados em consideração para constituir “habitação adequada”, pelos propósitos da Convenção. Enquanto a adequação é determinada em parte por fatores sociais, econômicos, culturais, climáticos, ecológicos e outros fatores, o Comitê acredita, contudo, que é possível identificar certos aspectos do direito que devem ser levados em consideração para este propósito em qualquer contexto particular. Eles incluem os seguintes:

a. Segurança legal de posse. A posse toma uma variedade de formas, incluindo locação (pública e privada) acomodação, habitação cooperativa, arrendamento, uso pelo próprio proprietário, habitação de emergência e assentamentos informais, incluindo ocupação de terreno ou propriedade. Independentemente do tipo de posse, todas as pessoas deveriam possuir um grau de sua segurança, o qual garanta proteção legal contra despejos forçados, pressões incômodas e outras ameaças. Estados-partes deveriam, conseqüentemente, tomar medidas imediatas com o objetivo de conferir segurança jurídica de posse sobre pessoas e domicílios em que falta proteção, em consulta real com pessoas e grupos afetados.

b. Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura. Uma casa adequada deve conter certas facilidades essenciais para saúde, segurança, conforto e nutrição. Todos os beneficiários do direito à habitação adequada deveriam ter acesso sustentável a recursos naturais e comuns, água apropriada para beber, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, facilidades sanitárias, meios de armazenagem de comida, depósito dos resíduos e de lixo, drenagem do ambiente e serviços de emergência.

c. Custo acessível. Os custos financeiros de um domicílio associados à habitação deveriam ser a um nível tal que a obtenção e satisfação de outras necessidades básicas não sejam ameaçadas ou comprometidas. Passos deveriam ser tomados pelos Estados-partes para assegurar que a porcentagem dos custos relacionados à habitação seja, em geral, mensurada

de acordo com os níveis de renda. Estados-partes deveriam estabelecer subsídios habitacionais para aqueles incapazes de arcar com os custos da habitação, tão como formas e níveis de financiamento habitacional que adequadamente refletem necessidades de habitação. De acordo com o princípio dos custos acessíveis, os possuidores deveriam ser protegidos por meios apropriados contra níveis de aluguel ou aumentos de aluguel não razoáveis. Em sociedades em que materiais naturais constituem as principais fontes de materiais para construção, passos deveriam ser tomados pelos Estados-partes para assegurar a disponibilidade desses materiais.

d. Habitabilidade. A habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e riscos de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser garantida. O Comitê estimula os Estados-partes a, de modo abrangente, aplicar os Princípios de Saúde na Habitação, preparado pela OMS, que vê a habitação como o fator ambiental mais frequentemente associado a condições para doenças em análises epidemiológicas, isto é, condições de habitação e de vida inadequadas e deficientes são invariavelmente associadas com as mais altas taxas de mortalidade e morbidade.

e. Acessibilidade. Habitações adequadas devem ser acessíveis àqueles com titularidade a elas. A grupos desfavorecidos deve ser concedido acesso total e sustentável para recursos de habitação adequada. Assim, a grupos desfavorecidos como idosos, crianças, deficientes físicos, os doentes terminais, os portadores de HIV, pessoas com problemas crônicos de saúde, os doentes mentais, vítimas de desastres naturais, pessoas vivendo em áreas propensas a desastres, e outros deveriam ser assegurados um patamar de consideração prioritária na esfera habitacional. Leis e políticas habitacionais deveriam levar em conta as necessidades especiais de habitação desses grupos. Internamente, muitos Estados-partes, aumentando o acesso à terra àqueles que não a possuem ou a segmentos empobrecidos da sociedade, deveriam constituir uma meta central de políticas. Obrigações governamentais precisam ser desenvolvidas, objetivando substanciar o direito de todos a um lugar seguro para viver com paz e dignidade, incluindo o acesso para o terreno como um direito reconhecido.

f. Localização. A habitação adequada deve estar em uma localização que permita acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais. Isso é válido para grandes cidades, como também para as áreas rurais, em que os custos para chegar ao local de trabalho podem gerar gastos excessivos sobre o orçamento dos lares pobres. Similarmente, habitações não deveriam ser construídas em locais poluídos nem nas proximidades de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos habitantes.

g. Adequação cultural. A maneira como a habitação é construída, os materiais de construção usados e as políticas em que se baseiam devem possibilitar apropriadamente a expressão da identidade e diversidade cultural da habitação. Atividades tomadas a fim do desenvolvimento ou modernização na esfera habitacional deveriam assegurar que as dimensões culturais da habitação não fossem sacrificadas, e que, entre outras, facilidades tecnológicas modernas sejam também asseguradas.

9. Como se notou acima, o direito à habitação adequada não pode ser visto isoladamente de outros direitos humanos contidos nos dois Pactos Internacionais e outros instrumentos internacionais aplicáveis. Alusão já foi feita nesta consideração para a concepção da dignidade humana e do princípio da não-discriminação. Além disso, o pleno gozo dos outros direitos – tanto o direito de liberdade de expressão, o direito de liberdade de associação (tais como associações de locatários e outras associações comunitárias), o direito de liberdade de residência e o direito de participar na tomada das decisões públicas – é indispensável se o direito à habitação adequada é para ser realizado e mantido por todos os grupos da sociedade.

Do mesmo modo, o direito de não ser sujeito à interferência arbitrária ou ilegal em sua privacidade, família, lar ou correspondência constitui uma dimensão muito importante na definição do direito a uma habitação adequada.

10. Independentemente do estado de desenvolvimento de qualquer país, há alguns passos que devem ser tomados imediatamente. Como reconhecido na Estratégia Global para Habitação e em outras análises internacionais, muitas das medidas requeridas para promover o direito à habitação exigiriam apenas a abstenção pelo governo de certas práticas e o comprometimento a facilitar a “autoajuda” pelos grupos afetados. Para que se considere que tais passos são considerados além do máximo de recursos disponíveis para um Estado-parte, é apropriado que uma solicitação seja feita assim que possível de cooperação internacional de acordo com os artigos 11(1), 22 e 23 do Pacto, e que o Comitê seja informado disto.

11. Estados-partes devem dar prioridade devida àqueles grupos sociais que vivem em condições desfavoráveis, dando-lhes particular consideração. Políticas e legislação não deveriam ser criadas para beneficiar grupos sociais já favorecidos, em detrimento de outros. O Comitê é ciente que fatores externos podem afetar o direito a uma melhoria contínua das condições de vida, e que em muitos Estados-partes as condições de vida em geral declinaram durante a década de 80. Entretanto, como foi percebido pelo Comitê no Comentário Geral 2 (1990) (E/1990/23, anexa III), apesar de problemas causados externamente, as obrigações do Pacto continuam a aplicar-se e são talvez até mais pertinentes durante tempos de contração econômica. Assim, pareceria para o Comitê que o declínio geral nas condições de vida e habitação, diretamente atribuíveis a decisões políticas e legislativas pelos Estados-partes e à falta de medidas compensatórias que se façam acompanhar, seria inconsistente com as obrigações assumidas no Pacto.

12. Enquanto os meios mais apropriados para alcançar a realização total do direito à habitação adequada inevitavelmente variem de forma significativa de um Estado-parte para outro, o Pacto claramente exige que cada Estado-parte adote quaisquer medidas que sejam necessárias para tal propósito. Isto irá, quase que invariavelmente, exigir a adoção de uma estratégia nacional de habitação que, como consta no parágrafo 32 da Estratégia Global para Habitação, “define os objetivos para o desenvolvimento das condições de habitação, identifica os recursos disponíveis para atingir esses objetivos e a melhor relação custo-benefício para sua utilização e estabelece as responsabilidades e o cronograma para a implementação das medidas necessárias”. Por razões de relevância e efetividade, assim como a fim de assegurar respeito aos outros direitos humanos, uma estratégia deveria refletir uma consulta real e a participação de todos afetados, incluindo os sem teto, aqueles com moradias inadequadas e seus representantes. Além disso, passos deveriam ser tomados para assegurar coordenação entre ministérios e autoridades regionais e locais a fim de harmonizar políticas (economia, agricultura, meio ambiente, energia, etc.) relacionadas com as obrigações assumidas no artigo 11 do Pacto.

13. Monitoramento efetivo da situação referente à habitação é outra obrigação de efeito imediato. Para que um Estado-parte satisfaça suas obrigações sob o artigo 11(1), ele deve demonstrar, entre outros, que tenha tomado quaisquer medidas necessárias, sozinho ou com base na cooperação internacional, para identificar a extensão total de sem teto e daqueles com habitação inadequada, sob sua jurisdição. Nesta consideração, as diretrizes gerais revisadas, respeitando a forma e o conteúdo dos relatórios adotados pelo Comitê (E/C. 12/1991/1), enfatizam a necessidade de prover informação detalhada sobre aqueles grupos da sociedade...que são vulneráveis e desfavorecidas com relação à habitação”. Elas incluem, em particular, pessoas e famílias sem teto, aquelas com moradias inadequadas e sem acesso

pronto a serviços básicos, aquelas vivendo em assentamentos ilegais, aquelas sujeitas a despejos forçados e grupos de baixa renda.

14. Medidas indicadas para satisfazer as obrigações de um Estado-parte em relação ao direito à habitação adequada podem refletir uma mistura de medidas do setor público e privado consideradas apropriadas. Enquanto que em alguns Estados o financiamento público de habitações poderia mais utilmente ser gasto com construção direta de novas habitações, na maioria dos casos a experiência mostrou a inabilidade dos governos para satisfazer totalmente déficits na habitação com habitações construídas pelos governos. A promoção pelos Estados-partes de “estratégias habilitadoras”, combinadas com um total comprometimento para obrigações decorrentes do direito à habitação adequada, deveriam ser, assim, estimuladas. Em síntese, a obrigação é demonstrar que, no geral, as medidas que estão sendo tomadas são suficientes para realizar o direito de cada um em um tempo mínimo possível de acordo com o máximo de recursos disponíveis.

15. Muitas das medidas que serão exigidas envolverão alocação de recursos e iniciativas políticas de modo geral. Entretanto, o papel de medidas administrativas e legislativas formais não deveriam ser subestimadas nesse contexto. A Estratégia Global para Habitação (parágrafos 66-67) chamou atenção para os tipos de medidas que poderiam ser levadas em consideração e sua importância.

16. Em alguns Estados, o direito à habitação adequada é firmemente estabelecido na Constituição. Nestes casos, o Comitê é particularmente interessado em aprender o significado legal e prático de tal abordagem. Detalhes de casos específicos e de outras formas em que essa inclusão demonstrou ser favorável deveriam ser assim fornecidos.

17. O Comitê vê muitos elementos componentes do direito à habitação adequada como sendo ao menos consistente com a provisão de remédios jurídicos domésticos. Dependendo do sistema jurídico, tais áreas poderiam incluir, mas não sendo limitadas a: (a) apelos jurídicos objetivando evitar despejos ou demolições planejadas através da emissão de uma contra ordem judicial; (b) procedimentos jurídicos objetivando uma indenização posterior a um despejo ilegal; (c) queixas contra ações ilegais cumpridas ou defendidas por locadores (tanto público quanto privado) em relação a níveis de aluguel, manutenção de moradia, e discriminação racial e outras formas de discriminação; (d) alegação de qualquer forma de discriminação na alocação e disponibilidade de acesso à habitação; e (e) queixas contra locadores concernentes a condições insalubres ou inadequadas de moradia. Em alguns sistemas jurídicos seria também apropriado explorar a possibilidade de facilitar ações coletivas em situações envolvendo níveis significativamente aumentados de desabrigados.

18. Com relação a isso, o Comitê considera que exemplos de despejos forçados são, à primeira vista, incompatíveis com as requisições do Pacto e podem ser apenas justificados em condições as mais excepcionais, quando de acordo com os princípios relevantes da legislação internacional.

19. Finalmente, o artigo 11(1) conclui com a obrigação dos Estados-partes para reconhecer “a importância essencial da cooperação internacional baseada no livre consentimento”. Tradicionalmente, menos que 5% de toda a assistência internacional foi dirigida à habitação ou assentamentos humanos, e geralmente a maneira pela qual tais fundos são fornecidos faz pouco para atender as necessidades habitacionais dos grupos desfavorecidos. Estados-partes, tanto os recebedores quanto os fornecedores, deveriam assegurar que uma proporção substancial de financiamento seja usada para criar condição que conduza a um número maior de pessoas morando adequadamente. Instituições de financiamento internacional, promovendo medidas de ajuste estrutural, deveriam assegurar que estas medidas não

comprometessem o gozo do direito à habitação adequada. Estados-partes deveriam, quando examinando cooperação financeira internacional, procurar indicar áreas relevantes para o direito à habitação adequada em que o financiamento externo teria os maiores resultados. Tais solicitações deveriam levar em conta as necessidades e a opinião dos grupos atingidos.

## **ANEXO C - Lei Municipal nº 4545/96 que institui as Zonas Especiais de Preservação (ZEP)**

### **Lei municipal nº 4.545, de 14 de novembro de 1.996**

*Institui normas gerais de proteção a edificação ou a conjunto de edificações, cujas expressões arquitetônicas ou históricas constituam o Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, disciplina a preservação desses bens e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Ficam instituídas as normas gerais de proteção as Zonas Especiais de Preservação (ZEP), compostas por edificações em conjuntos e/ou edificações isoladas, cujas expressões arquitetônicas ou históricas constituam o Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, tendo em vista os seguintes objetivos:

I – Assegurar a proteção e o disciplinamento da preservação do Patrimônio Cultural Edificado do Município de Maceió;

II – Permitir a delimitação de zonas especiais para a preservação desse Patrimônio;

III – Instituir um regime especial para as mesmas zonas em relação à legislação urbanística própria do Município de Maceió;

IV – Criar benefícios fiscais de estímulo às atividades turísticas e de preservação.

Parágrafo único. O Chefe do Executivo Municipal, mediante decreto, estabelecerá cada Zona Especial de Preservação (ZEP) aprovando seu respectivo regulamento e destinação, detalhando as normas edilícias e de uso e ocupação, de aplicação específica para cada uma das ZEP instituídas.

**Art. 2º** As Zonas Especiais de Preservação (ZEP), poderão ser subdivididas em Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA).

§ 1º Considera-se, para os efeitos desta Lei, Setor de Preservação Rigorosa (SPR), o espaço urbano contendo qualquer edificação ou conjunto de edificações, instituídas como Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, sujeitos, por isso, a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas de modo a impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, alterando-lhe a feição original ou ambiência.

§ 2º Considera-se, para os efeitos desta Lei, Setor de Preservação Ambiental (SPA), o espaço urbano de entorno aos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), visando atenuar a interferência paisagística da urbanização sob estas áreas.

**Art. 3º** A proteção ao Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, deverá ser exercida pelo Poder Público Municipal com a colaboração da comunidade, por meio de vigilância e execução das obras de conservação, reparação ou restauração.

§ 1º Considera-se, para os efeitos desta Lei, Obra de Conservação, a intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção do Bem Cultural a ser preservado.



§ 2º Considera-se, para os efeitos desta Lei, Obra de Reparação, a intervenção de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elementos estranhos ou incompatíveis com a unidade arquitetônica do conjunto ou edifício isolado a ser preservado.

§ 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei, Obra de Restauração, a intervenção, também de natureza corretiva, que consiste na reconstituição das características originárias de imóvel, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados ou, ainda, o expurgo de elementos estranhos ao Bem Cultural a ser preservado.

## CAPÍTULO II – DOS USOS E ÍNDICES URBANÍSTICOS A SEREM ADOTADOS PARA AS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO (ZEP)

**Art. 4º** Cada Zona Especial de Preservação (ZEP) deverá adotar, no espaço interior da poligonal delimitada através do Decreto, seus específicos índices urbanísticos, dentre os seguintes:

I – Taxa de ocupação, sendo o percentual expresso pela relação entre a projeção da área edificada sobre o plano horizontal e a área do terreno;

II – Gabarito, sendo a altura máxima permitida para a edificação;

III – Afastamentos, sendo as distâncias mínimas entre a edificação e as linhas divisórias do terreno, medidas perpendicularmente a estas últimas.

**Art. 5º** Os Usos Permitidos e os usos e atividades que receberão incentivos fiscais, nas Zonas Especiais de Preservação (ZEP), deverão ser determinados nos seus específicos decretos regulamentadores.

**Art. 6º** Aos usos que não estejam definidos como permitidos, nas zonas ou setores, pelo Decreto regulamentador específico da Zona Especial de Preservação (ZEP), regularmente instalados antes da vigência do Decreto, fica vedada a ampliação de suas instalações e atividades.

## CAPÍTULO III – DAS NORMAS GERAIS PARA OBRAS E PARCELAMENTO DO SOLO NAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO (ZEP)

### SEÇÃO I – DAS NORMAS GERAIS

**Art. 7º** As obras novas nas Zonas Especiais de Preservação (ZEP), não poderão reduzir a visibilidade dos monumentos ou do conjunto arquitetônico.

**Art. 8º** Quando a regulamentação própria da Zona Especial de Preservação (ZEP), não dispuser sobre o remembramento ou desmembramento de terrenos ou de edificações, não poderão ser aprovados projetos de loteamento, modificações de loteamento, remembramento ou desmembramento, nesse espaço.

### SEÇÃO II – DAS NORMAS PARA OS SETORES DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA (SPR)

**Art. 9º** As construções, bem como as obras de Conservação, Reparação ou Restauração projetadas, respectivamente, para terrenos e para edificações situadas em Setor de Preservação rigorosa (SPR), submeter-se-ão às normas desta Lei e da regulamentação própria da Zona Especial de Preservação (ZEP) a que pertença.

§ 1º Os projetos de construção, os de reparação de edificações, bem como os de parcelamento do solo em Setor de Preservação Rigorosa (SPR), que se achem em tramitação na Prefeitura de Maceió, ainda sem aprovação na data da declaração da respectiva Zona Especial de Preservação (ZEP), sujeitar-se-ão às disposições estabelecidas para a mesma.

§ 2º Os interessados terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da declaração da Zona Especial de Preservação (ZEP), para adequar os seus respectivos projetos às normas que venham a ser estabelecidas, sem o que, decorrido o prazo, serão arquivadas com indeferimento as solicitações de aprovação.

**Art. 10.** São consideradas de interesse para a revalorização das Zonas Especiais de Preservação (ZEP), as obras de Conservação, Restauração e Reparação, tais como:

- I – Eliminação de acréscimos, comprovadamente desvinculados do contexto arquitetônico e ambiental;
- II – Modificação das fachadas, restabelecendo as relações compatíveis com as dimensões do imóvel e da vizinhança imediata, utilizando elementos de acabamento adequado ao conjunto;
- III – Recomposição dos telhados no que se refere aos materiais, disposição e detalhes, com eliminação dos elementos incompatíveis com as características da edificação e do conjunto;
- IV – Consolidação de estrutura, que evite danos futuros ao imóvel.

Parágrafo único. A Restauração e/ou Reparação das edificações e ruínas deverá ficar condicionada à existência de documentação ou indícios no local, devendo o projeto ser precedido por pesquisa histórica ou arqueológica e prospecção no local.

**Art. 11.** Nas edificações que conservam preservado o traçado da planta, deverá ser respeitada a integridade arquitetônica do imóvel nas modificações que se fizerem necessárias, como instalação de sanitários, cozinha e mezanino.

**Art. 12.** Área de permanência não prolongada como sanitários e áreas de serviços poderão ter tiragem de ar mecânica ou serem ventilados através de dutos horizontais que tenham área mínima da secção de 0,15 m<sup>2</sup>, com dimensão mínima de 0,30 m.

**Art. 13.** Os poços e áreas de iluminação e ventilação deverão ter área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> com dimensão mínima de 1,00 m de lado e serem parcialmente recobertos com telha de capa.

**Art. 14.** As obras novas nos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), deverão se integrar ao conjunto (vizinhança) nos aspectos de volumetria, implantação no terreno, tipo e inclinação da cobertura, materiais de revestimento externo, inclusive esquadrias e respeitarão nas fachadas a relação cheios/vazios para abertura dos vãos.

**Art. 15.** Em qualquer caso, as construções e obras de Conservação, Reparação ou Restauração situadas em Setor de Preservação Rigorosa (SPR) respeitarão a volumetria e a feição do imóvel, de per si e em relação à escala e à forma do conjunto em que esteja situado, para assegurar as suas características originais e para manter:

- I – O gabarito e o número de pavimentos do prédio existente, nos casos de obra de reparação ou restauração, e do que preexistiu no terreno, no caso de construção;
- II – A escala e as características arquitetônicas do conjunto, quando se tratar de construção em terrenos antes não edificados;

III – A implantação do prédio no terreno, quanto à taxa de ocupação e à área construída, vedada a possibilidade de recuo frontal ou afastamento lateral antes inexistente, ainda que compensado;

IV – A forma e inclinação da coberta;

V – Os materiais de revestimento das paredes e da coberta, inclusive pintura;

VI – Os vãos de circulação, ventilação, iluminação e insolação voltados para o espaço externo, bem como os materiais de vedação dos mesmos.

**Art. 16.** Internamente os edifícios, localizados em Setor de Preservação Rigorosa (SPR), podem sofrer modificações desde que não provoquem alteração no seu aspecto externo, podendo ser analisados em condições especiais em relação ao código de edificações do Município.

**Art. 17.** Nos Setores de Preservação Rigorosa, os revestimentos de paredes, pisos e forros dos cômodos que se abrem para os logradouros, devem ser compatíveis com as características da edificação e do conjunto.

**Art. 18.** Nos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), não poderão ficar aparente nas fachadas e empenas:

I – Tubulações para escoamento de águas pluviais e esgotos;

II – Aparelhos de ar-condicionado.

Parágrafo único. No caso de edificações antigas que tenham tubulações originalmente aparentes, estas deverão permanecer.

**Art. 19.** Não será permitida, nos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), abertura de esquadrias nas águas dos telhados voltados para o logradouro, podendo haver aberturas nos telhados voltados para os fundos desde que não haja modificação na empena nem na localização e na altura da cumeeira original e essa abertura não ultrapasse 2/3 da largura da edificação.

**Art. 20.** Não será permitida, nos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), a instalação de toldos nas fachadas voltadas para o logradouro.

**Art. 21.** Para preservação do sítio formado pelo bem ou conjunto de bens de valor cultural e seu entorno, objetivamente delimitado pelo perímetro do Setor de Preservação Rigorosa (SPR), fica proibido:

I – A realização de obras de desmonte, terraplanagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvore, bem como qualquer outra modificação de relevo ou da paisagem que interfira na sua ambiência;

II – O uso de revestimento superficial, qualquer que seja a qualidade do material empregado, nos logradouros públicos onde ainda não haja, bem como a substituição do revestimento existente ou o seu capeamento com material de natureza diversa do original;

III – A implantação de redes aéreas, elétricas e telefônicas;

IV – A instalação e funcionamento ou permanência de atividade incompatível com a natureza do sítio ou que ponha em risco a sua integridade física.

Parágrafo único. O órgão competente da Prefeitura da Cidade de Maceió notificará todo aquele – pessoa física ou jurídica – que exerça atividade cuja natureza, pelas instalações ou

equipamento necessários ao funcionamento, não se faça compatível aos usos para ela previstos, concedendo-lhe prazo para conformar-se à situação estabelecida no correspondente Decreto regulamentador ou transferir-se para outra localidade.

### SEÇÃO III – DAS NORMAS PARA OS SETORES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (SPA)

**Art. 22.** O controle sobre o Setor de Preservação Ambiental (SPA) se exercerá quanto ao parcelamento e ocupação do solo e quanto à disciplina dos usos definidos em Decreto, observados os seguintes princípios:

- I – Estabelecimento da área do lote mínimo que condicionará o parcelamento do solo;
- II – Fixação da taxa de ocupação do terreno e do gabarito das edificações;
- III – Definição dos usos permitidos e estabelecimento de microzonas de atividades, se necessários.

**Art. 23.** Incidem, ainda, sobre o Setor de Preservação Ambiental (SPA), as seguintes restrições:

- I – Quando a ZEP for localizada em área urbanificada, ficam proibidas ações que impliquem descaracterização da trama urbana, tais como abertura, supressão ou alargamento de vias e remembramento de lotes, a não ser em casos permitidos na regulamentação de cada ZEP;
- II – Não serão permitidas obras de desmonte, terraplanagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvores, bem como qualquer outra que modifique sua paisagem natural;
- III – É vedada a colocação de Veículo de Divulgação, em terreno vago e na cobertura ou no topo de prédio nela situado.

**Art. 24.** Existindo poços para ventilação e iluminação de vãos internos, estes deverão ter uma área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> e dimensão mínima de 1,00 m

### CAPÍTULO IV – DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

**Art. 25.** Todos os planos para a aprovação de projetos, licenciamento de alvarás e novos usos na ZEP deverão ser submetidos à apreciação do órgão municipal competente.

**Art. 26.** Na concessão de alvará de construção, ampliação, reforma, restauração ou reparos, a Prefeitura Municipal respeitará as exigências contidas nesta Lei Municipal, e levará em consideração:

- I – O Código de Edificações e Código de Urbanismo do Município;
- II – As legislações estadual e federal pertinentes;
- III – A preservação urbana do conjunto histórico.

**Art. 27.** Na concessão de alvará de construção, ampliação, reforma, restauração ou reparos deverão ser observadas as seguintes fases de análise:

- I – Estudo de viabilidade de projeto;
- II – Projeto definitivo.

§ 1º Entende-se por estudo de viabilidade de projeto, uma análise prévia da intervenção a ser feita no imóvel.

§ 2º Entende-se por projeto definitivo, o projeto executivo final.

**Art. 28.** Para o estudo de viabilidade de projeto o requerente deverá se dirigir ao órgão técnico municipal responsável pela preservação, apresentando os seguintes documentos:

- I – Requerimento solicitando parecer favorável;
- II – Levantamento fotográfico da edificação;
- III – Apresentação do levantamento físico do imóvel;
- IV – Anteprojeto da obra pretendida.

**Art. 29.** Para a aprovação do projeto definitivo o requerente deverá se dirigir ao órgão de controle urbanístico do município (SMDU) com os seguintes documentos:

- I – Apresentação do parecer favorável ao estudo de viabilidade;
- II – 3 Cópias do projeto arquitetônico completo registrado no CREA;
- III – Título de propriedade do imóvel;
- IV – Apresentação de inscrição municipal do técnico responsável pela obra;
- V – Certidão negativa de débito com a fazenda municipal.

**Art. 30.** Quando se tratar de construção nova, reforma, restauração ou ampliação do imóvel para atender às necessidades inerentes a atividade proposta, somente será concedida a licença de localização e funcionamento após a liberação do Habite-se do imóvel.

**Art. 31.** O proprietário do imóvel situado em Zona Especial de Preservação (ZEP) que infringir quaisquer das normas constantes desta Lei e do Decreto que aprovar a regulamentação própria da área, estará sujeito às seguintes penalidades:

- I – Embargo da obra licenciada em que não estiver sendo obedecida o projeto aprovado ou as normas desta Lei;
- II – Interdição do prédio, da instalação ou do funcionamento da atividade não compatível com os usos previstos para a Zona Especial de Preservação (ZEP) e que ponha em risco sua inteireza, após a expiração do prazo estabelecido no instrumento de notificação para que seja regularizada a atividade ou sua transferência para outro local;
- III – Demolição das obras realizadas sem o necessário licenciamento ou em desacordo com o projeto aprovado;
- IV – Retirada de veículo de divulgação instalado em local proibido ou, estando em local permitido, quando não precedida do necessário licenciamento pelo órgão competente;
- V – Multa de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor venal do imóvel, nunca inferior a 10% (dez por cento).

§ 1º O infrator que incorrer nas penalidades previstas nos itens III e IV deste artigo, será intimado a, no prazo então concedido, que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias, atender às providências previstas nesses dispositivos e a promover a restauração da feição original do imóvel.

§ 2º Não cumprida a intimação no prazo concedido, o município deverá:

- I – Promover a Ação de Nunciação de Obra Nova;
- II – Executar as obras de neutralização, retirada ou demolição necessárias, conforme o caso, promovendo a cobrança judicial das despesas, contra o proprietário do imóvel;
- III – Promover a desapropriação do imóvel, requerendo a emissão imediata da posse;
- IV – Suspender automaticamente o benefício fiscal que lhe tenha sido concedido;
- V – Comunicar ao Ministério Público, para proposição de Ação Civil Pública.

**Art. 32.** Fica o Prefeito da Cidade de Maceió autorizado a conceder os seguintes benefícios fiscais ao particular que promover a conservação, reparação ou restauração do imóvel de sua propriedade localizado em SPR:

- I – Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até dois (02) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de conservação;
- II – Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até cinco (05) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de reparação;
- III – Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de até dez (10) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de restauração;
- IV – Isenção da taxa relativa à concessão de licença para execução de obras de construção, conservação, reparação ou restauração, que se conforme com as normas estabelecidas nesta Lei e com regulamentação própria da ZEP baixada por Decreto;
- V - Isenção da taxa relativa à concessão de licença de instalação e funcionamento de usos que receberão incentivos fiscais, na conformidade do Decreto regulamentador;
- VI – Redução em 20% das alíquotas do Imposto sobre Serviços (ISS), para as atividades que receberão incentivos fiscais, na conformidade do Decreto regulamentador, pelo prazo de 01 (um) ano.

**Art. 33.** Fica o Prefeito da Cidade de Maceió autorizado a conceder os seguintes incentivos fiscais quando da transferência para fora da ZEP de atividade não compatível com os usos para ela previstos no seu respectivo decreto regulamentador:

- I – Isenção da taxa relativa à concessão de licença para instalação e funcionamento noutra localidade;
- II – Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), quando para transferência forem realizadas obras:
  - a) de construção, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
  - b) de reforma, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- III – Isenção da taxa relativa à concessão de licença para execução das obras a que se refere o inciso II, deste artigo.

#### CAPÍTULO V – DOS VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO NAS ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO

**Art. 34.** Os veículos de divulgação somente poderão ser instalados em Zonas Especiais de Preservação observando os dispositivos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se, para os efeitos desta Lei, veículos de divulgação, quaisquer equipamentos presentes ou visíveis dos logradouros públicos para transmitir mensagens visuais sobre estabelecimentos, produtos, ideias, marcas, pessoas ou coisas, bem como outras informações de interesse da comunidade, classificando-se em:

I – Mural;

II – Letreiro;

III – Pannel;

IV – Faixa;

V – Outdoor;

VI – Outros modelos que se enquadram na definição deste parágrafo.

**Art. 35.** O veículo de divulgação mural, caracterizado pela execução de pintura de reconhecida qualidade artística, realizada diretamente sobre o muro e/ou fachada cega de edificação, é permitido com as seguintes restrições:

I – Não prejudicar a numeração do imóvel e sinalização toponímica onde estiver pintado;

II – Não utilizar tinta refletiva na execução;

III – Ser executado por artista plástico autorizado;

IV – Ser autorizado pelo ocupante do imóvel;

V – Possuir dimensão mínima de 4,00 m<sup>2</sup>;

VI – Não ter espaço, para anúncio do patrocinador superior a 10% da área total.

**Art. 36.** O veículo de divulgação letreiro, caracterizado por identificar o estabelecimento ou a edificação, através de nomes, denominações, logotipos e emblemas, sem existir qualquer aspecto publicitário, promocional ou de propaganda, devendo estar contido ou próximo ao que identifica ou denomina, é permitido com as seguintes restrições:

I – Somente será permitido um letreiro por estabelecimento ou edificação, seguindo as especificações de:

a) pintadas diretamente sobre a parede; ou

b) pintadas sobre peça de madeira ou metal; ou

c) fundidos em metal.

II – Os letreiros pintados diretamente sobre a parede não deverão interceptar elementos decorativos ou em cantaria da fachada, podendo ser aplicado no térreo ou no pavimento superior;

III – Não será permitido letreiro luminoso nos Setores de Preservação Rigorosa.

**Art. 37.** Os letreiros poderão ser dispostos paralelos ou perpendicularmente às fachadas, obedecendo às seguintes disposições:

I – Paralelos às fachadas:

a) deverão permitir uma altura livre mínima de 2,20 m, medida do piso à face inferior do letreiro;

- b) terão dimensão máxima de 0,50 m no sentido da altura;
- c) não deverão encobrir elementos construtivos que façam parte da morfologia original da fachada, tais como: colunas, grades, portas de madeira e vergas em cantaria.

II – Perpendiculares à fachada:

- a) deverão ser fixados na alvenaria desde que respeitem uma altura livre de 2,50 m, medida do passeio à face inferior do anúncio;
- b) deverão ter dimensão máxima de 1,00 m de largura por 0,50 m de altura e espessura de 0,20 m;
- c) deverá ser deixada uma distância livre mínima de 0,50 m do meio-fio;
- d) outras formas de fixação de letreiros, serão submetidos à análise especial pelo órgão competente.

**Art. 38.** O veículo de divulgação painel, caracterizado como informação visual de superfície regular ou não, composto de material rígido ou instalado de forma rígida, com ou sem movimento, luminoso, iluminado ou sem iluminação, que contenha qualquer tipo de anúncio, excetuando-se o que, exclusivamente, indique ou identifique, no próprio local, estabelecimento ou edificação, somente é permitido nos Setores de Preservação Ambiental (SPA), com as seguintes restrições:

I – Quando se projetar perpendicularmente à divisa do terreno com o logradouro público, não ultrapassar o limite de 2/3 da calçada e não ter a sua parte inferior a uma distância da mesma menos que 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

II – Quando iluminado, o ponto luminoso ser disposto de tal forma que não venha a produzir ofuscamento nos usuários das edificações próximas ou dos motoristas e passageiros dos veículos de transporte que passem nas imediações, bem como os pedestres que transitem no local;

III – Quando luminoso, a rede de energia do veículo ser totalmente embutida e isolada e as pontes luminosas não oferecerem possibilidade de ofuscamento aos observadores.

**Art. 39.** O veículo de divulgação faixa, caracterizado como o composto de material flexível, destinado à pintura de anúncio, somente é permitido nos Setores de Preservação Ambiental (SPA), com as seguintes restrições:

I – Possuir dimensão máxima de 6 (seis) metros lineares;

II – Possuir largura máxima de 0,50 m (cinquenta centímetros);

III – Não ser afixado em árvores, postulação da rede de iluminação pública e postulação do serviço de telefonia.

**Art. 40.** O veículo de divulgação outdoor, caracterizado por possuir quadro próprio, onde são colocados informes publicitários formando anúncios e possuindo estrutura de sustentação própria, são proibidos nas Zonas Especiais de Preservação (ZEP).

**Art. 41.** Os veículos de divulgação não relacionados nesta Lei, somente poderão ser instalados nas Zonas Especiais de Preservação (ZEP), mediante análise especial e liberalidade da Prefeitura, declarada através de Alvará de Autorização.

**Art. 42.** Esta Lei entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS

Prefeito de Maceió